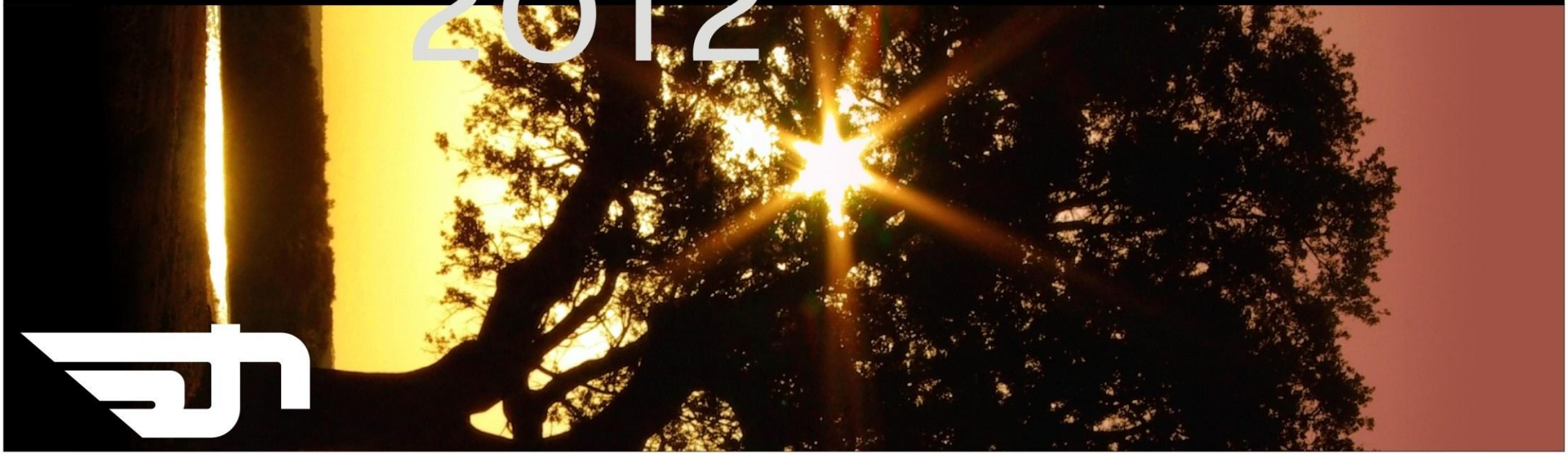
Relatório e Contas

FUNDAÇÃO ALENTEJO

2012



ÍNDICE

Nota Introdutória 6
Missão, Visão e Valores 10

1. Recursos Humanos 12

1.1. Caracterização dos Recursos Humanos 12
1.2. Formação Contínua dos Recursos Humanos 18

2. Balanço de Atividades - Valências 22

2.1. EPRAL – Formação Inicial de Jovens 22
2.1.1. Pólo de Évora 25
2.1.1.1. Atividades Orientadas para a Comunidade Escolar e para a Consolidação das Relações Escola-Comunidade 27
2.1.1.2. Outras Atividades Relevantes 29
2.1.1.3. Auditorias e Visitas de Acompanhamento 29
2.1.1.4. Formação de Formadores e Desenvolvimento de Competências 29
2.1.1.5. Encerramento do Ciclo de Formação 2008/2011 30
2.1.1.6. Ciclo de Formação 2009/2012 30
2.1.2. Pólo de Estremoz 33
2.1.2.1. Conclusão de Curso – Ciclo de Formação 2009/2012 34
2.1.2.2. Formação em Contexto Real de Trabalho (FCT) – Pólo de Estremoz 34
2.1.2.3. Pólo de Elvas 35
2.1.2.4. Atividades/Projetos Relevantes 37
2.1.2.5. Origem Geográfica dos Formandos 2012/2015 – Pólo de Estremoz 38

2.2. Qualificação e Formação de Adultos 41
2.2.1. Formação de Adultos 41
2.2.2. Contexto 40
2.2.3. As Opções de Operacionalização e as Ações de Melhoria 42
2.2.3.1. O Plano das Ofertas (Tipologia, Volume e Áreas de Formação) 43
2.2.3.2. O Plano da Organização e Gestão do Processo Formativo 43
2.2.3.3. Ações de Melhoria Contínua 44
2.2.3. Execução Física dos Projetos 44
2.2.3.1. Medida 2.2. – Curos de Educação e Formação de Adultos 46
2.2.3.2. Medida 2.3. – Formações Modulares Certificadas 48
2.2.3.3. Balanço Final da Operacionalização – 2012 – Formação de Adultos 61

2.2.4. Os CNO – Centro Novas Oportunidades da Fundação Alentejo 65
2.2.4.1. O CNO – Évora 65
2.2.4.2. O CNO – Elvas 70

2.3. Colégio Fundação Alentejo 76
2.3.1. Contexto 76
2.3.2. Funcionamento e Atividades 80
2.3.3. Atividades Transversais a toda a Comunidade 80
2.3.4. Outras Atividades 81

2.4. Gabinete de Apoio, Orientação Vocacional e Emprego 81
2.4.1. Atividades Desenvolvidas (1º Semestre 2012) 81
2.4.1.1. Apoio/Acompanhamento Psicológico 81
2.4.1.2. Orientação Vocacional 83
2.4.1.3. Acompanhamento Pós Formação 84

2.4.1.4. Outras Atividades Desenvolvidas 84
2.4.2. Atividades Desenvolvidas (2º Semestre 2012) 84
2.4.2.1. Divulgação da Oferta Formativa 2012/2015 84
2.4.2.2. Intervenção Psicopedagógica 85
2.4.2.3. Encaminhamento / Integração Socioprofissional 87
2.4.2.4. Apoio aos Diversos Departamento e Serviços....87

2.5. Contratação Pública 88
2.5.1. *Workflow* da Contratação Pública 89
2.5.2. Procedimentos Desenvolvidos – 2012 90
2.5.2.1. Procedimentos de Ajuste Direto 90
2.5.2.2. Procedimentos de Ajuste Direto Simplificado 90

2.6. Manutenção do Edifícios, Instalações e Equipamentos 91

2.7. Elaboração e Implementação do Código de Conduta e Boas Práticas 93

3. Análise económica e financeira 94

3.1. Enquadramento 94
3.2. Investimento 94
3.3. Endividamento perante as Instituições Financeiras....95
3.4. Especialização de Rendimentos e Gastos 97
3.5. Responsabilidades de Terceiros 98
3.5.1. Dívidas de Terceiros....98
3.5.2. Dívidas a Terceiros....99
3.6. Rendimentos do Exercício....100
3.7. Gastos do Exercício....101
3.8. Resultados do Exercício....102

4. Proposta de aplicação de resultados....103

5. Nota final 104

BALANÇO....105

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS 107

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS 109

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA 111

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 113

BALANCETE ANALÍTICO DA CONTABILIDADE GERAL – DEZEMBRO 2011 135

"...**os tempos e as áreas da educação devem ser repensados, completar-se e interpenetrar-se** de maneira a que cada pessoa, ao longo de toda a sua vida, possa tirar partido de **um ambiente educativo em constante alargamento**."

"**Os quatro pilares da Educação**",
in "Educação, um tesouro a descobrir"

"As Fundações são, assim, compelidas a intervir naquelas áreas em que o Estado não atua…constituindo um exemplo paradigmático de cidadania responsável que deve ser não apenas reconhecido como incentivado."

Dr. Ruy Vilar *in* Fundação Alentejo – 1999/2009

Março de 2013

Nota Introdutória

O ano de 2012 foi, à semelhança do contexto nacional e europeu, particularmente difícil e repleto de condicionantes devido à situação de crise, aos seus efeitos no quotidiano das instituições, das famílias e dos indivíduos.

No caso concreto da Fundação Alentejo, o ano de 2012 obrigou à acomodação de um conjunto de impactos decorrentes de decisões superiores e, em grande parte, ditados por esse contexto geral. O presente ano fica marcado pela necessidade de integrar a dinâmica criada em torno das Fundações, do seu enquadramento jurídico e do seu financiamento, com o lançamento do Censo e da Lei-Quadro de Fundações (Lei 24/2012 de 9 de julho).

Por outro lado, a Fundação e as instituições que vinham desenvolvendo atividade na área da Qualificação de Adultos, foram confrontadas com opções estratégicas por parte do Governo, que alteram substantivamente e qualitativamente o perfil das ofertas e conduziram a reorganizações internas significativas, como se verá ao longo do presente Relatório. Estes impactos, em particular, e o encerramento do polo que vínhamos mantendo em Elvas, igualmente por razões exógenas, determinaram contrações e reorganizações ao nível dos recursos humanos que tiveram impactos significativos em termos orçamentais.

Assim, no quadro de incertezas que marcou 2012, foi necessário apostar na otimização e rentabilização dos recursos disponíveis, mantendo altos níveis produtividade, através do aumento da eficácia e da eficiência e efetuando os ajustamentos necessários com a consciência de que importa conseguir fazer mais, melhor e com maior qualidade trilhando o caminho que conduz à *Excelência*.

A Fundação Alentejo quer pela sua natureza, dimensão, ou pela responsabilidade que tem na área da educação e da qualificação, tem necessariamente que usar mecanismos de gestão eficientes, transparentes, responsáveis e eficazes de forma a dar seguimento à sua missão, "crescer" enquanto instituição e ver reconhecido o seu trabalho e a sua qualidade por todos os *stakeholders*.

Para além de todos os pressupostos teóricos e legais que existem, em Portugal, a Fundação Alentejo encara o momento de elaboração do **Relatório e Contas** como um *momento reflexivo e avaliativo* de toda a sua atividade.

Para a elaboração deste documento é necessária articulação entre todas as valências/serviços solicitando aos seus responsáveis o envio de contributos para que seja efetuada uma análise completa e transversal ao trabalho desenvolvido ao longo do ano que terminou.

Assim, o **Relatório e Contas da Fundação Alentejo** é uma ferramenta de gestão, reflexão e avaliação que descreve as atividades desenvolvidas, a sua execução, os recursos utilizados, o capital humano envolvido e, ainda, permite efetuar a análise económica e financeira do ciclo de gestão a que se reporta. Esta ferramenta permite efetuar a confrontação entre as atividades propostas e aprovadas em Plano de Atividades e Orçamento e a sua efetiva realização.

Este é um momento que se reveste de especial importância pois permite efetuar a análise e confrontação entre as atividades planeadas *vs.* atividades realizadas, em função de decisões exógenas e de alterações substanciais de contexto.

Considerando a "Demonstração de Resultado" é observável o impacto financeiro das decisões da tutela, no que se refere à reconfiguração das ofertas formativas, com a supressão de umas (CNO e Cursos EFA) e redução de utentes, noutras (Cursos Profissionais). De facto, por força dessa contração das ofertas é observável a redução dos financiamentos/subsídios à exploração, da ordem dos 27,2%, face a 2011. O encerramento do exercício apresenta, assim, contração do orçamento executado, comparado com o do ano anterior, em cerca de 11,8%, no que respeita aos "Gastos do exercício" e de 19,8 %, no que respeita aos "Rendimentos do Exercício".

Em suma, em termos operacionais, e antes de considerar o impacto das depreciações, gastos de financiamento e impostos, o resultado do exercício apresenta um saldo positivo (100.841,10 €), ainda que muito aquém dos 446.117,19 € do ano anterior. Contudo, ao considerarmos aqueles gastos (depreciações, gastos de financiamento e impostos) o resultado apresenta valores negativos, na ordem dos 543.045,04 €, resultante do contexto difícil que a Fundação teve de gerir ao longo de 2012. Este resultado reflete, também, o impacto do crescente número de utentes das AEC – Atividades Extracurriculares que requereram a dispensa de pagamento no acesso a esse serviço (comparado com 2011, o montante global deste serviço foi reduzido em 14% aproximadamente).

Estas mesmas razões que, crescentemente se têm vindo a acentuar, estão na base de um outro impacto na gestão orçamental do exercício: a redução do financiamento / turma por desistência de alunos por razões da deterioração das condições socioeconómicas dos agregados. Alguns desses alunos tiverem necessidade de entrada precoce no mercado de trabalho, designadamente por recurso à emigração. Em todos os casos, sempre que a turma ficou com um número inferior a 18 formandos, sofreu uma redução do seu financiamento.

Não é, de qualquer forma, um resultado alarmante, pela sua natureza e carácter conjuntural, antes um desafio a níveis mais exigentes na política de racionalização de custos e rentabilização de recursos. Resulta, em parte da expressão financeira das amortizações, dos gastos com pessoal (os ajustamentos e soluções de rentabilização, são menos imediatas do que o impacto das decisões superiores, com custos em remunerações que têm de ser absorvidas pela entidade) e, ainda, o peso dos juros e comissões bancárias, que cresceram substancialmente.

O projeto que temos vindo a desenvolver em resposta a um pedido de cooperação do Ministério do Urbanismo e Construção de Angola, insere-se nesta dinâmica de criação de novas áreas de intervenção, compatíveis como nosso objeto e mobilizadora dos nossos recursos e *know-how*. Depois da missão de avaliação e reconhecimento, do diagnóstico efetuado, a Fundação Alentejo, os seus recursos humanos, elaboraram uma proposta de intervenção/consultoria, assente em cinco planos, complementares e articulados entre si, concretamente:

1) **Logística** – **Reconfiguração e atualização do parque de equipamentos pedagógicos e do parque informático dos Centros**;
2) **Formação de Formadores** – **Formação Pedagógica Inicial** de Formadores, para bolsa de novos formadores, e **Formação Pedagógica Complementar**, para os formadores já afetos aos Centros do Ministério;
3) **Qualificação/Formação para ex-militares**, desmobilizados e deslocados de guerra – Ações complementares de formação em **Manutenção de Vias/ Agricultura e Espaços Verdes e Construção Civil**;
4) **Formação de Especialização** - na área da Construção Civil (de Cad, de cartografia computorizada e topografia e, ainda, de orçamentação de obras);
5) **Outras ofertas formativas para Ativos** – nas áreas da Gestão empresarial; comunicação e relacionamento interpessoal, secretariado e trabalho administrativo e informática na ótica do utilizador.

Proposta esta que se encontra em fase de negociação com as autoridades angolanas para o início da sua implementação ainda em 2013.

Em 2012, foi digna de realce a mobilização de formandos para os cursos profissionais, num contexto em que a escolaridade obrigatória até aos 18 anos e/ou a conclusão do nível secundário de educação ainda é um objetivo a alcançar, e numa conjuntura socioeconómica, particularmente difícil para as famílias. A Fundação e a sua Escola Profissional, assumiram assim, o desafio de realizar um evento de impacto regional, o **Forum das Profissões**, que decorreu em Évora, de 21 a 25 de março/2012, (Arena de Évora, cedida pela Câmara Municipal de Évora, que dessa forma apoiou o evento). Este evento, enquanto espaço de apoio à orientação vocacional dos jovens, constituiu um grande projeto de atividades de formação, mobilizadores da comunidade FA/EPRAL, orientado para a afirmação, consolidação e divulgação do nosso *Projeto Educativo*, junto da comunidade regional e em particular junto dos jovens estudantes e seus familiares, viabilizando a divulgação sistemática das atividades de aprendizagem e da oferta formativa da EPRAL. O *"Fórum das Profissões"* foi inaugurado pela Diretora Regional de Educação do Alentejo.

No campo da melhoria contínua, da ética profissional e dos valores, no ano de 2012 foi decisiva a sistematização e formalização de alguns princípios e práticas, já implementadas na Fundação Alentejo, e agora expressas na publicação do **Código de Conduta e Boas Práticas**. Esta publicação foi aprovada em reunião do Conselho de Administração e disponibilizada a todos os colaboradores em formato escrito e no *site* institucional para a comunidade em geral. Com esta publicação a Fundação Alentejo pretendeu, entre outros fatores, efetuar a divulgação da sua Missão, Visão, Valores e princípios gerais de atuação, ética e conduta profissionais dos seus colaboradores.

A sustentabilidade de uma instituição como a Fundação Alentejo requer necessariamente que a sua atuação seja pautada por responsabilidade, transparência, zelo, cumprimento de regras e normas, lealdade e respeito para com os seus alunos, formandos, respetivas famílias, colaboradores, fornecedores, parceiros no desenvolvimento das suas atividades e projetos, em suma, a comunidade em geral e, ainda, o respeito pelo ambiente natural e social e o desenvolvimento, progresso e bem-estar da população.

Audiência com o Ministro do Urbanismo e Construção – Luanda

Reunião de Trabalho no CEFOPROF – Cacuaco – Angola

Visita de Trabalho da Delegação angolana à EPRAL

Ação de divulgação da EPRAL

Materiais de Apoio à divulgação de ofertas formativas

Fórum das Profissões

MISSÃO, VISÃO, VALORES E OBJETIVOS GERAIS

*A **Fundação Alentejo** é um projeto de intervenção sociocultural e educativo - formativo orientado para a **qualificação escolar e profissional dos alentejanos** e para o **desenvolvimento sustentável da região**, assumindo como:*

Missão

A Fundação Alentejo tem como Missão a prestação de serviços, de qualidade e excelência, à comunidade, promovendo a Cidadania Ativa para alcançar uma sociedade mais justa, esclarecida, que respeite os direitos e liberdades de cada cidadão, serviços esses que:

. Promovam a **melhoria da qualidade de vida dos alentejanos, pela integração qualificada no mercado de trabalho regional e na sociedade do conhecimento** e pelo exercício responsável de uma cidadania esclarecida e participativa e

. Concretizem **projetos de carácter educativo e formativo, cultural e de solidariedade**, orientados para o **desenvolvimento sustentável do seu território** de intervenção**.**

Visão

Contribuir para o bem-estar dos cidadãos, para a **melhoria das suas condições de vida através de uma educação e formação de elevada qualidade e excelência**, que os prepare enquanto **cidadãos livres, conscientes, responsáveis e capacitados para participar ativamente na sociedade e preparados para a inserção profissional e para o empreendedorismo, dotando-os de competências sociais, técnicas e profissionais que lhes permitam responder às exigências e desafios da nova Era do Conhecimento.**

Valores

As organizações de hoje têm que se reger por um conjunto de imperativos **e valores ambientais, sociais e éticos**, ao nível da sua atuação enquanto instituições, uma vez que irão, *a posteriori*, e numa relação de causa e efeito, provocar impactos na sociedade civil, e por sua vez, irão ser reconhecidas, enquanto instituições, através das suas práticas e condutas.

A **Fundação Alentejo** rege-se por padrões morais de atuação que defendem o seu desempenho enquanto instituição, onde imperam a **honestidade** e a **lealdade** na sua relação com todos os *stakeholders*, evitando a todo o custo conflitos de interesse, a **integridade** na defesa dos princípios éticos no seu desempenho, a **responsabilidade** dos próprios atos, o **respeito** pelos outros e a defesa dos princípios de uma **cidadania ativa e participativa** com **respeito pelo ambiente**.

Os valores da Fundação Alentejo não são somente um conjunto de regras e princípios, são, acima de tudo uma partilha e aceitação de valores que deverão ser Sentidos por todos os colaboradores e, assim, tornarem-se **parte integrante da cultura da instituição**. A partilha de valores comuns reforça os aspetos identitários de uma instituição o que origina um reforço da cultura organizacional. Uma forte cultura organizacional, com valores claros, objetivos e sentidos por todos os colaboradores, consolida a afirmação da instituição na sociedade e na forma como esta a reconhece.

O(s) projeto(s) da Fundação Alentejo, assentou(aram), desde o início, na consciencialização do primado da valorização e elevação da qualificação escolar e profissional dos recursos humanos regionais para o processo de desenvolvimento sustentável e harmonioso da região e para a inversão da tendência de erosão demográfica que teimava, desde os finais dos anos 50, em levar para fora da região e, muitas vezes do país, gerações e gerações de ativos.

Neste contexto, a Fundação Alentejo, assume, como se disse, uma Missão " **de elevação das qualificações escolares e profissionais dos recursos humanos regionais – jovens e adultos -, com vista ao desenvolvimento sustentável da região**", conforme consagrou no espírito e na letra dos seus Estatutos, e, como tal, constituir-se como um parceiro incontornável e qualificado, nas dinâmicas regionais que impliquem os recursos humanos.

Fruto da sua intervenção ao longo dos últimos 23 anos neste território e da estreita cooperação com os diferentes parceiros empresariais e institucionais, locais e regionais, **a instituição assume deter uma reconhecida e efetiva experiência e conhecimento das problemáticas da educação e formação, bem como das dinâmicas, dos constrangimentos e oportunidades**, face às potencialidades endógenas e ao mercado de emprego regional.

A promoção da igualdade de oportunidades e da igualde de género é outro elemento fundamental do(s) projeto(s) da Fundação Alentejo, de todos e de cada um deles, constituindo essas dimensões verdadeiras âncoras da sua atividade.

1. Recursos Humanos

1.1. Caracterização dos Recursos Humanos

Numa organização como a Fundação Alentejo, o potencial humano é um recurso fundamental para a concretização da sua ação e, no caso concreto, para implementação do seu Plano de Intervenção, enquanto uma das valências da Fundação, cuja concretização, em 2012, este Balanço procura avaliar.

A Fundação continua a assumir o primado da estabilidade e da adequação dos recursos humanos, a par de uma efetiva racionalização na sua gestão, pelo que, estes recursos são, em grande parte e crescentemente, transversais a diferentes valências, em função das suas qualificações e aptidões.

A sua contratação tem assentado em processos de seleção criteriosos, a partir da base de dados de candidaturas/Bolsa que é mantida em permanente atualização. Nos casos particulares previstos na Lei (Decreto-Lei 18/2008) foram e serão desencadeados procedimentos concursais específicos de seleção e contratação de formadores, em função de necessidades concretas (Informática, por exemplo).

Assim, ao longo de 2012, houve uma certa estabilidade do número de trabalhadores afetos à Fundação, nos quais se integram aqueles que se encontram, exclusivamente envolvidos na Formação de Adultos bem como outros que são transversais a várias valência e/ou serviços. Importa, contudo considerar o potencial que constitui os recursos humanos de toda a instituição, as suas mais-valias e dinâmicas, partilhas e *apports* que, constituem o potencial único e que deve ser enfatizado.

Em média, ao longo de exercício, a Fundação Alentejo, conforme quadros abaixo, possui um quadro de pessoal que ascende a **149 colaboradores, em Dezembro de 2012** distribuídos pelas diferentes categorias/funções, com maior expressão no que se refere ao sexo feminino, numa tendência natural na sociedade portuguesa atual, no que ao sector da educação e formação respeita.

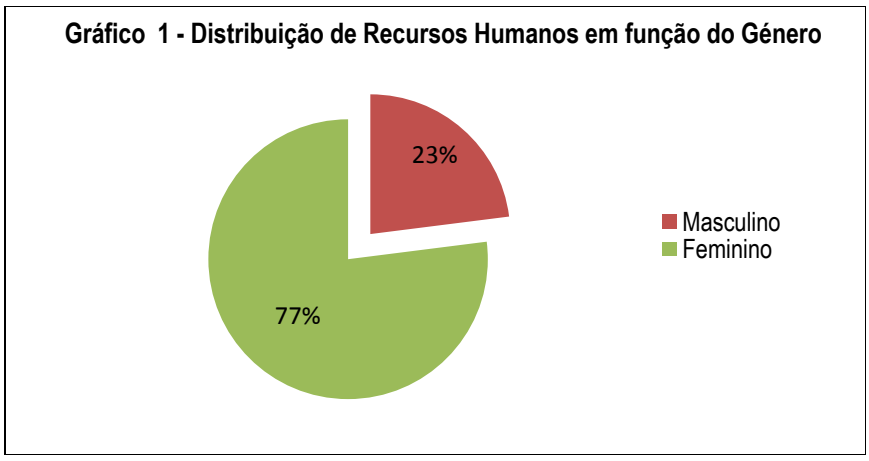
Quadro 1 - Recursos Humanos da Fundação Alentejo – 2012
Pólo e Género

PÓLO	HOMENS	MULHERES	TOTAL	(%)
Évora	23	62	**85**	57
Estremoz	7	17	**24**	16
Colégio	4	36	**40**	27
TOTAL	**34**	**115**	**149**	100
%	*23*	*77*	*100*	

Fonte: DSA – dez. 2012

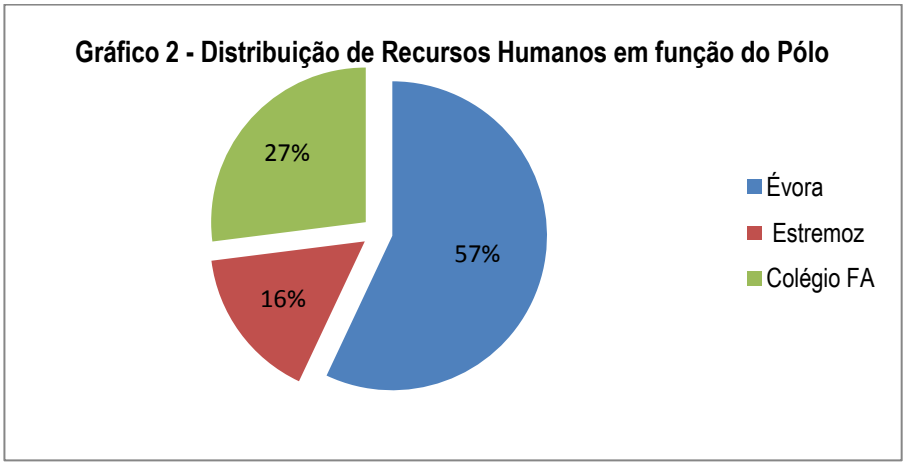
A sua representação gráfica, será a seguinte, no que respeita ao género:

Gráfico 1 - Distribuição de Recursos Humanos em função do Género



Fonte: DSA – dez. 2012

Procedendo ao mesmo tipo de representação gráfica, considerando a afetação aos diferentes polos, obtemos o seguinte gráfico:



Fonte: DSA – dez. 2012

A opção por organizar a informação por "Polos ", considerando Évora, Estremoz e "Colégio", decorre da forma como os recursos humanos, docentes e não docentes (estes na sua generalidade) se encontram afetos às diferentes estruturas/valências e estruturas da Fundação.

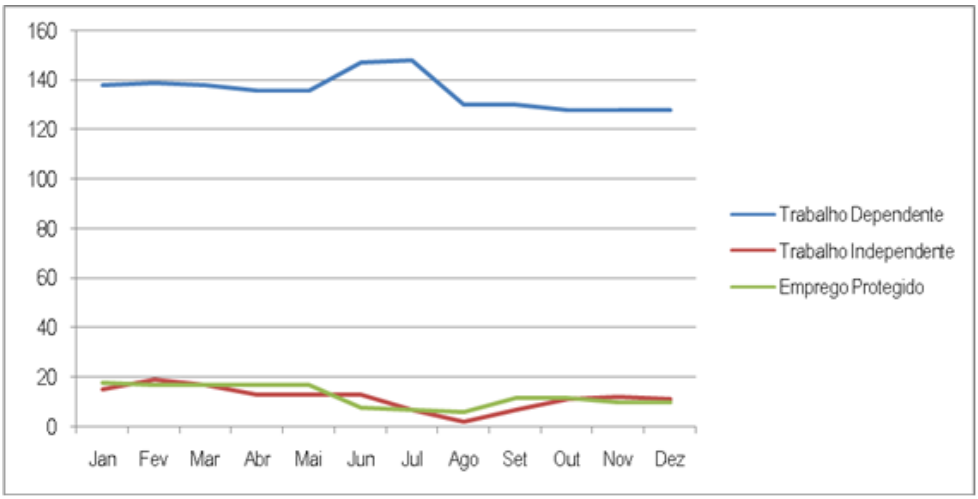
Ao longo de 2012, verificaram-se as seguintes tendências:

- **Redução do número global de colaboradores da Fundação**. No início do ano, os colaboradores eram 171 (138 trabalho dependente, 15 prestadores de serviços e 18 inseridos em projetos de apoio à inserção de trabalhadores desempregados), no final os colaboradores eram 149 (128 trabalhadores dependentes, 11 prestadores de serviços e 10 enquadrados em projetos de apoio à inserção de trabalhadores desempregados). A média anual dos trabalhadores dependentes (com vínculo de trabalho normal) foi de 149 aproximadamente.

- **Diminuição do número de colaboradores com vínculo a termo certo**. Designadamente pela saída daqueles que estavam afetos às valências de Qualificação de Adultos/ CNO e à função de Mediador de Cursos EFA, por extinção progressiva, ao longo do ano, dessas intervenções, como se explica.

- **Entrada de novos colaboradores** – por emergência de necessidades de funções/desempenhos não cobertos por aqueles. De acordo com a prática ao longo dos anos, a Fundação admitiu, no ano 2012, 14 trabalhadores desempregados (13 a contrato de trabalho a termo e 1 em prestação de serviços).

Gráfico 3 – Evolução dos Recursos Humanos da Fundação Alentejo, por natureza, no ano 2012



Fonte: DSA - dez.2012

Tenha-se, contudo, presente que, por imperativo da racionalização de gestão de recursos humanos, a educação e formação de jovens (nível secundário/profissional) e a formação de adultos (formação contínua) apresentam-se conjuntamente, dada a transversalidade dos recursos que as suportam, enquanto que, o Colégio, pela sua especificidade e pela especificidade dos seus recursos humanos, surge como um "polo" autónomo, ainda que se situe, igualmente, em Évora.

Como foi referido, os dispositivos orientados para a Certificações de Competências – os CNO de Évora e de Elvas – foram, ao longo do anos e conforme se referiu oportunamente, tendo a sua atividade sido progressivamente reduzida até à sua extinção formal, por razões exteriores à entidade, tendo a maioria dos seus recursos humanos com vínculo sem termo transitado, também progressivamente, para a formação inicial de jovens (EPRAL) e para a Formação de Adultos.

O "Polo" de Évora, continua a ser o mais expressivo, com 57 % dos recursos humanos da instituição aí sediados. Entre estes contam-se os docentes e não docentes afetos à EPRAL – Escola Profissional da Região Alentejo/ Évora e à Formação de Adultos dinamizada a partir de Évora (cuja oferta se estende e se concretiza, também, nos concelhos limítrofes).

Em oposição, o "Pólo" de Estremoz, igualmente considerando os docentes e não docentes afetos ao polo EPRAL – Escola Profissional da Região Alentejo e à Formação de Adultos dinamizada nesse cidade e nos concelhos limítrofes, conta apenas com 16% dos recursos humanos da instituição.

O Colégio, com 40 colaboradores e 27% do total de recursos humanos é, assim, o "polo" intermédio no conjunto das respostas socioeducativas da Fundação.

A estrutura de recursos humanos, organizada por categorias e funções, evidencia a natureza do objeto e finalidades da entidade enquanto instituição de educação-formação, pois o peso relativo do "Pessoal Docente" ascende a 43%, constituindo o grupo mais significativo desta estrutura orgânica. De igual forma é compreensível a expressão das funções auxiliares (de ação educativa e de limpeza e manutenção), com um peso de 25% no total da estrutura humana, tendo em conta a diversidade de respostas e o período diário alargado de funcionamento e a qualidade e exigência dos espaços formativos. Os Administrativos e outros técnicos, na sua maioria transversais a toda a instituição, constituem o terceiro grupo da estrutura humana dos recursos da Fundação, com 21% de peso relativo. A finalizar, aos Dirigentes e os Técnicos Superiores (não docentes), corresponde um peso de 11%.

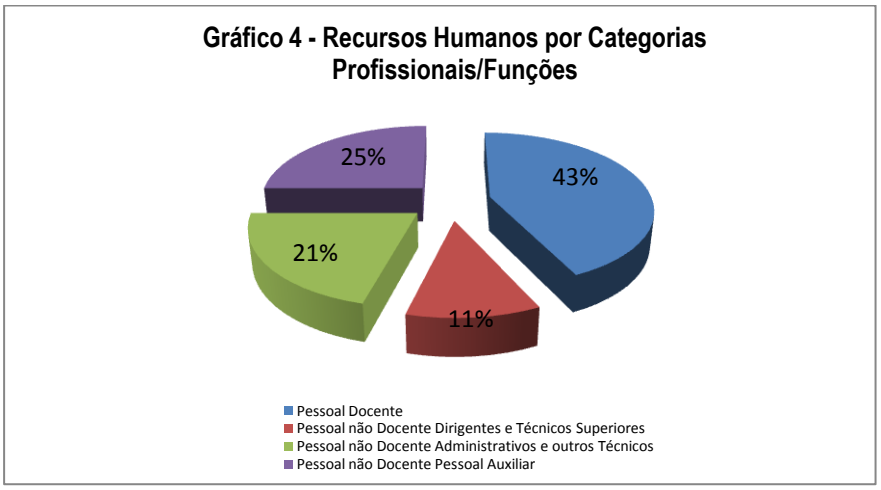
Quadro nº 2 - Recursos Humanos da Fundação Alentejo – 2012
Estrutura por Categorias e Funções

CATEGORIAS E FUNÇÕES			N.º	%
Pessoal Não Docente	Dirigentes e Téc. Superiores	Dirigentes	**5**	*11*
		Téc. Superiores	**11**	
	Administrativos e outros Técnicos	Administrativos	**27**	*21*
		Outros Técnicos (restauração, informática)	**5**	
	Pessoal Auxiliar	Auxiliares p/ Ação Educativa	**19**	*25*
		Auxiliares Limpeza / Manutenção	**18**	
Pessoal Docente		EPRAL/ Formação de Adultos/ CFA	**64**	*43*
TOTAL			**149**	**100**

Fonte: DSA – dez. 2012

Graficamente, a representação desta distribuição será a seguinte:

Gráfico 4 - Recursos Humanos por Categorias Profissionais/Funções

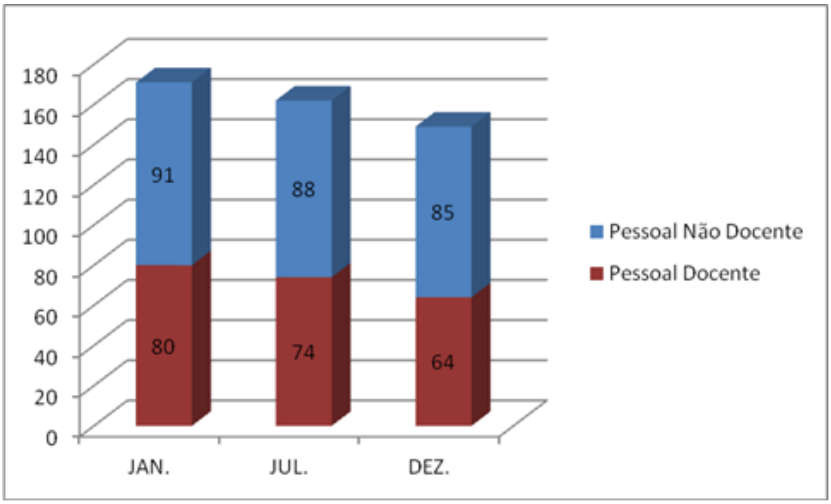


Fonte: DSA – dez. 2012

Um peso maior, de quase 50% nas funções docentes, as funções técnicas/ administrativas e auxiliares com peso que rodam, respetivamente, os 21 e os 25 e os dirigentes e técnicos superiores (chefias intermédias e assessorias), com 11%.

Cruzando a divisão dos recursos humanos nos dois grandes grupos/desempenhos (docentes e não docentes), com a sua distribuição ao longo do ano, temos a representação constante do gráfico abaixo, no qual é visível a redução progressiva, especialmente no que respeita a formadores, pelas razões referidas de contração de algumas intervenções e da extinção de outras (CNO e Cursos EFA).

Gráfico 5 - Distribuição dos Recursos Humanos por Funções, no ano 2012



Fonte: DSA - dez.2012

Considerando a natureza do vínculo laboral, podemos constatar que há uma estabilidade muito significativa dos recursos humanos da entidade, a qual constitui, simultaneamente, uma das valias mais significativas para o sucesso e eficácia das intervenções e um dos maiores desafios de gestão.

Esta circunstância - o vínculo estável – acontece, quer no que respeita ao pessoal docente, quer no que respeita ao pessoal não docente, com maior expressão nesta última categoria profissional, dado que o pessoal docente é, forçosamente, objeto de aferição anual em função das áreas de formação implementadas (turmas candidatadas e efetivamente constituídas).

Quadro nº 3 - Vínculo Contratual – Pessoal Não Docente
Ano 2012

VÍNCULO CONTRATUAL		HOMENS	MULHERES	TOTAL	
				Abs.	%
Dedicação exclusiva	Contrato Individual	8	41	49	*89*
	C. Termo Certo	3	24	27	
Contrato de Prestação de Serviços		0	2	2	*11*
Outras Situações/Emprego Protegido/Estágio Profissional		0	6	6	
Contrato Emprego-Inserção		0	1	1	
TOTAL		**11**	**74**	**85**	***100***

Fonte: DSA – dez. 2012

Quadro nº 4 - Vínculo Contratual – Pessoal Docente/Formadores
Ano 2012

VÍNCULO CONTRATUAL		HOMENS	MULHERES	TOTAL	
				Abs.	%
Dedicação exclusiva	Contrato Individual	16	26	42	*81*
	C. Termo Certo	1	9	10	
C. Prestação Serviços		5	4	9	*19*
Estágio Profissional		0	1	1	
Contrato Emprego-Inserção		1	1	2	
TOTAL		**23**	**41**	**64**	***100***

Fonte: DSA – dez. 2012

No atual contexto de racionalização dos recursos que já vinha sendo assumida pela gestão da organização, foi, em 2012, realizado um esforço complementar no sentido de assegurar que, na distribuição de serviço, para todos os colaboradores docentes da FA, pudesse aproximar-se do número de horas letivas/ano previstas nos Estatutos de referência.

Assim, o horário completo, como condição para a dedicação exclusiva, procurou-se que fosse a regra, com recurso a afetações a mais de uma valência, considerando a natureza do desempenho e a conformidade das habilitações académicas e profissionais. No 2º dos quadros seguintes, é patente essa racionalização dos recursos humanos (formadores) no que respeita ao complemento de horário na valência de Formação de Adultos (Formações Modulares Certificadas, unidades autónomas e percursos estruturados), já que 66% dos recursos docentes afetos diretamente a esta valência (25 em 38) são partilhados com a EPRAL, i.e., 60% dos formadores da EPRAL (25 em 42) têm complemento de horário na Formação de Adultos, alguns dos quais com um peso da respetiva componente letiva igual ou superior a 50% nesta valência.

Esta realidade em 2012, ao longo do ano, foi sendo reforçada em função da dinâmica das Formação de Adultos na sua relação com as entidades empregadoras da região.

Quadro nº 5 - Valências - Formação Jovens e Adultos/ Afetação de Recursos
Ano 2012

FUNÇÃO	EPRAL		
	Évora	Estremoz	Total
Não Formadores	**45**	**10**	**55**
Formadores	**32**	**10**	**42**
TOTAL	**77**	**20**	**97**
%	*79*	*21*	*100*

Fonte: DSA – dez. 2012

Quadro nº 6 - FORMAÇÃO DE ADULTOS

FMC - Évora/ Estremoz

2012

FUNÇÃO	TOTAL
Gestor/Coordenador ***partilhado com a formação inicial/ EPRAL***	**1**
Apoio à Coordenação	**2***
Administrativo	**2**
Formador contratado em regime de exclusividade para a valência	**2**
Formador interno em regime de exclusividade para a valência	**6**
Formador contratado ***partilhado*** *com a formação inicial/* ***EPRAL***	***3***
Formador interno ***partilhado*** *com a formação inicial/****EPRAL***	**22**
Total	**38**

*1 em regime de exclusividade e 1 partilhado com a formação inicial/EPRAL.

Fonte: DSA – dez. 2012

Quadro nº 7 - Recursos Humanos afetos ao Colégio Fundação Alentejo

Pessoal Docente e Não Docente

FUNÇÃO	TOTAL
Diretor	**1**
Diretor Pedagógico	**1***
Professores de 1º Ciclo	**2**
Educadores	**9****
Professor de AEC (Educação Física, Expressão Musical)	**2***
Auxiliares de Educação	**14**
Técnico de Pedagogia e Supervisão	**1**
Outros Técnicos (Médico)	**1***
Administrativos	**2**
Perfeito	**1**
Cozinheiro	**1**
Técnico de Restauração	**2**
Auxiliar de Limpeza	**4**
TOTAL	**41**

1. * Não exerce a tempo inteiro
2. ** 2 das quais acumulam a função de coordenadores de valência (creche e jardim-de-infância)

Fonte: DSA – dez.2012

1.2. Formação Contínua dos Recursos Humanos Internos

A Fundação Alentejo continuou, em 2012, a apostar na formação contínua dos recursos humanos internos, quer pela sensibilização e autorização para frequência de diferentes ofertas externas relevantes para os respectivos desempenhos profissionais, quer pela organização e implementação da oferta interna, consolidada em Plano de Formação próprio.

Estas ofertas tiveram como destinatários a totalidade dos colaboradores – docentes e não docentes – como forma de potenciar a qualidade da sua intervenção profissional e cívica na entidade e, ainda, como resposta ao disposto no artº 131º da Lei 7/99, de 12 de Fevereiro (Código do Trabalho), o qual refere no seu nº 1 b) "...*no âmbito da formação contínua, o empregador deve assegurar a cada trabalhador o direito individual à formação…, mediante ações desenvolvidas na empresa ou a concessão de tempo para a frequência de formação por iniciativa do trabalhador*..." e no seu número 2, "… o trabalhador tem direito, em cada ano a número mínimo de 35 horas de formação contínua…".

Neste contexto, considerando que a Fundação, reconhece a **importância da qualificação e capacitação do capital humano como fundamental ao desenvolvimento e ao sucesso da instituição**, a entidade iniciou a dinamização de um conjunto de ações internas (financiadas e não financiadas) ações de formação contínua no âmbito da execução da candidatura plurianual (2012/2013) para o desenvolvimento das Formações Modulares Certificadas.

Este projeto de formação tem uma dupla vertente, se por um lado, permite à entidade qualificar os seus recursos humanos em áreas chave dos seus serviços em função de um princípio de qualidade de desempenho profissional, por outro permite, aos adultos abrangidos, uma certificação capitalizável, enquadrada numa qualificação profissional.

Desta forma, e privilegiando princípios de **Igualdade de Oportunidades**, **a Fundação Alentejo procura assegurar aos seus recursos humanos, docente e não docentes, o mesmo acesso à formação e qualificação** que oferece ao público externo, garantindo as mesmas condições de concretização de percursos formativos individuais com igual qualidade formativa.

As áreas de formação candidatadas e aprovadas correspondem às áreas chave identificadas por diagnóstico, como foi referido oportunamente, aferido junto dos destinatários finais e dos serviços, consideradas como fulcrais para o incremento do sucesso e eficácia da intervenção da Fundação Alentejo, orientado para um plano de excelência como objetivo central da sua missão socioeducativa.

Atenta ainda à atual conjuntura nacional e internacional que se afigura muito complexa e plena de incertezas e dificuldades, antecipando os efeitos sociais que se farão notar, torna-se fundamental dotar os recursos humanos da Fundação Alentejo de competências de criatividade para o desenvolvimento de mecanismos de resiliência aplicáveis quer em contexto profissional, quer em contexto pessoal, e sobretudo, passíveis de disseminação.

Não obstante o referido anteriormente, a formação contínua dos recursos humanos, assumiu e continuará a assumir efetiva significância em todos os serviços e valências da Fundação Alentejo, e visou/visa os seguintes objetivos:

- Adaptação dos recursos humanos aos recursos tecnológicos existentes e a consequente maximização do uso das suas potencialidades;
- Desenvolvimento de competências para a criação de sinergias inter-equipas;
- Otimização dos mecanismos de interação e comunicação com o exterior;
- Desenvolvimento de competências e disseminação de atitudes positivas e comportamentos pró-ativos.

Em todos os seus colaboradores, independentemente do tipo de vínculo contratual, a Fundação promoveu a vinculação a valores e princípios de atuação socioprofissional orientados para a qualidade do serviço prestado à comunidade, criando condições para o seu envolvimento, empenhado, em ações de elevação e atualização das suas competências (ver quadros abaixo).

No ano 2012, a partir de Maio, a Fundação iniciou a implementação do seu plano de formação para internos, no âmbito do qual desenvolveu cinco ações de formação interna, duas das quais com recurso a financiamento próprio e três com financiamento do Programa Operacional Potencial Humano:

- UFCD - Aplicações Informáticas de Escritório (25H);
- UFCD - Comunicação no Atendimento (25H);
- UFCD - Folha de Cálculo - Operação e Programação (50H);
- UFCD - Crianças com Necessidades Específicas de Educação - NEE (50H);
- UFCD - Língua Inglesa - Relações Laborais - Iniciação (50H).

A execução das últimas duas ações só será concluída no ano 2013.

Ao longo ano de 2012, a Fundação manteve vínculo de trabalho (dependentes) com 153 colaboradores (sendo de 149 colaboradores o quadro integral, em dezembro de 2012, conforme 1.1.). Destes, 49 (32%) frequentaram ações de formação interna, alguns deles mais do que uma ação; 8 utilizaram horas ao abrigo do estatuto de trabalhador-estudante e 9 frequentaram formação externa/seminários.

Foi disponibilizada formação, também, a outros 16 colaboradores internos, que, no entanto, acabaram por não frequentar formação, tendo apresentado pedido formal de dispensa, por motivações diversas.

No âmbito da formação interna, a Fundação possibilitou, ainda, a 9 colaboradores não dependentes (1 prestadora de serviços, 2 colaboradores com contrato emprego-inserção e 6 colaboradoras em estágio profissional) frequentaram formação, 7 deles, frequentaram ambas as ações.

Quadro nº 9 - Formação Interna Disponibilizada aos Recursos Humanos no Ano 2012 (concluída)

Formação Interna	N.º Colaboradores Considerados		Desistentes	N.º Colaboradores Certificados
	Dependentes Envolvidos na Formação	Dependentes Prescindiram		
UFCD Aplicações Informáticas de Escritório	8	1	-	8
UFCD Comunicação no Atendimento	14	10	1	13
UFCD Folha de Cálculo - Operação e Programação	15	-	4	11
TOTAL	37	11	5	32
	48			

Fonte: DSA – dez.2012

Quadro nº 10 - Formação Interna Disponibilizada aos Recursos Humanos no Ano 2012 (em execução)

Formação Interna	N.º Colaboradores Envolvidos			N.º Colaboradores Certificados
	Dependentes	Outros*	Desistentes	
UFCD Crianças com Necessidades Específicas de Educação	20	8	-	-
UFCD Língua Inglesa - Relações Laborais	18	8	-	-
TOTAL	38	16	-	-
	54			

*Colaboradores com vínculo distinto de contrato de trabalho (contrato emprego-inserção; estágios profissionais e prestadores de serviços
Fonte: DSA – dez.2012

Quadro nº 11 - Ações de Formação (externas ou internas) Frequentadas pelos Docentes, em 2012

Nome	Ação de Formação
Ana Joaquina Fialho de Matos Louro	Curso de Suporte Básico de Vida
Ana Paula Afonso Carriço	UFCD - Folha de Cálculo - operação e programação
Anabela da Conceição Valente dos Santos Mira Mendes Orvalho	Prova de Avaliação Trabalhador-Estudante: Gestão de Conflitos na Escola (Curso de Profissionalização)
	Prova de Avaliação Trabalhador-Estudante: Educação e Sociedade (Curso Profissionalização)
	Prova de Avaliação Trabalhador-Estudante: Princípios de Didática (Curso Profissionalização)
António José Prates Manaia	Prova de Avaliação Trabalhador-Estudante: Gestão de Conflitos na Escola (Curso de Profissionalização)
	Prova de Avaliação Trabalhador-Estudante: Educação e Sociedade (Curso Profissionalização)
	Prova de Avaliação Trabalhador-Estudante: Princípios de Didática (Curso Profissionalização)
Chantal Marie Joelle Louchet	Dispensa Trabalhador - Estudante p/ Frequência de Mestrado em Línguas Aplicadas e Tradução
Dora Cristina Mata Ruivo Paquete Cavaco	UFCD - Folha de Cálculo - operação e programação
Dulce da Purificação Pereira Correia	UFCD - Folha de Cálculo - operação e programação
Elsa Cristina Rocha Azevedo Birra Mota	UFCD - Folha de Cálculo - operação e programação
Helga Maria Rebelo Candeias	UFCD - Folha de Cálculo - operação e programação (desistência)
Hugo Fernando Dias Marques	UFCD - Folha de Cálculo - operação e programação
João Luís Latas Lázaro	Curso de Mestrado Correspondente à Componente Curricular do Mestrado em Ciências da Educação
José António Nunes Rosado	Higiene e Segurança Alimentar
José Fernando Venâncio Ramalho	UFCD- Aplicações Informações de Escritório
	UFCD - Folha de Cálculo - operação e programação
Maria Cristina Correia Silveira Simões Palma	UFCD - Folha de Cálculo - operação e programação (desistência)
Maria da Conceição da Silva Marinho	Conferência: História del Paisage Geológico no âmbito do Mestrado em Ensino de Biologia e Geologia
	Frequência do Mestrado em Ensino de Biologia e Geologia
Maria da Graça Palula Viegas	Congresso: Novas dinâmicas territoriais e reconfiguração da ruralidade
Maria dos Santos Anjinho Barriga	Conferência: A Responsabilidade Social Empresarial no espaço Med
Rui Manuel Marrafa Martins	UFCD - Folha de Cálculo - operação e programação (desistência)
Vera Lúcia Pereira Guelha	UFCD - Folha de Cálculo - operação e programação (desistência)
Vítor Manuel Poças Martins Moreira	Frequência Mestrado em Ensino de Artes Visuais
Tânia Sofia Tavares de Carvalho Ribeiro Libório	Prova de Avaliação Trabalhador-Estudante: Gestão de Conflitos na Escola (Curso de Profissionalização)
	Prova de Avaliação Trabalhador-Estudante: Educação e Sociedade (Curso Profissionalização)
	Prova de Avaliação Trabalhador-Estudante: Princípios de Didática (Curso Profissionalização)

Fonte: DSA – dez.2012

Quadro nº 12 - Ações de Formação (externas ou internas) Frequentadas pelos Não Docentes, em 2012

Nome	Ação de Formação
Adelina Maria Amaro dos Santos	Seminário: Aprendizagem ao Longo da Vida: dificuldades e desafios
	Curso Intensivo de Planeamento Estratégico
	II Encontro Regional: O desafio da Aprendizagem ao Longo da Vida- Dos CNO aos CALV
Alexandra Cristina Simões Condeço da Cruz	UFCD- Comunicação no Atendimento
Ana Isabel Freixial Coxinho	Curso de Formação Profissional:Tratamento Estatístico de Dados
Ana Maria Mendes Guerra O'Neill Pedrosa	UFCD- Comunicação no Atendimento
António José Bordalo Lula	Seminário: Aprendizagem ao Longo da Vida: dificuldades e desafios
	Seminário: A gestão de Projetos cofinanciados pelo FSE: prevenir inconformidades
Célia Maria Ruivinho Ginga Saragoça	UFCD- Aplicações Informações de Escritório
Elsa Cristina Silva Marçal	UFCD- Aplicações Informações de Escritório
	UFCD - Folha de Cálculo - operação e programação
Eugénia Maria Ramos da Silva	UFCD- Aplicações Informações de Escritório
	Prestação de Prova - Júri Processo de RVCC
Hugo Miguel Giões Rico	II Encontro Regional: O desafio da Aprendizagem ao Longo da Vida- Dos CNO aos CALV
	Seminário: Os desafios da Aprendizagem ao Longo da Vida no Alentejo
Joaquina de Jesus Narciso Prim Costa	UFCD- Aplicações Informações de Escritório
	UFCD - Folha de Cálculo - operação e programação
Jorge Filipe Pereira Alfaiate	CCNA Exploration: Network Fundamentals
	CCNA Exploration: Routing Protocols and Concepts
Lisete dos Santos Carraça Glórias	UFCD- Comunicação no Atendimento
Lucília da Conceição Rochinha Correia	UFCD- Comunicação no Atendimento
Margarida Augusta Duarte Fonseca Pereira	UFCD- Aplicações Informações de Escritório
	UFCD - Folha de Cálculo - operação e programação
Maria do Céu Requetim Pacheco Moreira	UFCD- Comunicação no Atendimento
Maria Isabel Batanete Quadrado	UFCD- Comunicação no Atendimento
	Prestação de Prova - Júri de Certificação - RVCC
Maria Leonor Pirra Balesteros	UFCD- Comunicação no Atendimento
Marina do Céu Raposo Laranjo	UFCD- Comunicação no Atendimento
Rosália dos Anjos Pires Marchante Rebola	UFCD- Aplicações Informações de Escritório
	UFCD - Folha de Cálculo - operação e programação
Rosária Maria dos Santos Rato	UFCD- Aplicações Informações de Escritório
	UFCD - Folha de Cálculo - operação e programação
Sílvia Cristina Enderenço Paredes Leão	UFCD- Comunicação no Atendimento
Sílvia Maria Lopes Gonçalves	UFCD- Comunicação no Atendimento
Sónia do Carmo Rodrigues Amaral	UFCD- Comunicação no Atendimento

Fonte: DSA – dez.2012

2. BALANÇO DE ATIVIDADES – VALÊNCIAS

2.1. EPRAL – FORMAÇÃO INICIAL DE JOVENS

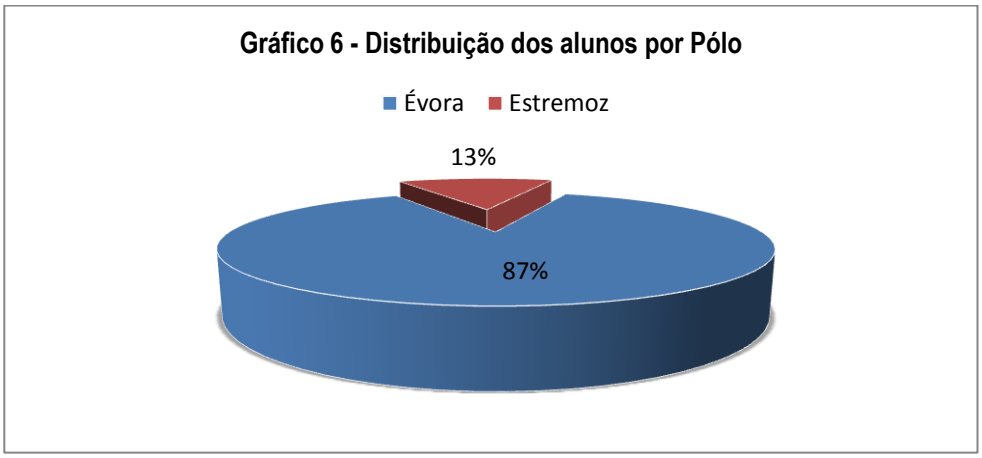
A EPRAL – Escola Profissional da Região Alentejo é um marco do ensino profissional na região Alentejo que assumiu o compromisso com os jovens, com o Alentejo e com o desenvolvimento sustentável. O ano de 2012 foi particularmente difícil, a vários níveis, pois ficou marcado pelo encerramento do Pólo de Elvas devido à conjuntura sociodemográfica da cidade. Desta forma, conta com o Pólo de Évora e o Pólo de Estremoz para continuar a missão de qualificar os jovens e dotá-los das competências necessárias para a sua integração socioprofissional.

No presente ano letivo com um conjunto de 27 turmas e 557 alunos, distribuídos pelos diferentes anos, curso, e polos, conforme segue:

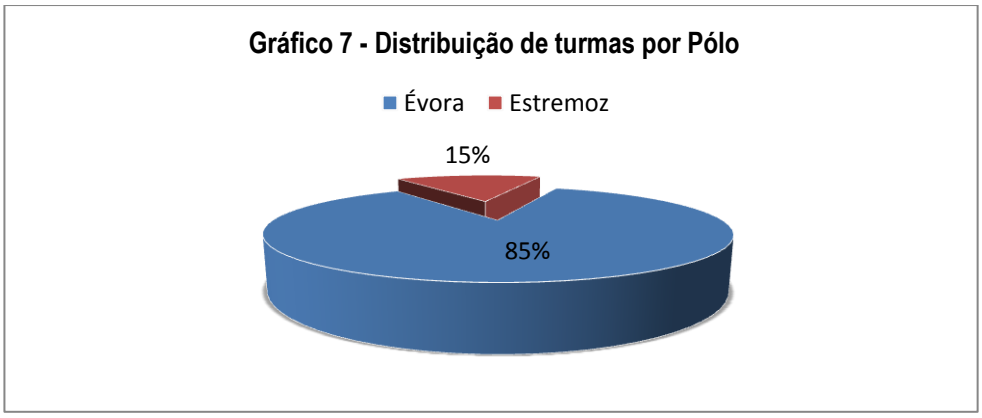
Quadro 13 - Total de alunos e turmas, por ano e Pólo (Cursos de Nível IV) – Ano Letivo2012/2013

EPRAL	1º Ano		2º Ano		3º Ano		TOTAL	
	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas
Évora	181	7	145	7	157	9	483	23
Estremoz	25	1	21	1	28	2	74	4
TOTAL	**206**	**8**	**166**	**8**	**185**	**11**	**557**	**27**

Fonte: DSA – dez. 2012



Fonte: DSA – dez. 2012



Fonte: DSA – dez. 2012

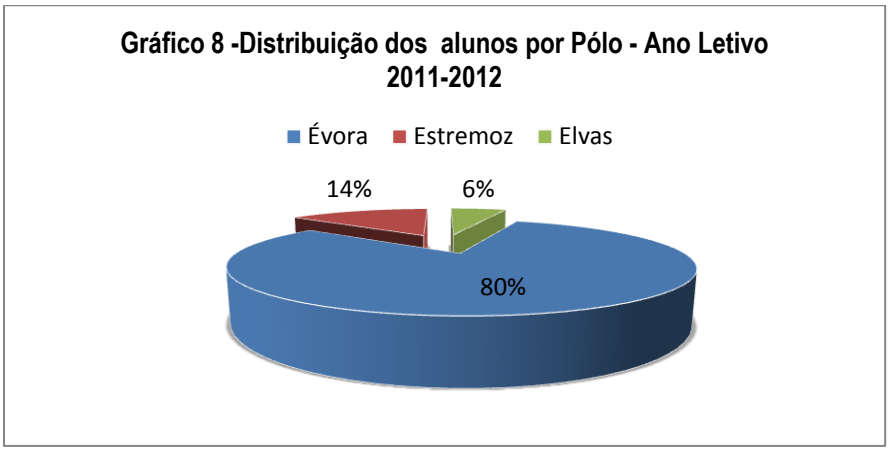
Os valores acima, do ano letivo 2012/2013, contrastam com os que se verificavam no ano letivo anterior, conforme quadro e gráfico abaixo. No ano letivo iniciado em setembro, houve uma redução de 11% dos alunos e de 19% das turmas, em função do encerramento progressivo do polo de Elvas e, ainda, pela não reposição integral do número de turmas nos polos existentes (menos uma turma em Évora e menos duas turmas em Estremoz).

Contudo a quebra de 19 % nas turmas (de 33 para 27) e maior do que a quebra verificada no número de alunos, pois as turmas de 1º ano, nos termos das orientações/imposições superiores foram constituídas com um número superior ao habitual, sempre igual ou acima dos 25 alunos/turma.

Quadro 14 - Total de alunos e turmas, por ano e Pólo (Cursos de Nível IV)
Ano Letivo2011/2012

EPRAL	1º Ano		2º Ano		3º Ano		TOTAL	
	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas
Évora	173	7	169	9	157	8	499	24
Estremoz	26	1	19	2	43	3	88	6
Elvas	0	0	10	1	25	2	35	3
TOTAL	199	8	198	12	225	13	622	33

Fonte: DSA – jan. 2012



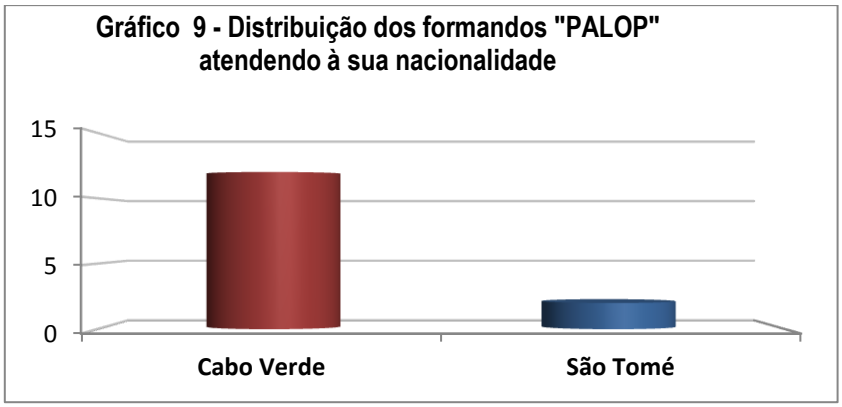
Fonte: DSA – jan. 2012

O atual enquadramento dos financiamentos inibe, como se disse no Relatório e Planos de Actividade anteriores a manutenção da política de acolhimento de alunos oriundos dos PALOP, ao abrigo dos Protocolos existentes com as autoridades nacionais desses estados. Contudo, ainda permanecem entre nós, nas turmas de 3º ano um total de 14 alunos de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe.

Quadro 15 – Formandos dos PALOP na EPRAL – 2012/2013

EPRAL	1º Ano		2º Ano		3º Ano		TOTAL		Total PALOP
	CV	ST	CV	ST	CV	ST	CV	ST	
Évora	-	-	-	-	11	1	11	1	12
Estremoz	-	-	-	-	-	2	-	2	2
TOTAL	-	-	-	-	11	3	11	3	14

Fonte: DSA – dez. 2012



Fonte: DSA – dez. 2012

As 27 turmas distribuem-se por várias áreas de formação/ cursos e anos, conforme quadro abaixo, sendo as áreas de Audiovisuais e Media (8 turmas), de Hotelaria/Restauração (6 turmas) e de Apoio à Infância (4 turmas), aquelas que possuem uma maior representação.

Quadro n.º 16 – Distribuição – Áreas de Formação/ Turmas/Ano

CURSOS PROFISSIONAIS NÍVEL IV	ÉVORA TURMAS			ESTREMOZ TURMAS			TOTAL/TURMAS			
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	T
Audiovisuais e Produção dos Media										***8***
Multimédia - A		1	1		1	1	0	2	2	4
Multimédia - B			1				0	0	1	1
Multimédia / Vídeo	1						1	0	0	1
Animação 2D e 3D				1			1	0	0	1
Vídeo		1					0	1	0	1
Marketing e Publicidade										***3***
Comunicação/ Marketing, Rel. Pub. e Publicidade	1		1				1	0	1	2
Organização de Eventos		1					0	1	0	1
Proteção de Pessoas e Bens										***2***
Proteção Civil			1				0	0	1	1
Processa. e Controlo de Qualidade Alimentar	1						1	0	0	1
Ciências Informáticas										***2***
Gestão e Programação Sistemas Informáticos			1				0	0	1	1
Informática de Gestão		1					0	1	0	1
Construção Civil										***1***
Construção Civil	1						1	0	0	1
Serviço de Apoio a Crianças e Jovens										***4***
Apoio à Infância	1	1	1			1	1	1	2	4
Hotelaria e Restauração										***6***
Restauração - A	1	1	1				1	1	1	3
Restauração - B			1				0	0	1	1
Receção	1		1				1	0	1	2
Tecnologias da Saúde										***1***
Auxiliar de Saúde		1					0	1	0	1
SUB TOTAL	**7**	**7**	**9**	**1**	**1**	**2**	**8**	**8**	**11**	**27**
TOTAL	**23**			**4**			**27**			

Fonte: DSA – dez. 2012

As atividades desenvolvidas, pela EPRAL, e/ou em cooperação com outras entidades são uma das mais-valias desta instituição de ensino, pois toda a sua atuação é orientada para proporcionar aos jovens uma diversidade de saberes (académicos e extra académicos) que lhes permita ter um contacto e um conhecimento com outras empresas, instituições (públicas e privadas), regiões e até mesmo países, abrir-lhes portas e despertar o seu interesse e curiosidades para as mais diversas áreas.

Muitas das atividades abaixo descriminadas reportam-se ao conjunto da Escola e, como tal, transversais a esta valência, ainda que, pelo seu peso, muitas delas tenham sido dinamizadas principalmente pelo polo de Évora. Contudo, como se verá, o polo de Estremoz, ao longo do ano, manteve uma interação particularmente intensa com todo o tido de parceiros locais e regionais, designadamente em sede de desenvolvimento de Provas de Aptidão Profissional e de atividades de orientadas para a ligação Escola/Comunidade. Do Polo de Elvas, porque viu a sua atividade ser encerrada no presente ano, referem-se os resultados mais significativos da sua atividade formativa do último ano das turmas do seu último ciclo.

2.1.1. Polo de Évora

2.1.1.1. Atividades orientadas para a comunidade escolar e para a consolidação das relações *escola-comunidade*

Ao longo do ano de 2012 a EPRAL desenvolveu atividades orientadas para a comunidade escolar e para o desenvolvimento e consolidação das relações escola-comunidade, com o objetivo de preparar os seus jovens para a vida futura e dotá-los de conhecimentos que lhes permitam ter uma participação cívica relevante e a crescer socialmente responsáveis. Nestas iniciativas os conceitos chave abordados foram a *cooperação, a solidariedade, a cidadania e participação, a educação para a saúde, a segurança e a prática desportiva.*

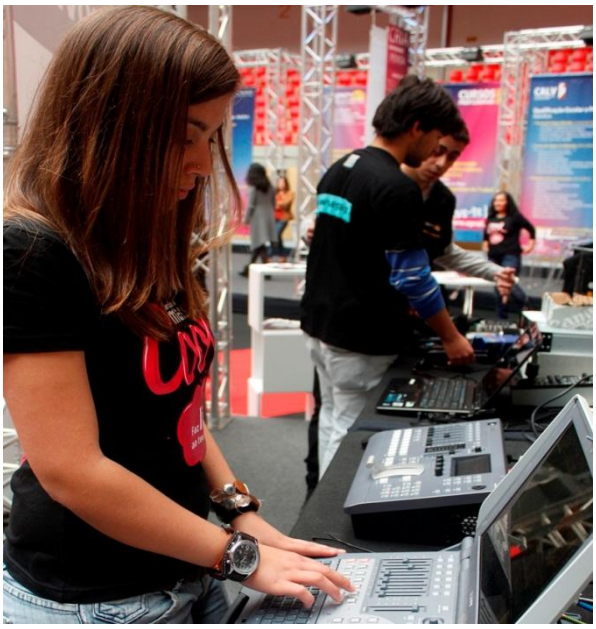
Cidadania e participação cívica, participámos no "*Parlamento dos Jovens 2012*", iniciativa institucional da Assembleia de República.

S*olidariedade*, apoiámos a recolha de fundos destinados à *Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC)*, *Cruz Vermelha Portuguesa (CVP)* e *Cáritas*, assim como a dádiva benévola de sangue, promovida pela *Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Évora (ADBSE)* e pelo *Instituto Português do Sangue*.

Educação para a saúde, apoiámos ações de rastreio e ações preventivas de informação e de sensibilização para a adoção de boas práticas, iniciativas da *ARS/Centro de Saúde de Évora-Saúde Escolar*. Destacamos o *workshop* "Gestão de Comportamentos de Risco", envolvendo os Orientadores Educativos e as técnicas do GAOVE, levado a cabo pelo IDT, o "rastreio de visão", a cargo do Centro de Saúde de Évora e o Curso de Suporte Básico de Vida, a cargo da Escola Superior de Enfermagem S. João de Deus/Universidade de Évora, envolvendo formandos e formadores dos Cursos Profissionais de Técnico Auxiliar de Saúde e de Técnico de Proteção Civil.

Segurança, realizámos duas *ações-simulacro* de situações de crise com o apoio dos formandos do Curso Profissional de Técnico de Proteção Civil, no âmbito dos planos de segurança e de emergência da EPRAL. Acolhemos a realização de duas ações de esclarecimento, de sensibilização e de prevenção rodoviária com o apoio da *Polícia de Segurança Pública (PSP)* através do programa "*Escola Segura*", destinadas aos formandos automobilistas.

Prática desportiva, destacamos os resultados obtidos no âmbito do Corta-mato Distrital (Desporto Escolar) realizado em Évora no dia 15 de fevereiro/2012: 1º. lugar no escalão de juniores femininos ("Campeã Distrital de Juniores Femininos" - formanda Dora Figueiredo – Curso Profissional de Técnico de Receção, 2010-2013); 2º. lugar na categoria de juniores masculinos ("Vice-Campeão Distrital de Juniores Masculinos" - formando Nuno Rebocho – Curso Profissional de Técnico de Proteção Civil, 2009-2012); 1º. lugar "Equipas" (EPRAL, Campeã Distrital de Juniores Masculinos).



Forum das Profissões

Forum das Profissões

Forum das Profissões - Atelier de Restauração

2.1.1.2. Outras Atividades Relevantes

Concurso ideias para elaboração do cartaz alusivo ao "Mês da Juventude – Março/2012): 1º. lugar obtido pelo formando Luís Silva (Curso Profissional de Técnico de Multimédia, 2009-2012.

Cobertura audiovisual e difusão simultâneas da "Final da Taça da Liga de Basquetebol", através da *SPORT TV*, realizada na cidade de Vendas Novas nos dias 20 a 22 de janeiro/2012 (Curso Profissional de Técnico de Vídeo).

CVRA/"ViniPortugal". Acolhemos, nos dias 6 e 13 de fevereiro, duas sessões de formação destinada aos formandos finalistas do Curso Profissional de Técnico de Restauração sobre *enologia e serviço de vinhos*, levada a cabo pela CVRA (Comissão Vitivinícola Regional do Alentejo).
Roadshow Fujitsu. Participámos nas sessões *do Roadshow Fuitsu Évora/2012*, concretamente na visita à exposição e equipamentos e no seminário realizado no dia 16 de fevereiro, no Hotel Mar d'ar Aqueduto, através dos Cursos Profissionais de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos e de Técnico de Informática-Gestão.

Futurália 2012. Representámos a Região Alentejo (a convite da DREA) no âmbito da Futurália/2012, na FIL/Lisboa entre os dias 16 e 17 de março, através do Curso Profissional de Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade.

Forum das Profissões. Realizado em Évora (Arena de Évora), de 21 a 25 de março/2012, o "*Fórum das Profissões"* constituiu um dos grandes projetos de atividades de formação mobilizadores da comunidade FA/EPRAL, na afirmação, consolidação e divulgação do nosso *Projeto Educativo*, junto da comunidade regional e em particular junto dos jovens estudantes e seus familiares, viabilizando a divulgação sistemática das atividades de aprendizagem e da oferta formativa da EPRAL através da comunicação social (sendo destacar nesta matéria a disponibilidade e o apoio do grupo empresarial de comunicação "Diário do Sul"). O *"Fórum das Profissões"* foi inaugurado pela Diretora Regional de Educação do Alentejo e encerrado pela Presidente da Fundação Alentejo num ambiente de ampla coesão e satisfação da comunidade educativa.

Congresso das Açordas. Realizado na Vila de Portel entre 30 de março a 1 de abril, participámos uma vez mais na edição 2012 do Congresso das Açordas, através do Curso Profissional de Técnico e Restauração.

Aniversário da Fundação Alentejo/Dia da Europa – 9 de Maio. Celebrámos o 13º. Aniversário da Fundação Alentejo, associado ao *Dia da Europa*, sendo de salientar a mobilização de toda a comunidade escolar e a concentração na Praça de Giraldo, em Évora.

Receção ao Exmo. Embaixador do Paraguai e à comitiva de empresários e comunicação social (organização grupo *Diário do Sul*). Acolhemos a visita do Senhor Embaixador do Paraguai no dia 9 de Maio e acompanhámos a conferência proferida para empreendedores. No quadro desta visita e dado o interesse manifestado pelo Senhor Embaixador pelo aprofundamento do conhecimento sobre a Região Alentejo e a Fundação Alentejo, lançámos ao Senhor Embaixador o desafio de organizarmos, em Évora e com o seu apoio, atividades de intercâmbio cultural entre Portugal e o Paraguai.

Seminário "Direitos de Autor". Em colaboração com a Associação Portuguesa de Imprensa e o grupo Diário do Sul, acolhemos o Seminário "Direitos de Autor", no dia 22 de maio/2012, estando envolvidos em particular os formandos dos Cursos Profissionais de Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade, de Técnico de Multimédia e de Técnico de Vídeo.

Mega-gaspacho. Realizámos, no dia 20 de junho/2012, o *Mega-gaspacho*, na Praça do Giraldo, em Évora, aberto à participação da comunidade eborense, dando a degustar o típico gaspacho alentejano, iniciativa do Curso Profissional de Técnico de Restauração.

Através, em particular do envolvimento do Curso Profissional e Técnico de Apoio à Infância, colaborámos em diversas atividades dirigidas à comunidade: **Dia Mundial da Família (12 de maio**); **Dia Mundial da Criança (1 de junho)**; **Dia da Cidade de Évora** – construção do *logotipo humano* evocando o símbolo "Évora – Património da Humanidade", nos Paços do Concelho (29 de junho); **Atividades Lúdicas evocativas do Natal**, na Casa do Povo de Canaviais, para crianças residentes nesta freguesia do Concelho de Évora (21 de dezembro).

Dia da Europa - Praça do Giraldo

Apresentação Pública de PAP

Bênção de Pastas – Ciclo de 2009/2012

Receção à Delegação Angolana do MINUC (Ministério do Urbanismo e Construção de Angola) – 2 a 6 de julho/2012. Participámos no acolhimento e nos trabalhos que envolveram a delegação angolana do MUNIC, tendo em vista a cooperação entre a Fundação Alentejo e o Estado angolano, no que respeita em particular, ao desenvolvimento da formação profissional naquele País. Salientamos, pela nossa parte, a sessão de trabalho realizada no Pólo de Estremoz da FA/EPRAL no dia 4 de julho.

Visita do Diretor da EMBRAER PORTUGAL - Évora. Acolhemos e acompanhámos a visita do Senhor Diretor da EMBRAER (Dr. Paulo Marchioto), realizada no dia 30 de agosto/2012, bem como a reunião realizada no gabinete da Presidente da FA, durante a qual foram perspetivadas várias oportunidades de cooperação entre ambas as organizações.

Inauguração do Quadro de Honra – Mérito Escolar. Inaugurámos no dia 2 de Outubro, na presença da Senhora Diretora Regional de Educação do Alentejo e da Presidente da Fundação Alentejo, o *Quadro de Honra – Mérito Escolar*, evocativo dos formandos que se distinguiram ao longo dos ciclos de formação como melhores alunos no âmbito da EPRAL (1990-1993 a 2009-2012). O Quadro de Honra consagra e evoca na comunidade, o *mérito* e o *esforço* enquanto fatores promotores do sucesso educativo e valores estruturantes do futuro socioprofissional dos jovens.

Comemoração do Dia do Diploma – Em cerimónia presidida pela Senhora Diretora Regional de Educação do Alentejo e antecedendo a inauguração do *Quadro de Honra*, atribuímos o *Diploma de Mérito 2012* à finalista-diplomada do ciclo de formação 2009-2012, Andreia Cruz, (Curso Profissional de Técnico de Organização de Eventos) que se distinguiu como melhor aluna nesse ciclo de formação.

2.1.1.3. Auditorias e Visitas de Acompanhamento

Ao longo do ano de 2012 acolhemos duas ações externas de auditoria e de acompanhamento da atividade da EPRAL (no seu todo):

- IGF/Instituto de Gestão Financeira (1 de março a 6 de março/2012), incidindo sobre as turmas dos Cursos Profissionais de Técnico de Apoio à Infância (1º. Ano), Técnico de Multimédia (2º. Ano A+B), Técnico de Restauração (2º. Ano A+B) e Técnico de Vídeo (1º. Ano);
- POPH/Alentejo (10 e 11 de outubro/2012), incidindo sobre o Curso Profissional de Técnico de Apoio a Infância, CF 2009-2012.

Em ambas as intervenções foi constatada a conformidade dos requisitos documentais e processuais que envolvem os dossiês, técnico-pedagógico e financeiro, das ações de formação.

- Conselho de Gestão do POPH - Acolhemos e acompanhámos a visita da Vogal do Conselho de Gestão do POPH (Dr.ª Alexandra Vilela) realizada no dia 29 de outubro/2012, bem como a reunião realizada no gabinete da Presidente da FA, durante a qual foram apresentadas pela Presidente da FA e debatidas com a Vogal do CG POPH várias questões relacionadas com o financiamento do ensino profissional do âmbito do POPH.

2.1.1.4. Formação de formadores e desenvolvimento de competências

O aperfeiçoamento das competências e elevação das qualificações profissionais dos formadores constitui um desiderato da nossa escola profissional. Neste âmbito salientamos:

a) O envolvimento de 2 professores no programa de *profissionalização em serviço*, nas áreas de Sociologia e Português-Inglês;
b) O envolvimento de 1 professor no Curso de Mestrado de Ciências da Educação-Supervisão Pedagógica.
c)

A Direção Pedagógica da EPRAL levou ainda a cabo duas ações internas de formação dirigidas aos formadores que desempenharam as funções de *orientação educativa* e uma ação de formação destinada aos formadores que desempenharam as funções de *coordenação de curso*.

Neste mesmo âmbito e associada ao desenvolvimento de competências na organização, gestão e operação de tecnologias e aplicações digitais, salientamos o projeto de cooperação entre a FA e a Microsoft na implementação

do MSFT365, visando, no imediato, a utilização recorrente de meios eletrónicos de comunicação, a produção de materiais diversificados de apoio didático-pedagógico e a sua publicação em *sites* apropriados a cada grupo-turma-curso e a gestão destes meios de apoio por via eletrónica. As TIC, na generalidade, e o meios e plataformas de "*e-learning*", em particular, permitem-nos melhorar substantivamente a qualidade dos *materiais* disponibilizados aos formandos e a introdução de fatores de flexibilidade na organização e gestão das aprendizagens, viabilizando o acompanhamento mais assíduo e sistemático da progressão formativa dos jovens.

2.1.1.5. Encerramento do Ciclo de Formação 2008-2011

O encerramento do ciclo e formação 2008-2011 decorreu, no que concerne à Cerimónia de Entrega de diplomas e Celebração da Palavra, no dia 4 de fevereiro de 2012. Neste evento contámos com a presença da Senhora Secretária de Estado da Educação (Profª. Dr.ª Isabel Leite) e da Senhora Diretora Regional de Educação do Alentejo (Dr.ª Maria Reina Martin) e do Senhor Vice-reitor da Universidade de Évora (Prof. Dr. José Manuel Caetano) que, conjuntamente com a Presidente da Fundação Alentejo e o Diretor da EPRAL, constituíram a Mesa de Honra que presidiu à cerimónia de entrega de diplomas.

2.1.1.6. Ciclo de Formação 2009-2012

Relativamente ao CF 2009-2012, passamos a apresentar alguns dados globais relativos à conclusão de cursos, ao percurso pós formativo, *Provas de Aptidão Profissional*, traduzidos graficamente, e FCT/Estágios Curriculares.

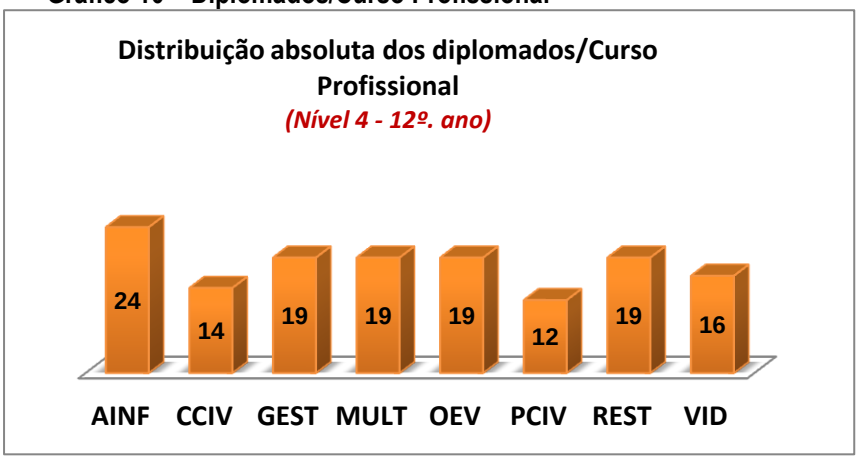
Resultados

Quadro n.º 17 - Cursos Profissionais - *(Nível 4 – 12º. Ano)* **- Pólo de Évora**
Resultados – Conclusão de Curso

Curso Profissional	FIN	DIP	TXC %
Técnico de Apoio à Infância	25	24	96
Técnico de Construção Civil	15	14	93,3
Técnico de Gestão	20	19	95
Técnico de Multimédia	21	19	90,5
Técnico de Organização de Eventos	20	19	95
Técnico de Proteção Civil	15	12	80
Técnico de Restauração	19	19	100
Técnico de Vídeo	20	16	80
Totais	**155**	**142**	**91,6**

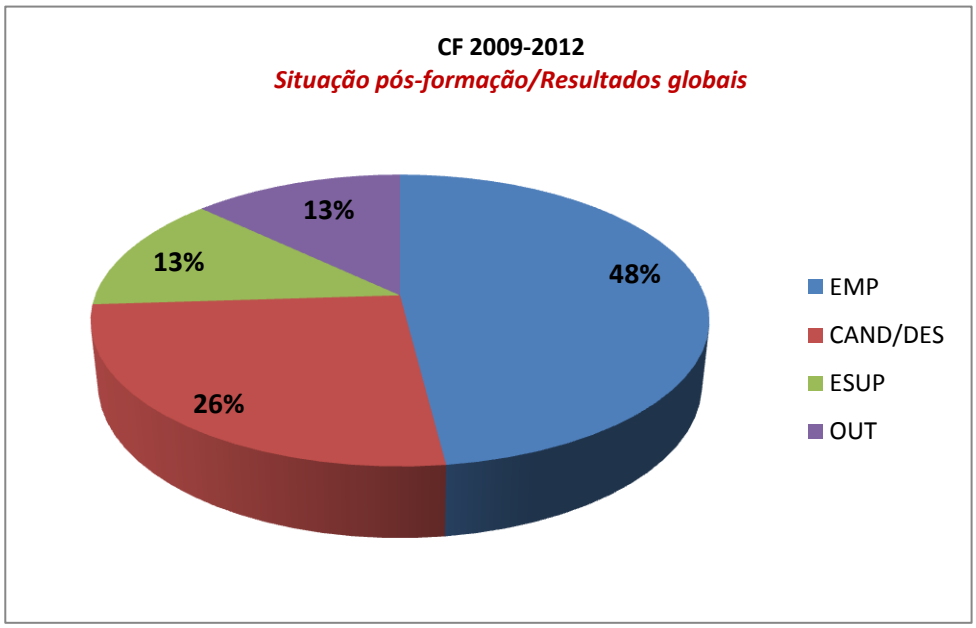
Legenda: *FIN = Finalistas (Matriculados no 3º. Ano - AL 2011-2012)*
DIP = Diplomados
TXC % = Taxa de conclusão
DIP = Diplomados
Fonte: DTP Évora – fev. 2013

Gráfico 10 – Diplomados/Curso Profissional



Fonte: DTP Évora – fev. 2013

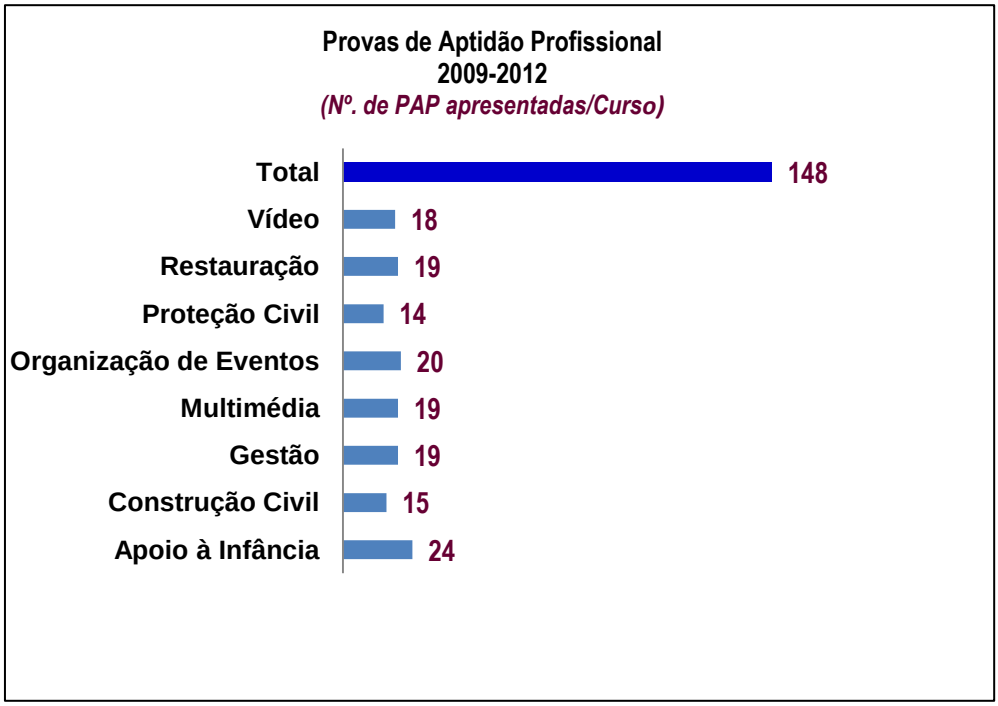
Gráfico 11 – Situação Pós-Formação / Resultados Globais



Legenda: *EMP: Empregados;*
CAND/DES: Candidatos ao emprego/desempregados;
ESUP: Ensino Superior;
OUT = Outras

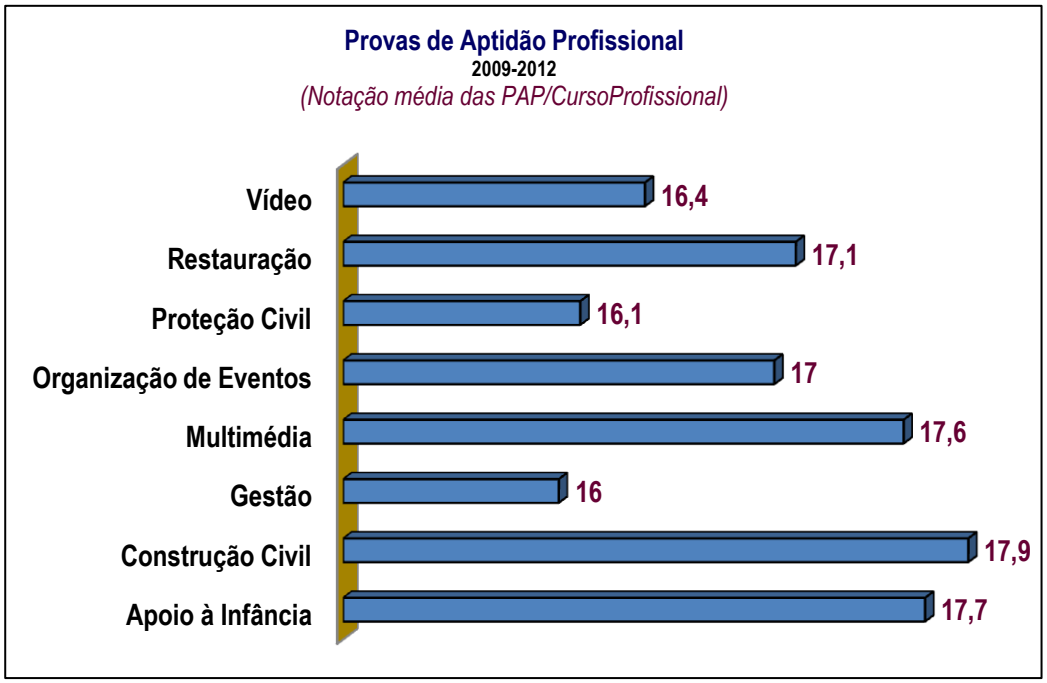
Fonte: DTP Évora – fev. 2013

Gráfico 12 - Provas de Aptidão Profissional 2009-2012 – Pólo de Évora



Fonte: DTP Évora – fev. 2013

Gráfico 13 – Notação Média das PAP



Fonte: DTP Évora – fev. 2013

Entidades Externas que integraram os Júris de PAP 2009-2012 (ordem alfabética):

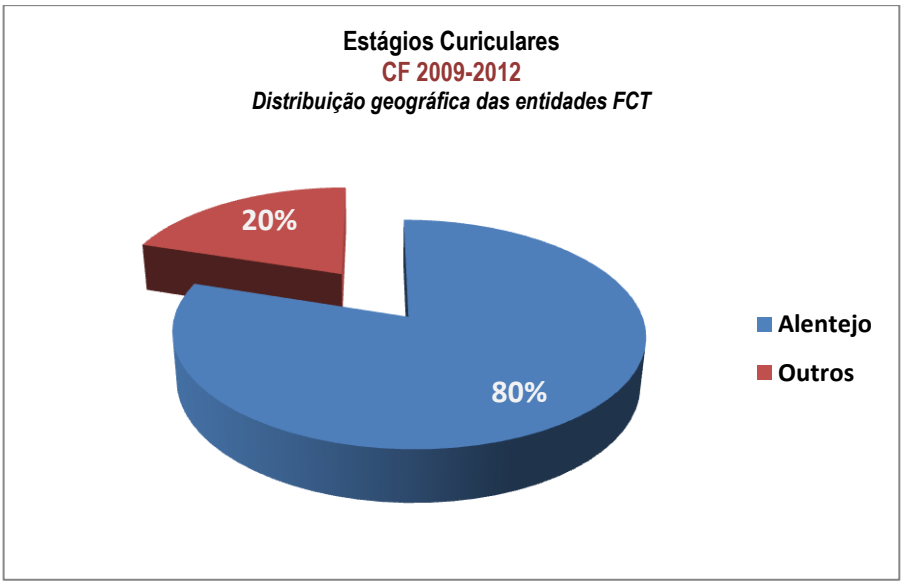
- AECOPS - Assoc. de Empresas de Construção e Obras Públicas
- AHRESP - Assoc. de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal
- APECATE – Assoc. Portuguesa das Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos
- Assoc. Portuguesa de imagem/Assoc. de Diretores de Fotografia e Imagem
- ASSOFT – Assoc. Portuguesa de Software
- Autoridade Nacional de Proteção Civil/Comando Distrital de Operações de Socorro – Évora
- Câmara Municipal de Évora (Comando Concelhio de Proteção Civil)
- Câmara Municipal de Évora (Deptº. de Gestão e Administração)
- Câmara Municipal de Évora (Deptº. de Relações Internacionais/Protocolo)
- Câmara Municipal de Évora (Divisão Socioeducativa)
- Cineclube de Arouca
- Ordem do Engenheiros Técnicos
- Turismo de Portugal, IP/Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre
- Universidade de Évora (Deptº. de Pedagogia e Educação)
- Universidade de Évora (Núcleo Minerva)

FCT – Estágios Curriculares (CF 2009-2012)

Na realização dos Estágios Curriculares dos Cursos-Turmas que frequentaram o Ciclo de Formação 2009-2012 foram envolvidas 186 entidades – os Estágios Curriculares destes grupos-turma decorreram nos anos letivos de 2010-2011 e de 2011-2012, quando se encontravam respetivamente no 2º. ano e no 3º. ano de formação.

Do conjunto de entidades envolvidas na formação em contexto real de trabalho, cerca de 80% (149) estão sedeadas e desenvolvem a sua atividade na Região Alentejo. Não obstante a conjuntura socioeconómica e o arrefecimento da atividade económica, gostaríamos de salientar que não deparámos com quaisquer dificuldades na colocação de estagiários no âmbito da sua formação curricular, em contexto real de trabalho.

Gráfico 14 – Distribuição Geográfica – Estágios Curriculares



Fonte: DTP Évora – fev. 2013

Colaboração com o *Colégio da Fundação Alentejo* no incremento de atividades lúdicas e formativas

É, ainda, de salientar a importância da cooperação com o Colégio da Fundação Alentejo uma vez que esta parceria constitui uma mais-valia, particularmente no que concerne ao *Curso Profissional de Técnico de Apoio à Infância*, seja pelo apoio na realização de Estágios Curriculares, seja pelas oportunidades de consolidação de aprendizagens e de competências (em *contexto real de trabalho*) no âmbito de atividades lúdicas realizadas ao longo do ciclo anual que nos permitem aprofundar de forma contextualizada aprendizagens no domínio das *expressões* - dramática, plástica, corporal e musical - em particular. Por outo lado, é-nos dada possibilidade de dispormos de um contexto que nos parece muito apropriado para o exercício de *metodologias de projeto*, francamente enriquecedoras para o trabalho de formandos e formadores.

2.1.2. Polo de Estremoz

No ano de 2012, considerando o ciclo de formação de 2009/2012 cuja formação terminou em julho deste ano, os resultados obtidos foram os constantes do quadro abaixo.

Quadro nº 18 – Cursos/Turmas – 3º ano (ciclo de 2009/2012)

Curso Profissional (12º. Ano – Nível 4)	Alunos				
	Matriculados no 3º. Ano	Apresentaram PAP	Notação média da PAP*	Concluíram	Tx. Conclusão
MULTIMÉDIA	18	17	13,6	17	94,4%
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	13	13	13,8	13	100%
PROTEÇÃO CIVIL	12	12	13,1	12	100%
Totais	43	42		42	98,1%

**Prova de Aptidão Profissional*
Fonte: DTP Estremoz – fev.2012

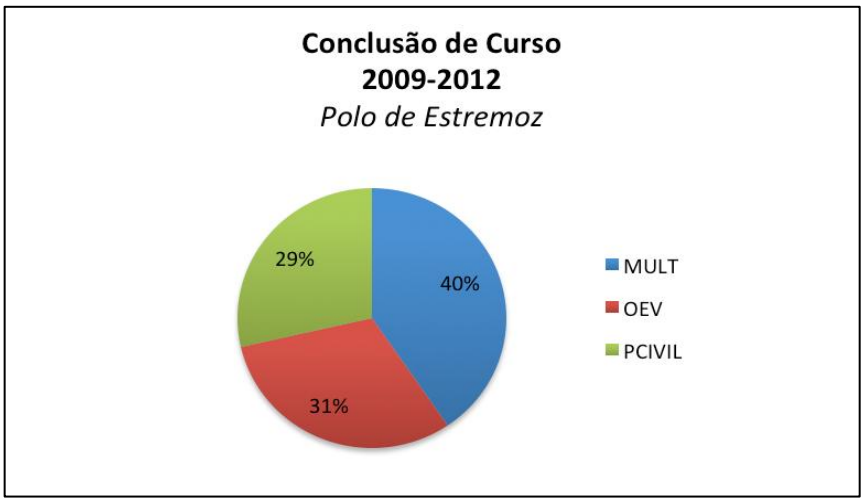
No final do ciclo de formação 2009-2012, encontravam-se matriculados, no Polo de Estremoz da EPRAL, 43 formandos. Foram apresentadas 42 *provas de aptidão profissional*. Concluíram integralmente a formação 42 jovens, correspondendo este número a uma taxa de sucesso da ordem dos 98,1%.

2.1.2.1. Conclusão de Curso – Ciclo de Formação 2009-2012

Em termos relativos, saliente-se o sucesso absoluto obtido nos Cursos Profissionais de Técnico de Organização de Eventos (OEV) e de Técnico de Proteção Civil (PCIVIL), dado que a totalidade dos formandos que integraram as respetivas turmas no 3.º ano concluíram a formação com sucesso (100%). A melhor prestação média na *Prova de Aptidão Profissional*, isto é a melhor notação média obtida nesta *prova,* foi de 13,8 valores, no Curso Profissional de Técnico de Organização de Eventos.

Gráfico 15

Distribuição relativa dos diplomados por curso profissional



Fonte: DTP Estremoz – fev.2012

Como entidades externas, integrando os **Júris de Avaliação das Provas de Aptidão Profissional**, estiveram representadas, respetivamente:

Multimédia
Universidade de Évora - Centro de Competência TIC
arqui300- Imagem& Filme 3D
Organização de Eventos
Instituto Politécnico de Portalegre (Escola Superior de Tecnologia e Gestão)
Câmara Municipal de Estremoz (Divisão Socioeducativa)
Proteção Civil
Autoridade Nacional de Proteção Civil – Comando Distrital de Operações de Socorro de Évora
Instituto Politécnico de Beja (Escola Superior de Tecnologia e Gestão)

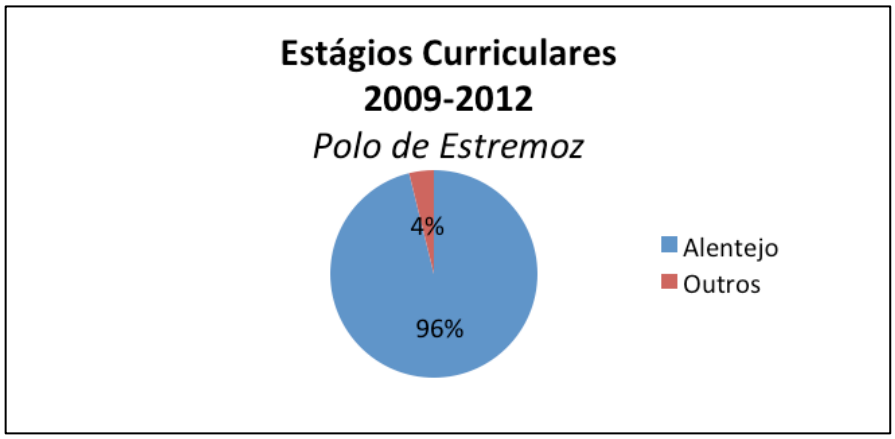
2.1.2.2. Formação em contexto real de trabalho (FCT) - Polo de Estremoz

A realização dos estágios curriculares dos formandos que frequentaram o ciclo de formação 2009-2012, no Polo de Estremoz da EPRAL, envolveu, nos anos letivos de 2009-2010 e de 2010-2011, 45 entidades maioritariamente localizadas na região Alentejo (96%, 43 entidades).

As atividades de formação em contexto real de trabalho, designadamente os estágios curriculares têm constituído um dos elementos-chave na consolidação do nosso projeto educativo junto do tecido produtivo regional e na promoção da empregabilidade dos diplomados.

Gráfico 16

Estágios curriculares – distribuição geográfica relativa das entidades de acolhimento



Fonte: DTP Estremoz – fev.2012

Quadro nº 19 – Classificações em FCT/Estágio Curricular – Ciclo de 2009/-2012

Curso Profissional (12º. Ano – Nível 4)	Notação média da FCT
MULTIMÉDIA	15,1
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	15,7
PROTEÇÃO CIVIL	17,3
Média global	16,03

Fonte: DTP Estremoz – fev.2012

A melhor prestação média, obtida na Formação em Contexto de Trabalho, foi de 17,3 valores, no Curso Profissional de Técnico de Proteção Civil. Em termos globais, podemos referir uma média bastante satisfatória no que respeita a esta matéria (Classificações da Formação em Contexto de Trabalho): 16,0 valores.

2.1.2.3. Polo de Elvas

No final do ciclo de formação 2009-2012, encontravam-se matriculados, no Polo de Elvas da EPRAL, 24 formandos. Foram apresentadas 24*provas de aptidão profissional*. Concluíram integralmente a formação 23 jovens, correspondendo este número a uma taxa de sucesso da ordem dos 96,9%. Em termos relativos, saliente-se o sucesso absoluto obtido no Curso Profissional de Técnico de Apoio à Infância (100%).

A melhor prestação média, isto é a melhor notação média obtida na Prova de Aptidão Profissional, foi de 14,3 valores, no Curso Profissional de Técnico de Apoio à Infância.

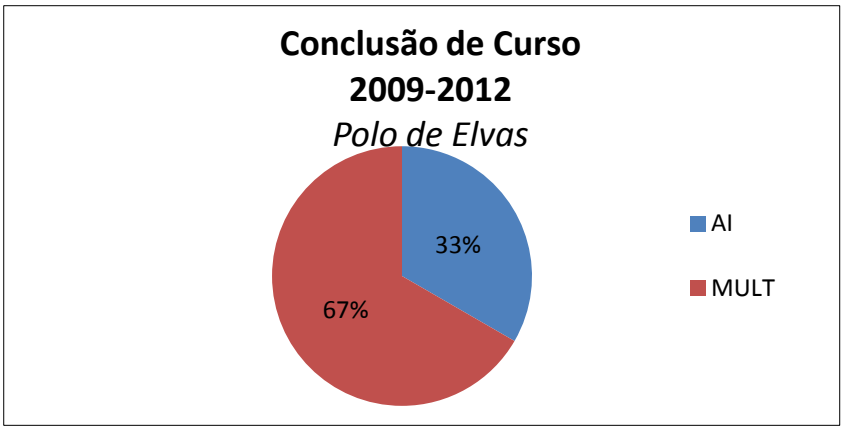
Quadro nº 20 – Cursos/Turmas – 3º ano (ciclo de 2009/2012)

Curso Profissional (12º. Ano – Nível 4)	Alunos				
	Matriculados no 3º. Ano	Apresentaram PAP	Notação média da PAP*	Concluíram	Tx. Conclusão
APOIO À INFÂNCIA	8	8	14,3	8	100%
MULTIMÉDIA	16	16	13,8	15	93,8%
Totais	24	24		23	96,9%

** Prova de Aptidão Profissional*
Fonte: DTP Estremoz – fev.2012

Gráfico 17

Distribuição relativa dos diplomados/curso profissional



Fonte: DTP Estremoz – fev.2012

Como entidades externas, integrando os Júris de Avaliação das Provas de Aptidão Profissional, estiveram representadas, respetivamente:

Apoio à Infância
Instituto Politécnico de Portalegre (Escola Superior de Educação)
Câmara Municipal de Elvas (Divisão Socioeducativa)
Multimédia
Universidade de Évora - Centro de Competência TIC
arqui300 - Imagem& Filme 3D

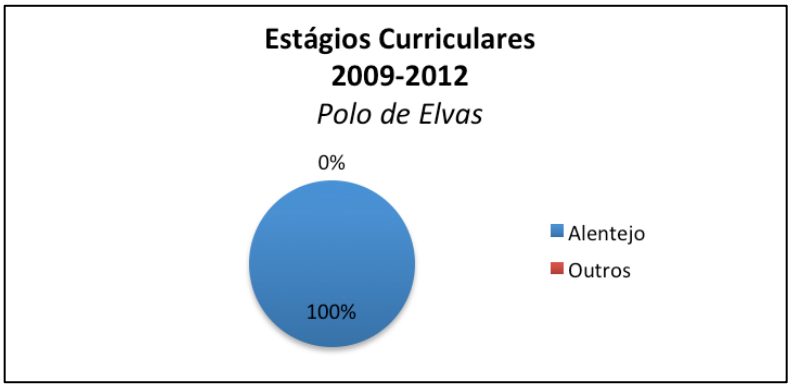
2.1.2.3.1. Polo de Elvas – Formação em Contexto de Trabalho

A realização dos estágios curriculares dos formandos que frequentaram o ciclo de formação 2008-2011, no Polo de Elvas da EPRAL, envolveu, nos anos letivos de 2009-2010 e de 2010-2011, 30 entidades exclusivamente localizadas na região Alentejo).

As atividades de formação em contexto real de trabalho, designadamente os estágios curriculares têm constituído um dos elementos-chave na consolidação do nosso projeto educativo junto do tecido produtivo regional e na promoção da empregabilidade dos diplomados.

Gráfico 18

Estágios curriculares – distribuição geográfica relativa das entidades de acolhimento



Fonte: DTP Estremoz – fev.2012

Quadro nº 21 – Cursos/Turmas – 3º ano (ciclo de 2009/2012)

Curso Profissional (12º. Ano – Nível 4)	Notação média da FCT
APOIO À INFÂNCIA	13,8
MULTIMÉDIA	14,5
Média global	14,15

Fonte: DTP Estremoz – fev.2012

No que respeita às classificações da Formação em Contexto de Trabalho, regista-se em termos globais, uma média satisfatória: 14,2 valores.

De referir que a melhor prestação média, obtida na Formação em Contexto de Trabalho, corresponde ao Curso Profissional de Técnico de Multimédia: 14,5 valores.

2.1.2.4. Atividades/ Projetos relevantes

Como atividade relevantes, desenvolvidas ao longo de 2012, em complemento e em articulação com as atividades estritamente formativas, as quais tiveram um forte impacto na cidade e região, podem ser referidas as seguintes:

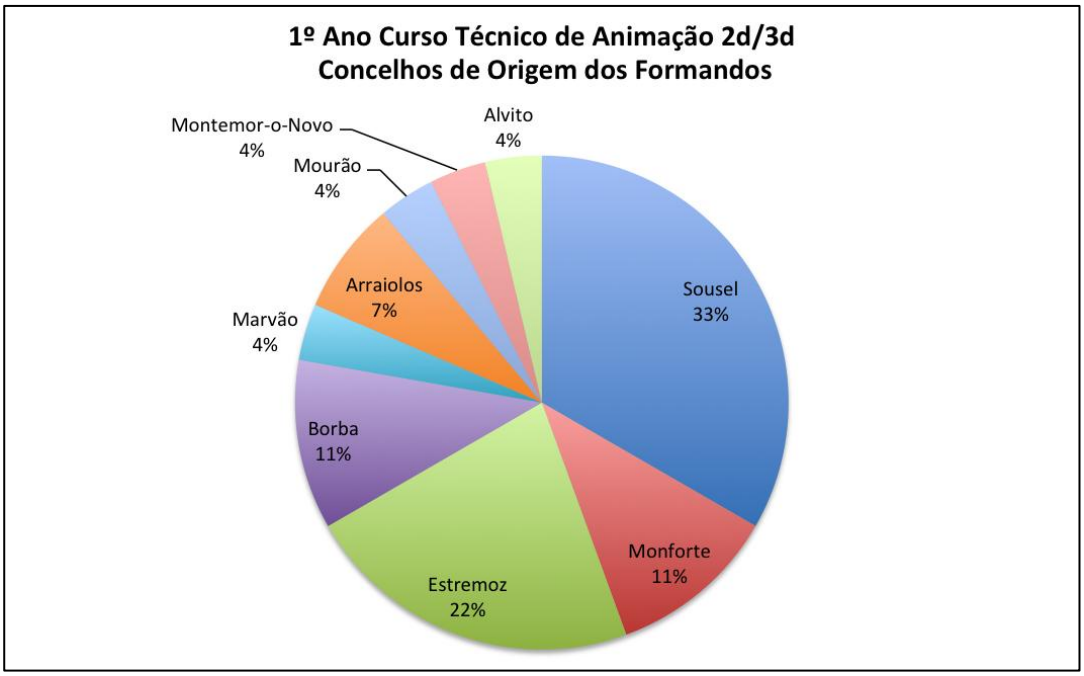
a) Participação/Colaboração no DIA DO REGIMENTO de Cavalaria N.º 3 Dragões de Olivença (Estremoz): 11 setembro/2011
b) Parlamento dos Jovens 2012 - Estremoz: janeiro/2012
c) Projeto (Vídeo promocional) desenvolvido para a CERCI Estremoz: fevereiro/2012
d) Prova de Aptidão Profissional - Curso Técnico de Organização de Eventos
    a. I Festival Bandas de Garagem (Sousel): 17março/2012
e) Prova de Orientação (Parceria com o Regimento de Cavalaria N.º 3, Dragões de Olivença) 21 março/2012Feira das Escolas - Estremoz 2012 - 22 e 23 março/2012
f) Prova de Aptidão Profissional - Curso Técnico de Organização de Eventos
    a. 1.º Passeio TT - Terras Santo Aleixo (Monforte): 26 março/2012
g) Prova de Aptidão Profissional - Curso Técnico de Organização de Eventos
    a. 1.ª Mostra de Teatro - Bencatel : 31 março e 01 de abril/2012

h) Prova de Aptidão Profissional - Curso Técnico de Organização de Eventos
   a. Estremoz Saudável: 07 de abril/2012
i) Prova de Aptidão Profissional - Curso Técnico de Organização de Eventos
   a. Ritmoz - Dança Por Uma Causa: 21 de abril/2012
j) Prova de Aptidão Profissional - Curso Técnico de Organização de Eventos
   a. Pop Rock 80 - Estremoz: 11 de maio/2012
k) Prova de Aptidão Profissional - Curso Técnico de Organização de Eventos
   a. XI Passeio Equestre - Alandroal: 12 de maio/2012
l) Prova de Aptidão Profissional - Curso Técnico de Organização de Eventos
   a. Vila Viçosa Shopping Night – 25 maio/2012
m) Prova de Aptidão Profissional - Curso Técnico de Organização de Eventos
   a. Estremoz Fashion: 26 maio/2012
n) Prova de Aptidão Profissional - Curso Técnico de Organização de Eventos
   a. Baile de Finalistas (Estremoz e Elvas): 02 junho/2012
o) Visita Comitiva Ministério da Construção de Angola / Estremoz: 04 julho/2012

2.1.2.5. – Origem geográfica dos formandos 2012/2015 - Polo de Estremoz

Em consequência da dinâmica desenvolvida nas relações com a comunidade e do impacto dos resultados da formação desenvolvida no polo de Estremoz, os formandos selecionados para o ciclo de formação de 2012/2015, têm as proveniências constantes do gráfico abaixo apresentado, o qual evidencia a projeção regional do polo. Sendo maioritário o número de formandos oriundos dos concelhos de Estremoz e de Sousel, existe, contudo, uma capacidade de atração que se projeta no Alentejo Central e Alto Alentejo, o que é de realçar como elemento muito positivo, face à sustentabilidade de Pólo.

Gráfico 19



Fonte: DTP Estremoz – fev.2012

Feira das Escolas – Estremoz

Parlamento dos Jovens 2012 - Estremoz

PAP - Pop Rock 80 - Estremoz

PAP - Estremoz Saudável - Rossio Marquês de Pombal Estremoz

PAP - Baile de Finalistas – Estremoz

PAP - Dança por uma causa - Estremoz

2.2. QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS

2.2.1. Formação de Adultos

Neste âmbito, da qualificação/formação de adultos/ativos, a entidade tem vindo a incluir na sua intervenção as novas tipologias de formação, orientadas para ativos, concretizadas enquanto cursos EFA e Unidades Modulares Certificadas (UFCD), tipologias estas enquadradas, no presente Quadro de Referência Estratégico Nacional, no Eixo 2 do POPH, cujo principal objetivo é "o reforço da qualificação da população adulta ativa - empregada e desempregada, contribuindo para o desenvolvimento de competências críticas à modernização económica e empresarial e para a adaptabilidade dos trabalhadores", intervenção esta que se enquadra e corresponde ao objeto social da Fundação Alentejo i.e. o "desenvolvimento da Educação e Qualificação dos Recursos Humanos". Este compromisso da entidade com as necessidades regionais de qualificação e valorização dos recursos humanos tem acompanhado, muitas vezes antecipando, as dinâmicas desencadeadas pelas prioridades e estratégias definidas a nível nacional, considerando os desafios da nossa integração europeia e, de forma mais holística, da abertura da economia portuguesa (e alentejana) à economia global.

De facto, considerando a evolução dos orçamentos executados, enquanto indicador razoável do volume de formação/utentes mobilizados, referentes às duas grandes valências da Fundação Alentejo (Formação Profissional Inicial e Qualificação/Formação de Adultos) podemos constatar o crescente equilíbrio que entre ambas se tem vindo a estabelecer desde 2005, por exemplo, com uma estabilização sustentada da Formação Profissional Inicial e um forte incremento das respostas orientadas para os Adultos, enquanto novo desafio nacional (e regional) de consolidação de uma verdadeira política de formação ao longo da vida, a par da recuperação do manifesto atraso português face aos perfis de qualificações escolares e profissionais dos adultos dos restantes países membros da UE e mesmo dos países que integram a OCDE.

Assim, emergem como objetivos fundamentais da instituição na qualificação/formação de adultos, em estreita articulação com os objetivos e estratégias nacionais:

- Concorrer para a generalização da escolaridade básica a toda a população e para uma efetiva literacia para todos os cidadãos;
- Contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades de educação e formação a todos os cidadãos;
- Promover, junto de todos os cidadãos, um crescente atitude e compromisso pessoal com uma estratégia de formação ao longo da vida;
- Oferecer respostas e percursos diferenciados, tendo em conta as necessidades específicas de diferentes grupos sociais e as dinâmicas locais e regionais do mercado de trabalho, em função de diagnósticos regularmente aferidos.
- Contribuir para a reintegração no mercado de trabalho e/ou dinamização de situações de auto-emprego de ativos que, no atual contexto de contração da economia, se encontrem na situação de desemprego;
- Desenvolver uma estratégia de "itinerância" das respostas formativas, desenvolvendo, em cooperação com as empresas e instituições, na lógica de ações "por medida" para os seus públicos internos, considerando as necessidades de atualização de competências e a imposição legal do Código do Trabalho (Lei 07/2009)
- Envolver os recursos humanos internos, docentes e não docentes em atividades de formação de forma sistemática e coerente com os seus interesses e necessidades da organização, na lógica da melhoria contínua.

Para a sua concretização dos objetivos gerais foram considerados como objetivos operacionais mais relevantes:

- Qualificar a instituição para a melhoria da sua intervenção, através de processos de acreditação/ certificação, pela aplicação das recomendações da entidade de acreditação, designadamente pelo reforço e sistematização dos processos de autoavaliação e orientação para a melhoria;
- Alargar as suas áreas de intervenção, pelo aumento e diversificação de respostas de qualificação/formação de adultos, designadamente nos cursos EFA e nas UFCD -Unidades de Formação de Curta Duração, adequando-as às necessidades emergentes na conjuntura atual;
- Potenciar as capacidades existentes, nos domínios dos recursos humanos, pelo reforço das práticas de autoformação, investigação - ação e pela promoção de uma crescente participação em ações de formação/qualificação orientadas para as suas intervenções específicas;
- Melhorar as redes de comunicação e partilha entre os intervenientes, designadamente ao nível das equipas formativas e entre estas e as respetivas Coordenações;

- Racionalizar e adequar os recursos físicos (equipamentos e instalações) às necessidades da intervenção, pelo reforço da articulação entre as Coordenações e o Departamento de Gestão respetivo;
- Reforçar as ações próprias de divulgação das ofertas e participação nas iniciativas dinamizadas nas comunidades locais e regional sobre a temática da qualificação/formação;
- Aprofundar as relações de parceria já existentes – *stakeholders* estruturantes, qualificantes, estratégicos - e alargar o leque de entidades parceiras;

2.2.2. CONTEXTO

A Fundação Alentejo, no âmbito da sua Valência de Qualificação/Formação de Adultos e no cumprimento da estratégia de autoavaliação orientada para a melhoria contínua da sua ação, bem como da sua política de disponibilização e partilha da informação relevante sobre as suas intervenções, elabora o presente Balanço de Atividades da Qualificação/ Formação de Adultos, em 2012, enquanto instrumento relevante de avaliação e suporte à gestão desta área de intervenção da instituição.

Este balanço visa proceder a uma análise e contextualização da forma como foi desenvolvida a atividade da valência, considerando o Plano de Intervenção, nas suas duas vertentes: a desenvolvida pelos Centros Novas Oportunidades da Fundação, mais focalizados nos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências e a vertente da Formação, propriamente dita, concretizada quer pelos cursos de Educação e Formação de Adultos, quer nas Unidades de Formação de Curta Duração.

Pretende-se, desta forma, refletir sobre o trabalho efetuado, dando visibilidade às atividades realizadas, aos resultados alcançados, à autoavaliação das intervenções, nos planos quantitativo e qualitativo, perspetivando ações corretivas e melhorias daí decorrentes, orientadas para a promoção da qualidade e da inovação, bem como para a (permanente) adequação e o reforço da capacidade de intervenção da instituição, a propor para o novo ciclo – 2013 - em sede de Plano de Intervenção.

Refira-se que o ano de 2012, no que à Qualificação/Formação de Adultos na Fundação Alentejo respeita, registou acontecimentos, externos e internos, que determinaram uma alteração/ajustamento significativo das opções e estratégias consagradas em sede de Plano de Intervenção da Valência, e, consequentemente em sede do Plano de Atividades da Fundação (integrador de todos os serviços e valências).

As condicionantes externas, determinadas por opções e decisões políticas, no plano nacional com reflexo na área da educação e formação, reforçadas pelo contexto nacional de contração da atividade económica e pela perda de rendimento das famílias, foram muito relevantes dadas as características socioeconómicas dos agregados familiares do território de intervenção da Fundação Alentejo, o Alentejo, região de convergência – objetivo 1, com índices de desenvolvimento social e de poder de compra abaixo da média nacional e bastante abaixo da média comunitária e um tecido económico e empresarial menos denso e mais fragilizado do que o litoral português.

Esta realidade, marcada pela fragilidade económica e pela necessidade absoluta de qualificação, escolar e profissional, determina que as respostas de qualificação/formação de recursos humanos tenham que assentar em ações apoiadas financeiramente pelo Programa Operacional Potencial Humano e, consequente, que a estratégia da entidade formadora tenha que entrar em linha de conta com aquelas condicionantes, reorganizando as suas respostas de forma a responder, com igual eficácia e eficiência, às necessidades diagnosticadas, cumprindo, dessa forma a missão que assumiu enquanto entidade orientada para a promoção do desenvolvimento regional, pela qualificação dos seus recursos humanos.

Por um lado, por opção política, a ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, decidiu extinguir os Centros de Novas Oportunidades (Medida 2.1. do POPH), num processo gradual que se prolongou ao longo do ano e do qual daremos conta no capítulo respetivo do presente Balanço. Estes Centros, dos quais a Fundação Alentejo foi promotora de dois deles (Évora e Elvas), para além dos processos específicos de RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, vieram assumindo um função muito relevante no diagnóstico e encaminhamento dos adultos, como verdadeira porta de entrada nos processos de formação ao longo da vida, pelo que a sua extinção determinou os consequentes ajustamentos, de forma a reforçar essas funções no dispositivo de formação de adultos.

Ainda como condicionante externa, e no que respeita à tipologia da candidatura apresentada a Cursos EFA – Educação e Formação de Adultos (Medida 2.2. do POPH), apesar da sua classificação elevada, em sede de apreciação pelo programa respetivo, não foi aprovada igualmente por opção da tutela que considerou mais pertinente e relevante, face à sua leitura das necessidades de qualificação dos portugueses, reforçar a aposta nas UFCD-Unidades de Formação de Curta Duração (Medida 2.3. do POPH) "enquanto respostas mais flexíveis face às necessidades do mercado de trabalho e das empresas".

2.2.3. AS OPÇÕES DE OPERACIONALIZAÇÃO E AS AÇÕES DE MELHORIA

As circunstâncias antes referidas, que, de forma muito significativa, tiveram impacto na Valência de Formação de Adultos, determinaram um conjunto de opções internas, ao longo da execução do Plano de Intervenção de 2012, construído tendo como base as ações que vinham de processos de candidatura anteriores, aprovadas e que se encontravam em execução, reforçadas pelas candidaturas que foram elaboradas e apresentadas aos POPH, em 2011, as quais integravam os referidos Cursos EFA (escolares e de dupla qualificação), para públicos específicos, e um conjunto de UFCD distribuídas por 13 áreas de formação, inventariadas, tal como os EFA, considerando os indicadores regionais disponíveis quanto às necessidades de formação de Adultos, bem como, a capacidade, humana, técnica e pedagógica da entidade.

As opções que se verificaram, ao longo do processo de execução, inscreveram-se em dois planos complementares:

2.2.3.1. O plano das Ofertas (Tipologia, Volume e Áreas de Formação)

A decisão externa de enfatizar as respostas concretizadas pelas Unidade de Formação de Curta Duração, em detrimento dos Cursos EFA, determinou, um ajustamento da oferta apresentada em Plano de Intervenção, reforçando estas respostas e solicitando a necessária organização de percursos modulares (conjuntos estruturados e contínuos de unidades de formação de curta duração). De igual forma, o contexto de intervenção e as dinâmicas verificadas no mercado de trabalho determinaram que o perfil da oferta considerada em sede Plano de Intervenção, no que respeita às áreas de formação, fosse objeto de aferição da sua adequação e consequente ajustamento, como será referido adiante.

Assim, das 13 (treze) áreas de formação inicialmente previstas em Plano de Intervenção, 3 (três) delas (Eletricidade e Energia; Eletrónica e Automação; Metalurgia e Metalomecânica), por razões de mudança do mercado de trabalho e do leque de ofertas existentes na região, foi considerada como pouco relevante a intervenção da Fundação nesta área, dando aquelas, lugar a quatro novas áreas (História e Arqueologia, Hotelaria e Restauração; Turismo e Lazer e produção Agrícola e Animal).

Desta forma, as 13 (treze) áreas iniciais deram lugar a 14 (catorze) áreas. De igual forma, o número de horas inicialmente previsto para as UFCD, para 2012 e 2013 (candidatura plurianual) foi substancialmente reforçado e o período de execução, inicialmente 2012 e 2013, prolongado até junho de 2014.

Procedeu-se, assim, em cooperação com o Programa Operacional e numa leitura atualizada das necessidades da região, em diálogo com os parceiros sociais, dentro da Fundação (Conselho Geral) e nas suas interações com a região (Protocolos de Cooperação), à redefinição da oferta formativa, em volume, em tipologia e com ajustamento nas áreas de formação.

No campo das ofertas não financiadas e para públicos exteriores, refira-se que foram objeto de homologação, nos termos da lei, as seguintes ações de formação:

a) **Curso de Técnico de Segurança e Higiene no Trabalho**, junto e nos termos do Referencial da **ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho**. Este processo, realizado com equipa interna da Fundação Alentejo, foi iniciado no primeiro semestre de 2012, encontra-se devidamente homologado;
b) **Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores,** junto do IEFP-Instituto do Emprego e Formação Profissional, considerando o novo Referencial de Formação Pedagógica Inicial de Formadores, aprovado em Maio deste ano. Este processo, igualmente preparado por equipa interna da Fundação, encontra-se encerrado com a necessária homologação obtida.

Ainda no decurso de 2012, em Novembro e no âmbito das ações financiadas pelo POPH, para públicos específicos, foi apresentada candidatura ao **Eixo Prioritário 7 – Igualdade de Género,** na sua Medida 7.4.- Apoio a projetos de formação para públicos estratégicos, **a iniciar em 2013**, que integra:

I – Qualificação-especialização em igualde de género

- Formação de formadores/as para a obtenção da certificação ou especialização em igualdade de género;
- Formação de públicos estratégicos para a obtenção da especialização em igualdade de género;

II – Qualificação-Ação para a implementação da RCSNU 1325 (Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000), sobre «mulheres, paz e segurança»)

- Formação de Públicos Estratégicos para implementação da RCSNU

2.2.3.2. O plano da Organização e Gestão do Processo Formativo

As alterações de contexto e as opções que houve que assumir, determinaram uma reorganização da Organização e Gestão do Processo Formativo, pela reconfiguração da Equipa coordenadora (Gestora e Coordenadora Pedagógica) e pela integração na equipa permanente da valência da Formação de Adultos, de Técnicos e Formadores que, antes, integravam os CNO da Fundação. Da mesma forma houve necessidade de repensar a estratégia e consolidar os instrumentos em uso, quer porque assim o determinavam as ações de melhoria já antes enunciadas, quer porque os desafios que a reconfiguração da Formação de Adultos o impunha. Desta forma deu-se início a um novo ciclo de gestão da formação de adultos, com opções estruturantes para a valência, coincidindo com o encerramento da ações de Cursos EFA e de Unidades Modulares que vinham da candidatura plurianual iniciada em 2010 e que se estenderam até Abril de 2012, os primeiros, e até Junho de 2012, no caso das segundas.

Importa lembrar que se extinguiram as funções relevantes que os CNO exerciam, pelo que havia de internalizar na Valência de Formação de Adultos algumas dessas suas funções, designadamente as funções de diagnóstico e encaminhamento, reforçando essa competência a nível da estrutura já existente. Importa, igualmente, ter presente que a operacionalização de um plano de formação baseado em unidades modulares de curta duração, levanta desafios de organização e monitorização, nos diferentes planos da formação (dossiers técnico-pedagógico e dossiers administrativo-financeiro), da planificação e calendarização das ações, ao desenvolvimento dos materiais pedagógicos e instrumentos de planificação e avaliação, bem como no que respeita à execução física e demais registos.

Desta forma, podemos considerar que 2012, na valência da Formação de Adultos da Fundação Alentejo, por opção interna e por respostas aos desafios do contexto, existem dois momentos complementares que, grosso modo, correspondem a cada um dos semestres.

O segundo semestre, com o já referido reforço das equipas, desde o nível da gestão/coordenação à execução da formação, é marcado por uma dinâmica de reflexão partilhada e de indução de melhorias pensadas de forma a responder aos novos desafios de uma formação com características substancialmente diferentes, passando o elemento estruturante da oferta/Valência dos percursos longos, consubstanciados em Cursos EFA, complementados por um volume significativo mas inferior de UFCD, desenvolvidas em cooperação com os CNO, para uma situação em que a oferta é, na sua quase globalidade, formadas por unidades de curta duração, ainda que algumas possam vir a ser organizados nos percursos de média duração – 600 horas/cada -, no próximo exercício.

2.2.3.3. Ações de Melhoria Contínua

Refira-se que, desde a entrada em funcionamento da equipa reforçada e da nova gestão/coordenação pedagógica, houve um processo de melhoria, que foi dando resposta às necessidades previamente diagnosticadas e, também, desencadeou um processo mais sustentado de avaliação. No ano de 20112, o processo já referido traduziu-se em:

- Sistematização e aprovação do **Manual de Acolhimento do Formando**;
- Sistematização e aprovação do **Manual de Acolhimento do Formador**;
- Aprovação de novo **Regulamento da Atividade Formativa**.

Estes novos instrumentos, que traduzem e concretizam áreas de melhoria que vinham sendo sinalizadas e que o novo "desenho" da Valência tornou mais premente e necessário, **foram introduzidos em Outubro de 2012** e devidamente apropriados pelos intervenientes de todo o processo.

De igual forma, perante esta mudança de "desenho" da Valência, foi concebida uma nova plataforma de divulgação das ofertas:

- ***site* da formação de adultos da Fundação Alentejo** (www.fundacao-alentejo.pt/fmc).

Este *site*, ancorado na página da entidade, com informação de todas as ofertas, condições e requisitos de frequência, bem como os respetivos enquadramentos legais. A plataforma permite, ainda, conhecer o calendário/planificação de execução das ações (locais, áreas formação/UFCD, data de início), com atualizações sistemáticas, e a inscrição *on-line* dos potenciais interessados. Este site autónomo constitui uma evolução concebida a partir e em complemento à página antes criada na rede social "***Facebook***" - **Formação de Adultos Fundação Alentejo**, na qual é possível aceder a toda a informação sobre a valência, de forma interativa, e com calendário de ações a desenvolver.

Ainda no campo da divulgação encontra-se em fase de preparação, com data prevista para o primeiro trimestre de 2013, uma ***NEWSLETTER*** sobre as temáticas da formação de adultos, para a qual se procura manter uma periodicidade regular e disponibilizar em suporte convencional (papel) e em suporte digital (sites da Fundação e sites específicos das suas Valências. Constitui-se como espaço estruturado de partilha de reflexões e sinalização de boas práticas, considerando o universo dos profissionais e dos potenciais utentes (individuais, empresas e instituições) deste dispositivo.

A consciencialização da importância deste instrumento, saiu reforçada pela participação da entidade, enquanto parceiro ativo e com responsabilidades concretas, no projeto europeu **EuropeerGuid** *(European Peer Review in Guidance and Counselling in Adult Vocational Education and Training – A Contribution to EQARF Implementation)*, ao longo do biénio de 2011/2012, com base no PROALV – Leonardo da Vinci. No âmbito deste projeto e das suas dinâmicas, a equipa da Fundação Alentejo coordenou a construção um *site* específico (www.europeerguid.eu), aberto à comunidade de gestores de formação e formadores. Nas atividades foram envolvidos os recursos humanos afetos à formação de adultos da Fundação Alentejo e do seu CNO de Évora, tendo este sido campo de experimentação/avaliação no âmbito da aplicação da metodologia de acompanhamento por *peers* externos.

Ainda no campo da implementação das **ações de melhoria contínua, por impulso da nova Gestão/ Coordenação Pedagógica, foi iniciada uma reflexão partilhad**a, pela equipa e com intervenção dos Órgãos de Direção da Fundação Alentejo, **que pretende conduzir** à construção de um novo instrumento enquadrador da ação formativa da Fundação Alentejo no que respeita à formação de adultos:

- **Manual de Qualidade do Processo Formativo**

Este manual deverá estar concluído e suscetível de ser utilizado como referência da Valência e enformador da prática de todos os formadores, **no início de 2013**.

Da mesma forma e, decorrente da adoção e apropriação deste manual, proceder-se-á à **renovação integrada e coerente dos suportes/grelhas** de planificação, de registo e de avaliação da formação, bem como a uma maior harmonização dos materiais pedagógicos, pela definição de uma novo *layout* de suporte.

A institucionalização, interna de um **Gabinete com o objetivo de promover a melhoria contínua** e sustentada, com profissionais da área das ciências da educação, com experiência em supervisão e rotinados na aplicação de ferramentas de avaliação e auditoria interna começou a ser configurado sendo previsível a sua implementação, em estreita articulação com a Gestora da Formação e os Órgãos de Direção da entidade, no início do próximo exercício.

2.2.3. – Execução Física dos Projetos

2.2.3.1. Medida 2.2 – Cursos de Educação e Formação de Adultos.

A intervenção nesta tipologia de formação, em 2012, limitou-se à conclusão das 3 turmas no âmbito da Medida do 2.2. do POPH - Programa Operacional Potencial Humano, a qual integrava o conjunto de 7 turmas da candidatura plurianual iniciada em Junho de 2010.

Desse conjunto, distribuídos pelos polos de Évora e de Elvas da Fundação Alentejo, 2 eram de formação de base (B3 +B3 e Secundário), um de formação tecnológico de nível IV e 4 de dupla certificação (nível IV), transitaram para o ano de 2012, tendo concluído a sua formação no primeiro quadrimestre do ano, as ações/turmas abaixo referidas, respetivamente, 2 em Évora e um em Elvas, conforme quadros.

Quadro nº 22 - Turmas Transitadas de 2011: - Projeto nº 037209/2010/22

Áreas de Formação	Cursos	Nível	Acções	Tipologia	Local de Realização	Horário
812 - Turismo e Lazer	Técnico/a de Informação e Animação Turística	4	1	Dupla Certificação	Elvas	Laboral
862 - Segurança e Higiene no Trabalho	Técnico/a de Higiene e Segurança no Trabalho	4	1	Dupla Certificação	Évora	Laboral

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Quadro nº 23 - Turma Transitada de 2011- Projeto nº 038925/2010/22

Áreas de Formação	Cursos	Nível	Acções	Tipologia	Local de Realização	Horário
000-Formação de base	Nível Secundário - Tipo A		1	Qualificação Escolar	Évora	Pós-Laboral

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Assumindo-se como uma tipologia de formação condicionada a financiamento público (FSE e OE) no âmbito do referido Programa Operacional, a conceção dos projetos e a sua respetiva implementação obedece, respetivamente, aos períodos de abertura de candidaturas e aos consequentes prazos e resultados de decisão, o que se repercute nas execuções dos mesmos.

Considerada uma Tipologia ajustada às necessidades da região e dos potencias públicos mobilizáveis para a formação, e na qual a FA vinha desenvolvendo uma atividade de qualidade e com volume de formação crescente de 2008 a 2011, era objetivo desta entidade prosseguir com esta oferta, pelo que, submeteu em Novembro de 2011 a sua candidatura à estrutura regional do POPH, conforme Plano de Intervenção, procurando manter um contínuo/estabilidade de oferta, considerando as necessidades regionais.

Sobre esta candidatura, foi a FA notificada, já em Agosto de 2012, da "Proposta de decisão de indeferimento de candidatura", com o argumento de indisponibilidade financeira, apesar da classificação da mesma em 83,5% - proposta esta devidamente contestada a 27 de Agosto, em sede de audiência prévia. Em resultado desta contestação, é a FA notificada, em Novembro de 2012, sobre a efetiva decisão de indeferimento, apesar da revisão em alta da classificação atribuída para 86% na classificação global do projeto, por manifesta indisponibilidade financeira para a Medida 2.2., preterida pela entidade de gestão, em favor da Medida 2.3. – Formações Modulares Certificadas.

A organização da formação para as turmas destes projetos, foi projetada no âmbito da tipologia, numa lógica de ciclo de formação plurianual, contudo o tratamento de dados que se apresentam no presente balanço, considera os indicadores de cada uma das 3 turmas que transitaram para 2012, considerando a execução efetuada neste ano e não a sua execução global.

2.2.3.1.1. Análise de execução

Quadro nº 24 – Cursos EFA - Previsão de execução para 2012

Nº SIIFSE	CURSOS	Local	Nº de Formandos Previsto (Transitados)	Horas de Formação		Volume de Formação Previsto
				Sala	FCT	
2	Nível Secundário - Tipo A	Évora	9	247	-	2223
10	Técnico/a de Informação e	Elvas	14	252	210	6468
4	Técnico/a de Higiene e	Évora	16	159	210	5904
		TOTAL	39	658	420	14595

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Quadro nº 25 – Cursos EFA - Execução em 2012

Nº SIIFSE	CURSOS	Local	Nº de Formandos Frequentaram	Horas de		Volume de Formação (Executado)
				Sala	FCT	
2	Nível Secundário - Tipo A	Évora	9	247	-	1809
10	Técnico/a de Informação e	Elvas	14	252	210	6085
4	Técnico/a de Higiene e Segurança no Trabalho	Évora	16	159	210	4869
		TOTAL	39	658	420	12763

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Conforme apresentado, a execução referente aos indicadores "nº de formandos abrangidos" e "horas de formação", apresentam valores de 100%. No que refere ao volume formação, regista-se uma taxa de execução 87% face ao volume estimado para 2012 no âmbito dos presentes projetos, ou seja, o número de formandos multiplicado pelas horas efetivamente assistidas, superou o limite mínimo de 85% considerado como meta quantitativa definida para este indicador, nesta tipologia de formação.

No que respeita ao cronograma das ações, como se apresenta, em ambos os projetos, as acções concluíram no primeiro quadrimestre do ano, registando-se um desvio de 3 dias úteis na data de conclusão do Curso 10 – Técnico/a de Informação e Animação Turística, em resultado de ajustamento do cronograma específico desta turma

Quadro nº 26 – Cursos EFA - Cronograma

Cronograma Previsto/Executado										
Nº SIIFSE	CURSOS	2012						Data de Início	Data de Fim Previsto	Data de Fim Executada
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun			
2	Nível Secundário - Tipo A							11-10-2010	30-03-2012	30-03-2012
10	Técnico/a de Informação e Animação Turística							15-11-2010	30-03-2012	04-04-2012
4	Técnico/a de Higiene e Segurança no Trabalho							29-11-2010	27-03-2012	27-03-2012

Formação em sala
Formação em Contexto de Trabalho

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

2.2.3.2. Medida 2.3 – Formações Modulares Certificadas

Na tipologia das Formações Modulares Certificadas, que a intervenção da FA tem vindo a consolidar, foi concretizada a execução do projeto nº 037311/2010/23, iniciado em 2010, o qual transitou para 2012 e foi concluído a 4 de setembro do mesmo ano.

É uma tipologia que, desde 2008 surgia como subsidiária da tipologia dominante, os Curso EFA, e em estreita cooperação com os CNO, em sede de diagnóstico e encaminhamento de Adultos, mas que, pelas razões expostas, ao nível da decisão política e da flexibilidade da medida, veio constituir-se, ao longo de 2012 como o núcleo duro da intervenção de formação profissional financiada, quer na área da formação de base, quer em unidades tecnológicas. Em ambos os casos foram disponibilizadas.

Desta forma, na presente tipologia, a execução registada em 2012, traduz a execução simultânea de 3 projetos, como a se refere abaixo, concretamente:

- Projeto de FMC/UFCD transitadas para 2012 (candidatura iniciada em 2010)
- Projeto de FMC/UFCD aprovado para 2012/2013, para públicos externos e
- Projeto de FMC/UFCD aprovado para 2012/2013, para públicos internos (trabalhadores da entidade).

À semelhança da tipologia 2.2 – Cursos de Educação e Formação de Adultos, para o ciclo plurianual a iniciar em 2012, foram igualmente apresentadas 2 candidaturas à presente tipologia, submetidas na mesma data (Novembro 2011), uma destinada a público externo e outra destinada a público interno (colaboradores da FA). No conjunto de ambas as candidaturas, propôs-se uma maior diversificação das áreas de formação a explorar, bem como um significativo incremento do número de formandos a abranger e ao volume de formação a executar, comparativamente aos anteriores projetos da FA aprovados no âmbito da presente tipologia.

Como referido anteriormente para os Cursos EFA, também no âmbito desta tipologia se verificam os condicionamentos resultantes do financiamento público no âmbito do POPH, pelo que a conceção dos projetos obedece aos períodos de abertura de candidaturas e a sua implementação está condicionada aos prazos e resultados de decisão, o que se repercute nas execuções dos mesmos e obriga aos ajustamentos do Plano de Intervenção construído no pressuposto da sua aprovação nos períodos e tempos previstos.

As candidaturas apresentadas mereceram, por parte do POPH, parecer favorável à sua aprovação, apresentando, contudo, cortes significativos, no que respeito ao Volume de Formação e ao número de Formandos propostos, como se exporá adiante. Contudo, face ao diagnóstico de necessidades que a entidade apresentou e à capacidade de execução que lhe foi reconhecida pelo Programa Operacional, esta redução/corte, foi objeto de revisão em alta, por pedido de reforço da aprovação inicial, até ao volume do projeto inicialmente apresentado para público externo. Esta decisão de aprovação do reforço decorre do facto de esta mediada, ao contrário da 2.2. – Cursos EFA, ser atualmente considerada prioritária pela tutela (ANQEP) como se referiu anteriormente.

2.2.3.2.1. Projeto nº 037311/2010/23

Este projeto, iniciado em 2010 e que se estendeu até Setembro de 2012, por pedido de alteração do período de execução, devidamente fundamentado, viu os seus indicadores globais de execução revistos em alta, com um incremento do volume de formação a executar, executado, em função do aumento do número de formandos a abranger, passando o número mínimo de formandos/ação dos 10 para os 15, determinado por decisão/Despacho, por um lado e, por outro, pela circunstância do número de unidades de 25 horas ter sido corrigido, em alta, face às inicialmente previstas, com igual impacto no volume de formação.

Esta revisão foi diagnosticada em 2011, e prevista no plano de intervenção para 2012, face a:

- Necessidade de alteração do número de formandos a abranger, atendendo que, para efeitos de cálculo, em sede de candidatura havia sido considerada como referência, UFCD's de 50 horas com o número médio de 14 formandos/UFCD com o correspondente volume de formação, em sede de execução, verificando-se a realização um número elevado de UFCD's de 25 horas, para a concretização de igual volume, o número de formandos é duplicado;
- Necessidade de redistribuição de volumes de formação por área de formação, por forma a adequar a oferta à procura verificada;
- Necessidade de proceder a novo cálculo dos indicadores globais do projeto na sequência da publicação do despacho 283/2011 de 24 de Outubro, que produz efeitos a partir de 3 de Outubro de 2011, que altera o número mínimo/turma de 10 para 15 formandos, como se disse.

Esta revisão, foi objeto de submissão de Pedido de Alteração do projeto ao POPH em Maio de 2012, propondo-se no mesmo, o alargamento do período de execução do projeto para 22 meses, com alteração da data de fim para 30 de Agosto. Pesou nesta opção de alargamento a circunstância de se verificar um atraso na aprovação das candidaturas apresentadas em 2011 e a decisão de evitar um hiato de resposta formativa que tivesse impacto negativo na comunidade de utentes/públicos a envolver.

Assim, as alterações verificadas no projeto são as que se apresentam abaixo.

Quadro nº 27 - Alteração dos Indicadores Globais do Projeto:
Projeto nº 037311/2010/23 – revisão de indicadores globais (2010/2012)

ÁREAS DE FORMAÇÃO	Indicadores Aprovados		Revisão de Indicadores	
	Volume de Formação	Formandos	Volume de Formação	Formandos
000 - Formação de Base	7000	140	7002	158
213 - Audiovisuais e produção dos media	5600	112	737	32
346 - Secretariado e Trabalho Administrativo	7000	140	8670	242
481 - Ciências Informáticas	15400	308	16500	420
582 - Construção Civil e Engenharia Civil	5600	112	3775	90
811 - Hotelaria e Restauração	4200	84	9650	247
862 - Segurança e Higiene do Trabalho	7000	140	6725	270
TOTAIS	**51800**	**1036**	**53059**	**1459**
		*Taxa de incremento**	*2,4%*	*40,8%*

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

O diferencial de incremento resulta do número de ações de 25 horas que aconteceram em número substancialmente mais significativo ao previsto em sede de candidatura.

Quadro nº 28 - Previsão de execução para 2012:
Projeto nº 037311/2010/23 – revisão de indicadores globais (2010/2012)

ÁREAS DE FORMAÇÃO	Indicadores Estimados		Indicadores Aprovados	
	Nº UFCD	Horas	Volume de Formação	Nº Formandos
000 - Formação de Base	2	100	2244	36
213 - Audiovisuais e produção dos media	2	100	737	32
346 - Secretariado e Trabalho Administrativo	6,5	325	4978	101
481 - Ciências Informáticas	17,5	875	9939	263
582 - Construção Civil e Engenharia Civil	4	200	2740	64
811 - Hotelaria e Restauração	13,5	675	8609	204
862 - Segurança e Higiene do Trabalho	3,5	175	1725	53
TOTAIS	**49**	**2450**	**30972**	**753**

Para efeitos de cálculo, considerou-se UFCD com carga horária de 50 horas, e o número médio de 15 formandos, por turma.
Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Quadro nº 29 - Valores da Execução em 2012 - Valores absolutos
Projeto nº 037311/2010/23 – revisão de indicadores globais (2010/2012)

Áreas de Formação	Nº UFCD	Horas	Volume de Formação	Nº Formandos
000 - Formação de Base	2	73	1694	15
213 - Audiovisuais e produção dos media	2	50	727	32
346 - Secretariado e Trabalho Administrativo	7	277	4333	85
481 - Ciências Informáticas	14	575	9757	263
582 - Construção Civil e Engenharia Civil	4	175	2656	66
811 - Hotelaria e Restauração	15	525	8291	273
862 - Segurança e Higiene do Trabalho	2	50	1187	52
TOTAIS	**46**	**1725**	**28645**	**786**

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Considerando, apenas, a execução de 2012,e fazendo-o em termos de taxa (%), verifica-se um resultado globalmente positivo, com taxas de execução dentro do estimado.

Quadro nº 30 - Valores da Execução em 2012 (em percentagem)
Projeto nº 037311/2010/23 – revisão de indicadores globais (2010/2012)

Áreas de Formação	Nº UFCD (%)	Horas* (%)	Volume de Formação (%)	Nº Formandos (%)
000 - Formação de Base	100	73	75	42
213 - Audiovisuais e produção dos media	100	50	99	100
346 - Secretariado e Trabalho Administrativo	108	85	87	84
481 - Ciências Informáticas	80	66	98	100
582 - Construção Civil e Engenharia Civil	100	88	97	103
811 - Hotelaria e Restauração	111	78	96	134
862 - Segurança e Higiene do Trabalho	57	29	69	98
TOTAIS	**94**	**70**	**92**	**104**

**há unidades cuja exploração foi iniciada em 2011 e prolongaram-se por 2012.*
Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Considerando o projeto na globalidade, desde o início em 2010 e até à data de conclusão, a 4 de Setembro de 2012, conforme quadro abaixo, regista-se uma taxa de execução global de 95,6%, no que refere a Volume de Formação, e de 102,3% no que refere a número de Formandos Abrangidos. Estes resultados, superam as metas mínimas quantitativas de execução definidas, internamente, para esta Tipologia de Formação em sede de Plano de Intervenção da valência (85%).

No que refere à execução por área de formação, conforme mapa abaixo, em todas as áreas, em ambos os indicadores a execução foi superior a 90%. De salientar o incremento em 27,9% no Nº de Formandos na área de formação 811-Hotelaria e Restauração, em resultados da dimensão dos grupos constituídos para o desenvolvimento de Percursos Modulares, que decorreram em horário laboral, em Évora e Elvas.

Quadro nº 31 - Valores da Execução Global (em percentagem)

Projeto nº 037311/2010/23 – revisão de indicadores globais (2010/2012)

Áreas de Formação	Indicadores Aprovados		Indicadores de execução			
	Volume de Formação	Nº Formandos	Volume de Formação		Nº de Formandos	
			v.a.	%	v.a.	%
000 - Formação de Base	7002	158	6452	92,1	143	90,5
213 - Audiovisuais e produção dos media	737	32	727	98,6	32	100,0
346 - Secretariado e Trabalho Administrativo	8670	242	8025	92,6	226	93,4
481 - Ciências Informáticas	16500	420	16318	98,9	420	100,0
582 - Construção Civil e Engenharia Civil	3775	90	3691	97,8	92	102,2
811 - Hotelaria e Restauração	9650	247	9332	96,7	316	127,9
862 - Segurança e Higiene do Trabalho	6725	270	6187	92,0	269	99,6
TOTAIS	**53059**	**1465**	**50732**	**95,6%**	**1498**	**102,7%**

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

2.2.3.2.1.1. Caracterização e distribuição dos públicos abrangidos

Caracterizando os utentes abrangidos, ao longo de 2012, nas unidades que integraram o presente projeto de Formações Modulares Certificadas, quanto ao Género, Idade, Nível Escolar, Concelho de proveniência (local de realização da formação) observamos o seguinte:

Quadro nº 32 – Distribuição por Género - Projeto nº 037311/2010/23 (2012)

Género	Transitados de	Ingresso em	TOTAL
Masculino	28	317	345
Feminino	18	469	487
TOTAL	**46**	**786**	**832**

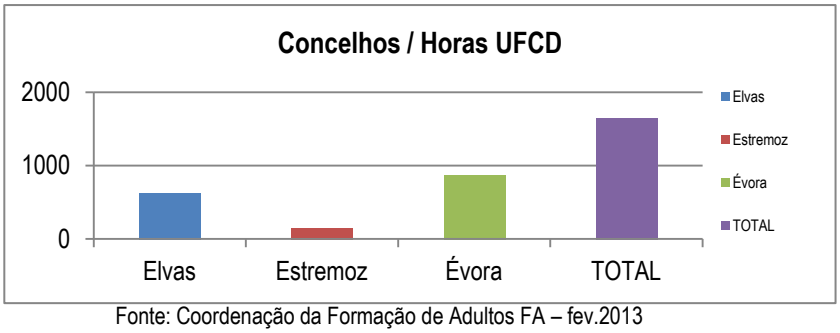
Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Quadro nº 32-A Distribuição de UFCD por concelho

Concelho	Nº de UFCD	N.º Horas
Elvas	18	625
Estremoz	3	150
Évora	22	875
TOTAL	**43**	**1650**

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Gráfico 19-A



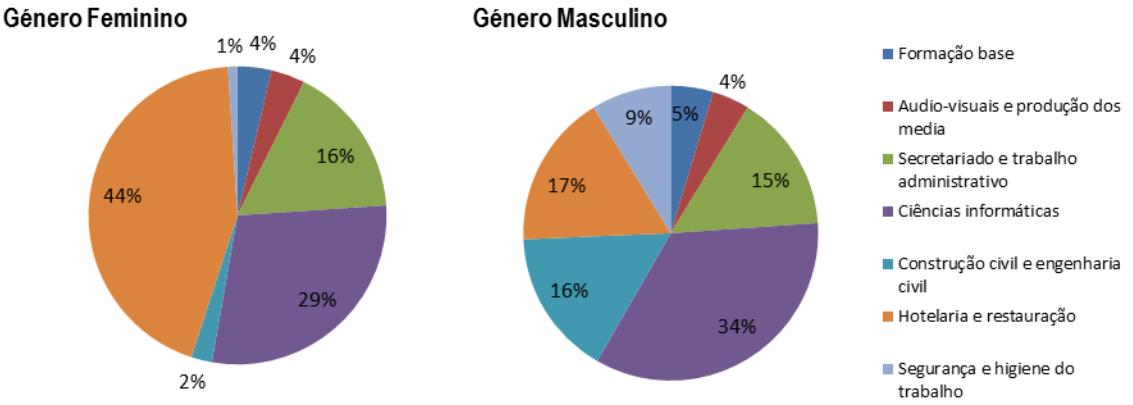
Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Quadro nº 33 – Distribuição do Género e Por Área de Formação

Áreas de Formação	Formandos abrangidos		
	M	F	TOTAL
Formação base	16	18	34
Audiovisuais e produção dos media	14	18	32
Secretariado e trabalho administrativo	52	81	133
Ciências informáticas	118	141	259
Construção civil e engenharia civil	55	11	66
Hotelaria e restauração	58	215	273
Segurança e higiene do trabalho	30	5	35
TOTAL	**343**	**489**	**832**

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Gráfico 20

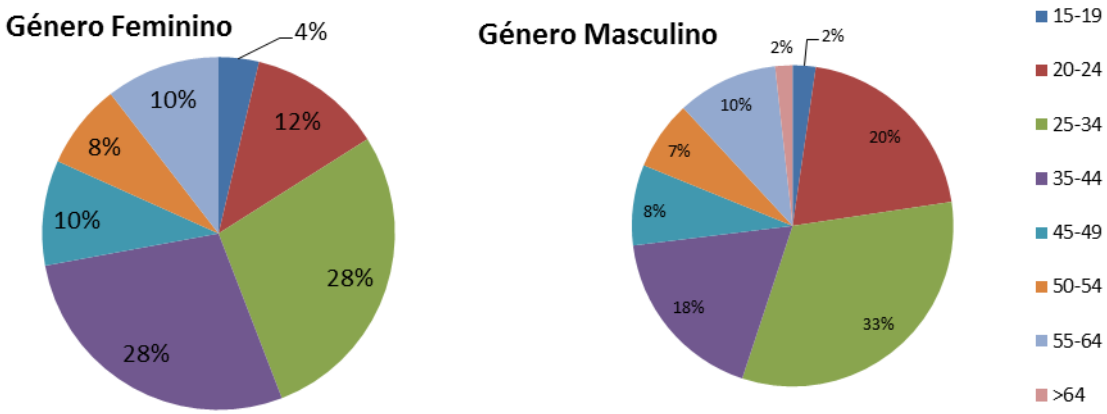


Quadro nº 34 – Distribuição por Grupo Etário

Género	Grupos etários								TOTAL
	15-19	20-24	25-34	35-44	45-49	50-54	55-64	>64	
M	8	70	112	62	28	24	35	6	345
F	18	60	137	136	47	38	51	0	487
TOTAL	26	130	249	198	75	62	86	6	832

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Gráfico 21



Quadro nº 35 – Distribuição por Habilitações Académicas

Habilitações académicas	Género	Nº de Formandos	Total
1º ciclo (4º ano)	M	2	5
	F	3	
2º ciclo (6º ano)	M	39	81
	F	42	
3º ciclo (9º ano)	M	185	430
	F	245	
Ensino Secundário	M	101	271
	F	170	
Bacharelato e Licenciatura	M	15	42
	F	27	
Mestrado	M	3	3
	F	0	
TOTAL	**M**	**345**	**832**
	F	**487**	

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Quadro nº 36 – Distribuição por Situação Face ao Emprego
(à entrada e só os que entraram em 2012 - 786 e não os 832)

Formandos por Situação face ao emprego		Género	Nº Formandos
Empregados	Empregados por conta de outrem	M	77
		F	89
		TOTAL	**166**
	Empregados por conta própria	M	14
		F	9
		TOTAL	**23**
Desempregados	Desempregados à procura do 1º emprego	M	28
		F	28
		TOTAL	**56**
	Desempregados de Longa Duração (há mais de 1 ano)	M	131
		F	200
		TOTAL	**331**
	Desempregados há menos de 1 ano	M	67
		F	143
		TOTAL	**210**
TOTAL		M	317
		F	469
		M F	**786**

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

2.2.3.2.2. Projeto nº 072468/2012/23 Formações modulares certificadas para públicos externos

O Projeto apresentado em 2011, foi objeto de Notificação de Proposta de decisão de Aprovação em 16-6-2012 com a seguinte configuração, isto é, com a aprovação de todas as áreas propostas, mas como um corte/redução de 30% no número de formandos e igual corte/redução no volume de formação a executar.

Quadro nº 37 - Candidatura – Proposta e Aprovação
Projeto nº 072468/2012/23

ÁREAS DE FORMAÇÃO	Candidatado		Aprovado	
	Volume de Formação	Nº Formandos	Volume de Formação	Formandos a Abranger
Formação de Base	15000	300	10500	210
Audiovisuais e produção dos media	27000	340	18750	240
Ciências informáticas	20000	400	13500	270
Comércio	15000	300	10500	210
Construção Civil e Engenharia Civil	15000	300	10500	210
Contabilidade e Fiscalidade	15000	300	10500	210
Secretariado e Trabalho Administrativo	15000	300	10500	210
Trabalho Social e Orientação	27000	340	19500	240
Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	27000	340	18750	240
Segurança e Higiene no Trabalho	15000	300	10500	210
Eletricidade e Energia	15000	300	10500	210
Eletrónica e Automação	15000	300	10500	210
Metalurgia e Metalomecânica	15000	300	10500	210
TOTAIS	**236000**	**4120**	**165000**	**2880**
		Corte	*30%*	*30%*

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

O Projeto, nos termos daquela aprovação foi operacionalizado, com início em 18-07-2012, conforme quadro abaixo, tendo-se, desde essa fase, organizado percursos modulares de curta duração (275 e 300 horas).

Esta opção implicou alterações à forma de organização da formação, nomeadamente pela concretização de turmas de "Percurso Modulares", nas áreas de Audiovisuais, de Trabalho Social e Orientação e de Serviços de Apoio a Crianças e Jovens.

Estas turmas, desenvolvidas em horário laboral, tinham como principais destinatários ativos desempregados, aos quais é disponibilizado o acesso a bolsa de formação, além dos outros apoios elegíveis.

Quadro nº 38 - Candidatura – Proposta e Aprovação – Indicadores de Referência
Projeto nº 072468/2012/23

Áreas de Formação	Indicadores Aprovados		Indicadores internos de referência		
	Volume de Formação	Nº Formandos	Nº de Turmas	Horas por ação	Total Horas
000 - Formação de Base	10500	210	14	50	700
213 - Audiovisuais e produção dos media	18900	238	14	50	1250
			2	275	
481 - Ciências informáticas	14000	280	18	50	900
341 - Comércio	10500	210	14	50	700
582 - Construção Civil e Engenharia Civil	10500	210	14	50	700
344 - Contabilidade e Fiscalidade	10500	210	14	50	700
346 - Secretariado e Trabalho Administrativo	10500	210	14	50	700
762 - Trabalho Social e Orientação	18900	238	14	50	1300
			2	300	
761 - Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	18900	238	14	50	1250
			2	275	
862 - Segurança e Higiene no Trabalho	10500	210	14	50	700
522 - Eletricidade e Energia	10500	210	14	50	700
523 - Eletrónica e Automação	10500	210	14	50	700
521 - Metalurgia e Metalomecânica	10500	210	14	50	700
Total	**165200**	**2884**	**192**	**---**	**11000**

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

O projeto candidatado previa a sua execução em toda a área geográfica de influência da Fundação Alentejo, maioritariamente nas suas instalações nos polos de Évora, Estremoz e Elvas, mas prevendo-se a extensão do mesmo a outros concelhos da NUT II (Alentejo Central) com base em processos de negociação com parceiros locais que mantenham Protocolo de Cooperação com a Fundação, para efeitos de educação e formação, e possam e disponibilizar instalações compatíveis com as necessidades de cada ações a implementar.

Neste âmbito foram organizados em Reguengos de Monsaraz, com a autarquia local, em Vila Viçosa, com a autarquia local, através do GIP – Gabinete de Inserção Profissional, na ótica da promoção do acesso à qualificação dos ativos empregados e desempregados com residência nesses concelhos. Outras ações foram planificadas, neste processo de cooperação e no âmbito desta tipologia/projeto, mas a sua implementação será efetuada em 2013 e 2014.

A dinâmica de operacionalização destas ações, designadamente em estreita cooperação com os parceiros referidos determinou, já no final do ano, alguns ajustamento qualitativos e quantitativos. De igual forma, após a aprovação da mesma e em sede da sua operacionalização, desde Julho de 2012, a Valência de Formação de Adultos da Fundação Alentejo, foi constatando, através do contacto direto com o público aquando da inscrição ou em sede de divulgação junto das várias entidades contactadas, que as áreas 522 – Eletricidade e Energia, 523 – Eletrónica e Automação e 521 – Metalurgia e Metalomecânica, deixaram de representar interesse junto dos públicos referenciados, designadamente por alterações substanciais no perfil do mercado de emprego.

Por outro lado, foram constantemente referenciadas necessidades/interesses nas seguintes áreas de formação: **621 – Produção Agrícola e Animal**; **811- Hotelaria e Restauração**; **812 - Turismo e Lazer e 225 - História e Arqueologia**; daí a solicitação para suprimir as três áreas inicialmente previstas e autorizadas, e ter sido pedida e autorizada a sua substituição pelas áreas supracitadas. O pedido de supressão daquelas 3 áreas inicialmente propostas, foi reforçado pelo facto de outras entidades formadoras (a título de exemplo, o IEFP) com oferta formativa significativa e tradição de formação nessas mesmas áreas, se encontrarem a

desenvolver formação dirigida, especificamente, às principais entidades ligadas a essas atividades, absorvendo grande parte dos potenciais interessados.

Considerando que a Fundação Alentejo assume o trabalho em rede e a complementaridade, como conceitos fundamentais e estruturante na implementação da sua estratégia formativa, a perspetiva de "concorrência", num mesmo território, dificultando aos diferentes operadores, a constituição de grupos em áreas de formação tão especializadas, não fez qualquer sentido no nosso contexto de intervenção (região Alentejo), pelo que se propôs, e foi aceite, intervir nas 4 áreas alternativas acima referidas, nas quais possui experiência formativa comprovada.

Em sede desta proposta de redefinição de áreas de formação foi, igualmente, solicitado o reforço do volume de formação e do número de formandos a abranger. De igual forma foi apresentada proposta de organização de novos percursos modulares, mais longo (600 horas) e, ainda o alargamento do período de execução para os 24 meses inicialmente propostos, mas cuja aprovação tardia tinha reduzido em 6 meses, sendo fixado o seu termino em 30 de Junho de 2014.

Quadro nº 39 - Redefinição Candidatura – Aprovação
Projeto nº 072468/2012/23

Área de Formação	Aprovado no Projeto		HORAS Estimadas
	Volume Formação	Nº Formandos	
000 - Formação base	30000	600	2000
862 - Segurança e higiene do trabalho	9000	180	600
811 - Hotelaria e restauração	25500	510	1700
812 - Turismo e lazer	21750	435	1450
621 - Produção agrícola e animal	14250	285	950
225 - História e arqueologia	6750	135	450
213 - Audio-visuais e produção dos media	18750	375	1250
481 - Ciências informáticas	18000	360	1200
341 - Comércio	15750	315	1050
582 - Construção civil e engenharia civil	7500	150	500
344 - Contabilidade e fiscalidade	6000	120	400
346 - Secretariado e trabalho administrativo	16500	330	1100
762 - Trabalho social e orientação	35250	705	2350
761 - Serviços de apoio a crianças e jovens	21000	420	1400
TOTAL	**246000**	**4920**	**16400**

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Metas definidas para 2012

Considerada a multiplicidade de formas de organização da formação experimentada (UFCD individual/Percurso curtos e longos; horário laboral/pós-laboral, etc…), e da necessidade de adaptação contínua dos objetivos traçados às dinâmicas de procura e de articulação com outras entidades (empresas, autarquias, IEFP, entre outros parceiros) – no presente projeto as metas (previsão de execução) foram definidas para cada ano, sobre o total de volume de formação e do número de formandos a abranger, considerando uma distribuição proporcional ao período de execução em cada ano civil.

Assim, para 2012, o volume previsto de execução, quer no que respeita ao volume de formação quer ao número de formandos a abranger, foi de 17% do volume de formação e do nº de formandos aferido sobre o total do projeto, isto é:

. Volume de formação – 36900
. nº de Formandos – 836
. Horas de formação – 2788

Do confronto destes indicadores com a execução real efetuada no 2.º semestre de 2012 verifica-se que em todos eles houve uma performance superior ao inicialmente previsto, à exceção do n.º de horas realizadas. Este diferencial resulta do aumento do número real de formandos mobilizados para cada ação.

Quadro nº 40 - Execução efetuada em 2012
Projeto nº 072468/2012/23

Área de Formação	Realizado 2012		
	Volume	Nº	Horas
000 - Formação base	686	16	50
862 - Segurança e higiene do trabalho	0	0	0
811 - Hotelaria e restauração	0	0	0
812 - Turismo e lazer	0	0	0
621 - Produção agrícola e animal	0	0	0
225 - História e arqueologia	0	0	0
213 - Audio-visuais e produção dos media	744	17	50
481 - Ciências informáticas	3062	91	250
341 - Comércio	3478	116	271
582 - Construção civil e engenharia civil	1340	61	106
344 - Contabilidade e fiscalidade	394	18	25
346 - Secretariado e trabalho administrativo	9856	328	623
762 - Trabalho social e orientação	13975	518	900
761 - Serviços de apoio a crianças e jovens	375	15	25
TOTAL	**33910**	**1180**	**2300**

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

2.2.3.2.2.1. Caracterização dos Públicos/utentes abrangidos

Caracterizando os utentes abrangidos, ao longo de 2012, nas unidades que integraram o presente projeto de Formações Modulares Certificadas, quanto ao Género, Idade, Nível Escolar, Concelho de proveniência (local de realização da formação) observamos o seguinte:

Quadro nº 41 - Formandos abrangidos, por Género (2012)
Projeto nº 072468/2012/23

Género	TOTAL
Masculino	358
Feminino	822
TOTAL	**1180**

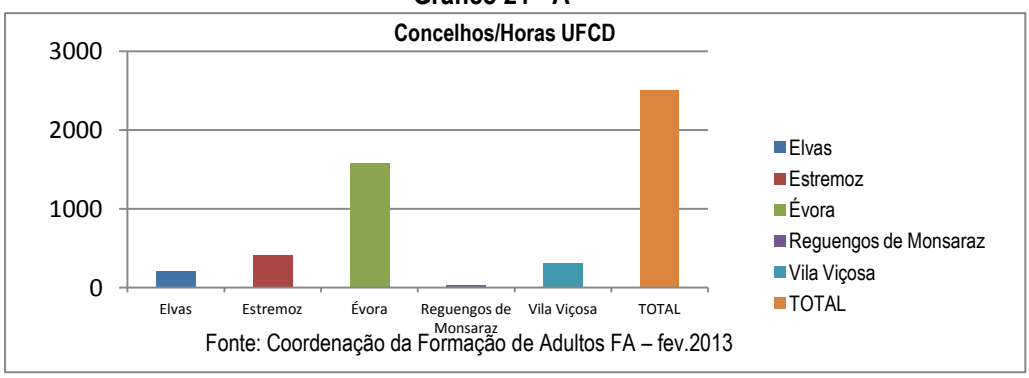
Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Quadro nº 41 – A - Distribuição de UFCD por concelho (executadas e/ou iniciadas em 2012)

Concelho	Nº de UFCD	Horas
Elvas	8	200
Estremoz	12	400
Évora	40	1575
Reguengos de Monsaraz	1	25
Vila Viçosa	8	300
TOTAL	**69**	**2500**

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Gráfico 21 - A



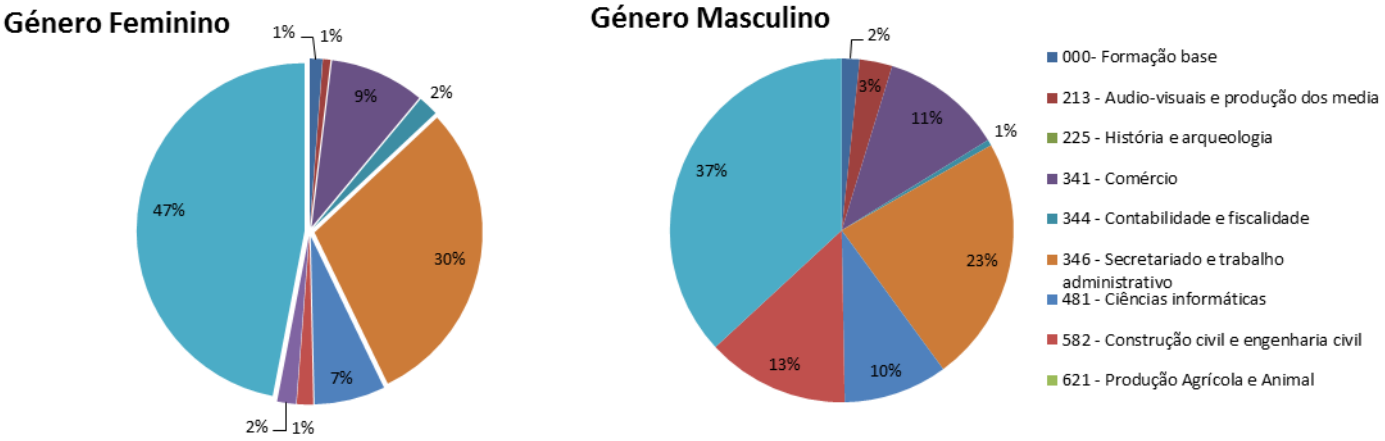
Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Quadro nº 42 Formandos abrangidos - Por Área de Formação e por Género (2012)
Projeto nº 072468/2012/23

Áreas de Formação	Formandos abrangidos		
	M	F	TOTAL
000- Formação base	6	10	16
213 - Audiovisuais e produção dos media	11	6	17
225 - História e arqueologia	0	0	0
341 - Comércio	41	75	116
344 - Contabilidade e fiscalidade	2	16	18
346 - Secretariado e trabalho administrativo	83	245	328
481 - Ciências informáticas	35	56	91
582 - Construção civil e engenharia civil	48	13	61
621 - Produção Agrícola e Animal	0	0	0
761 - Serviços de apoio a crianças e jovens	0	15	15
762 - Trabalho social e orientação	132	386	518
811 - Hotelaria e Restauração	0	0	0
812 - Turismo e Lazer	0	0	0
862 - Segurança e Higiene no Trabalho	0	0	0
TOTAL	358	822	1180

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Gráfico 22



Quadro nº 43 - Formandos abrangidos - Por Grupo Etário (2012)
Projeto nº 072468/2012/23

Género	Grupos etários								TOTAL
	15-19	20-24	25-34	35-44	45-49	50-54	55-64	>64	
M	32	43	120	74	33	28	24	4	358
F	47	136	244	219	73	61	42	0	822
TOTAL	79	179	364	293	106	89	66	4	1180

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.20

Quadro nº 44 - Formandos abrangidos - Por Habilitações Académicas (2012)
Projeto nº 072468/2012/23

Habilitações académicas	Género	Nº de Formandos
1º ciclo (4º ano)	M	26
	F	50
	Total	**76**
2º ciclo (6º ano)	M	26
	F	53
	Total	**79**
3º ciclo (9º ano)	M	133
	F	232
	Total	**365**
Ensino Secundário	M	168
	F	427
	Total	**595**
Bacharelato e Licenciatura	M	5
	F	54
	Total	**59**
Mestrado	M	0
	F	6
	Total	**6**
TOTAL	M	358
	F	822

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.20

2.2.3.2.3. Projeto nº 072478/2012/23 - Formações modulares certificadas para público interno

Esta intervenção, igualmente desenvolvida com base em candidatura submetida em Novembro 2011, ao POPH, foi objecto da Notificação da proposa de decisão de aprovação em 18-6-2012, tendo a Notificação da decisão de aprovação, sido comunicada em 26-06-2012. Subjacente a esta candidatura esteve um processo de auscultação interna dos interesses e necessidades de formação, que envolveu toda a comunidade de trabalhadores – docentes e não docentes – de todas as valências da Fundação Alentejo.

A data de aprovação condicionou a organização da formação - coincidiu com final do ano lectivo, nas valências de educação e, consequentementem, com o período de maior concentração do gozo de férias dos colaboradores, pelo que houve necessidade de recalendarizar a intervenção e, reavaliar o perfil das acções, considerando novos interesses e necessidades que emergiram no hiato entre o primeiro diagnóstico e a aprovação/implementação.

Refira-se que, no período entre ambas as situações, a entidade desenvolvue, com base no catálogo mas sem financiamento público, duas acções cujo interesse e necessidade foram considerados mais prementes.

Quadro nº 45 - FORMAÇÃO INTERNA NÃO FINANCIADA
Tipologia 2.3 – Formações Modulares Certificadas

ÁREAS DE FORMAÇÃO	Volume de Formação	Nº Formandos	HORAS	Nº UFCD
346 - Secretariado e trabalho administrativo . Comunicação no atendimento no Atendimento e . Aplicações Informáticas de Escritório	1100	32	50	2
Totais	**1100**	**22**	**50**	**2**

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

No que respeita ao projeto aprovado a sua configuração é a que consta do quadro abaixo, a qual correspondeu a uma redução de 25% do volume de formaçãoe uma redução de 13,5% dos formandos a envolver.

Quadro nº 46 - FORMAÇÃO INTERNA FINANCIADA
Projeto nº 072478/2012/23

ÁREAS DE FORMAÇÃO	Indicadores Candidatados		Indicadores Aprovados	
	Volume de Formação	Nº Formandos	Volume de Formação	Nº Formandos
344 - Contabilidade e fiscalidade	2000	40	1500	30
346 - Secretariado e trabalho administrativo	4000	80	3000	60
481 - Ciências informáticas	8000	160	6000	120
761 - Serviços de apoio a crianças e jovens	4000	80	3000	120
762 - Trabalho social e orientação	4000	80	3000	60
862 - Segurança e higiene do trabalho	4000	80	3000	60
	26000	520	19500	450
		Redução face ao proposto	*25%*	*13,5%*

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Com o referido protelamento da aprovação face ao incialmente previsto, em candidatura e em Plano de Intervenção, no momento subsequente ao período de interrupção, com a reconfiguraçã do corpo de trabalhadores e,ainda, considerando as acções realizadas sem financiamento, houve necessidade de aferir o diagnóstico realizado.

Desta aferição do diagnóstico de necessidades interno resultou a necessidade de reprogramar a organização da formação, pelo que se porcedeu a Pedido de Alteração, submetido a 9-10-2012 e aprovado a 11-10-2012, da qual resultou as seguintes alteração de áreas de formação e de redestribuição de volumes:

Quadro nº 47 - FORMAÇÃO INTERNA FINANCIADA – Indicadores Aprovados e Estimados
Projeto nº 072478/2012/23

ÁREAS DE FORMAÇÃO	Indicadores aprovados após		Indicadores estimados	
	Volume de Formação	Nº Formandos	HORAS	Nº UFCD
213 - Audiovisuais e produção dos media	3000	60	200	4
346 - Secretariado e trabalho administrativo	3000	60	175	3,5
347 - Enquadramento na organização/empresa	6000	120	375	7,5
481 - Ciências informáticas	3000	60	200	4
761 - Serviços de apoio a crianças e jovens	3000	60	225	4,5
762 - Trabalho social e orientação	1500	30	125	2,5
Totais	**19500**	**390**	**1300**	**26**

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Foram excluídas as áreas de formção 344 - Contabilidade e fiscalidade e 862 – Segurança e Higiene no Trabalho, as quais foram substituídas pelas áreas 213 - Audio-visuais e produção dos media e 347 - Enquadramento na organização/empresa

Quadro nº 48 - FORMAÇÃO INTERNA FINANCIADA
Desagregação do Projecto para 2012 (Previsão de execução) - Projeto nº 072478/2012/23

ÁREAS DE FORMAÇÃO	Objetivos estimados para 2012			
	Volume de Formação	Formandos	HORAS Estimadas	Estimativa UFCD a
213 - Audiovisuais e produção dos media	0	0	0	0
346 - Secretariado e trabalho administrativo	375	15	25	0,5
347 - Enquadramento na organização/empresa	2250	30	75	1,5
481 - Ciências informáticas	3000	30	100	2
761 - Serviços de apoio a crianças e jovens	1125	45	25	2,5
762 - Trabalho social e orientação	0	0	0	0
Totais	**6750**	**120**	**225**	**6,5**

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Quadro nº 49 - FORMAÇÃO INTERNA FINANCIADA
Execução efectivamente realizada em 2012 - Projeto nº 072478/2012/23

ÁREAS DE FORMAÇÃO	Executado 2012			
	Volume Formação	Nº Formandos	Horas Realizadas	Nº UFCD
213 - Audiovisuais e produção dos media	0	0	0	0
346 - Secretariado e trabalho administrativo	0	0	0	0
347 - Enquadramento na organização/empresa	534	26	21	1
481 - Ciências informáticas	547	15	50	1
761 - Serviços de apoio a crianças e jovens	231	26	9	1
762 - Trabalho social e orientação	0	0	0	0
Totais	**1312**	**67**	**80**	**3**
Execução em relação aos objetivos	*19,4%**	*55,8%**	*35,6%*	*46,2%*

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

As acções foram inicadas, mobilizando um volume de formandos/turma acima dos 25, mas nem todas foram concluídas até 31 de Dezembro, transitando para 1013.

2.2.3.3. Balanço Final da Operacionalização, em 2012 da Formação de Adultos

a) Reclamações e notas de ocorrência

Regista-se, ao longo de 2012, uma ausência completa de Reclamações, na Valência de Formação de Adultos, quer dos públicos/utentes que frequentaram os cursos EFA – Educação e Formação de Adultos, quer daqueles que frequentaram as Unidades que integram as Formações Modulares Certificadas, como se pode confirmar no Livro de Reclamações disponível na Valência, nos termos da Lei.

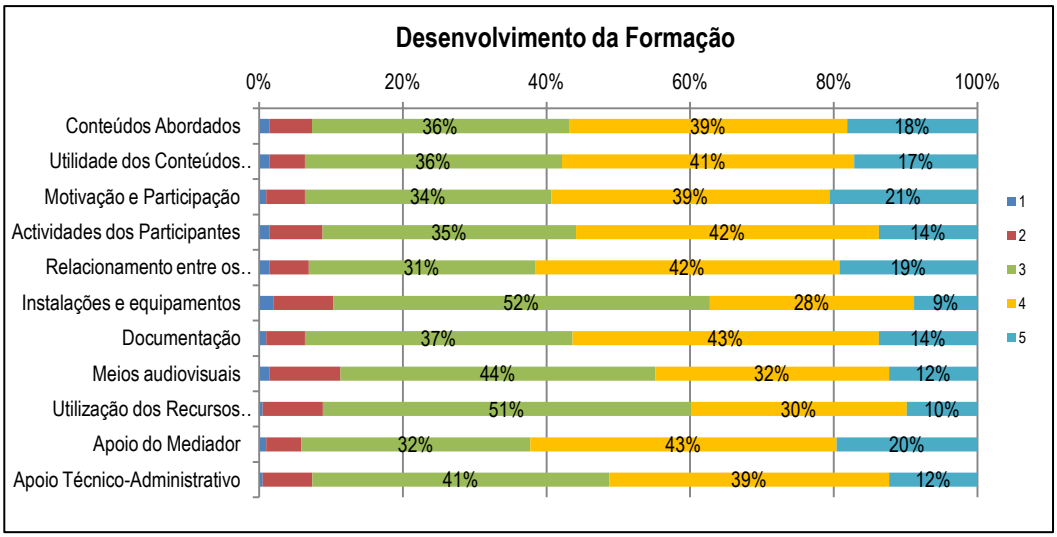
Verificaram-se, contudo, algumas ocorrências que foram objeto do respetivo registo pelos intervenientes (formandos, formadores, outros membros da equipa) em modelo próprio, em uso na Valência e que integra o respetivo dossier técnico-pedagógico, tendo a sua apreciação e resolução sido efetuada em tempo útil e a contento dos intervenientes, nos termos do Regulamento da Formação de Adultos e do Código de Conduta e Boas Práticas da Fundação Alentejo.

b) Reação/Satisfação dos utentes/formandos

Analisando os resultados obtidos pelo tratamento dos inquéritos de reação/satisfação dos utentes, quer no que se reporta ao Desenvolvimento da Formação, quer no que respeita ao Desempenho dos formadores, e relação aos cursos EFA, cuja conclusão ocorreu em 2012, os resultados são extremamente significativos dado que, em todos os parâmetros considerados, mais de 90% atribui uma classificação positiva (níveis de 3 a 5) e, em média, mais de 50% atribui uma classificação de Muito Bom/Excelente (níveis 4 e 5). Estes resultados são transversais aos três cursos, como se pode constatar.

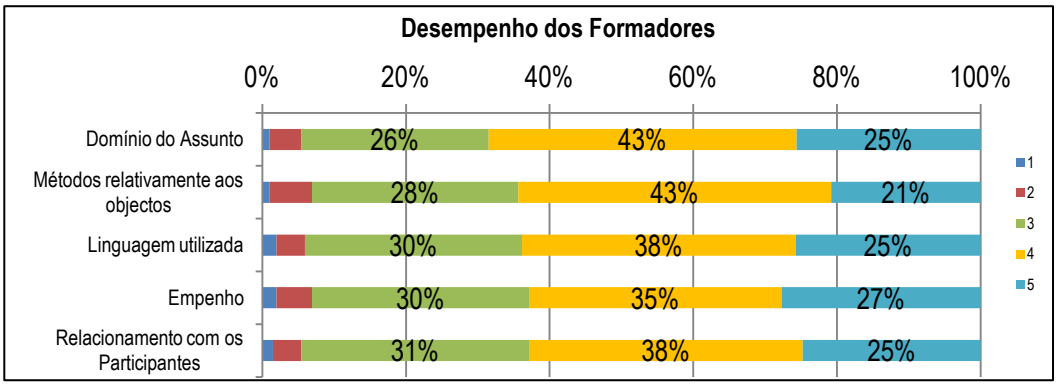
Curso EFA: Qualificação Escolar de Nível Secundário (NS Tipo A)

Gráfico 23



Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

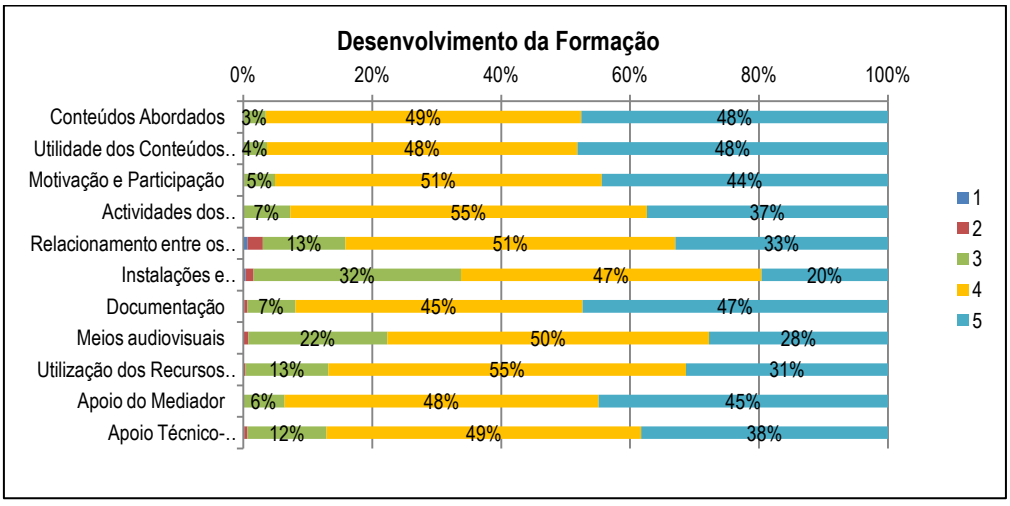
Gráfico 24



Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

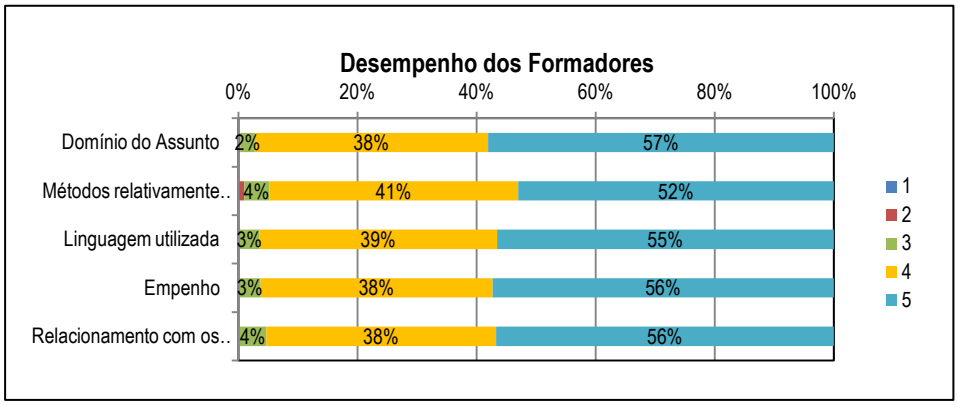
Curso EFA : Técnico/a de Segurança e Higiene do Trabalho

Gráfico 25



Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

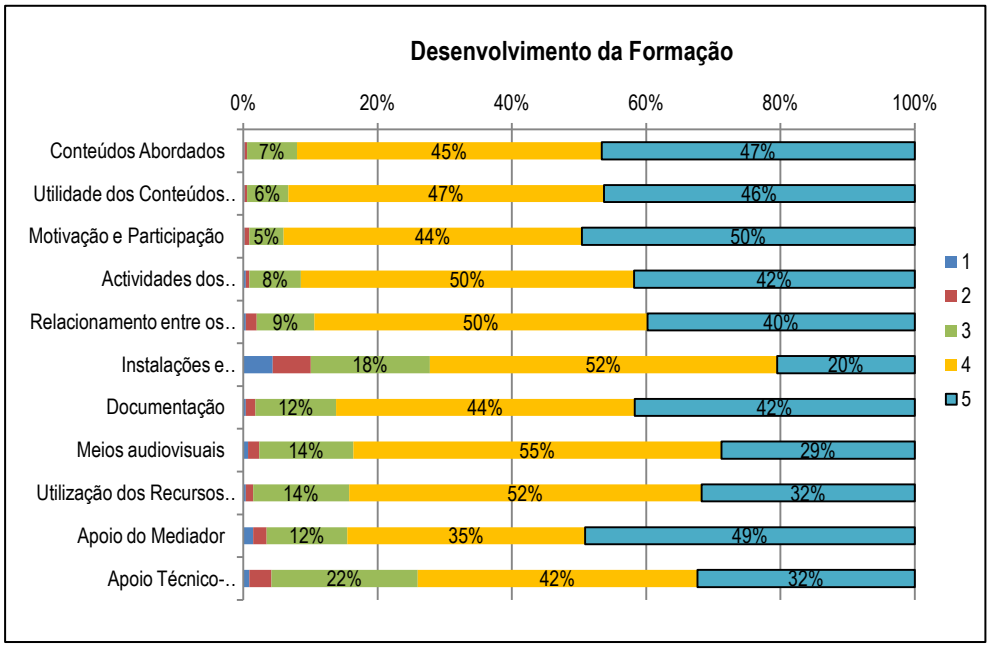
Gráfico 26



Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

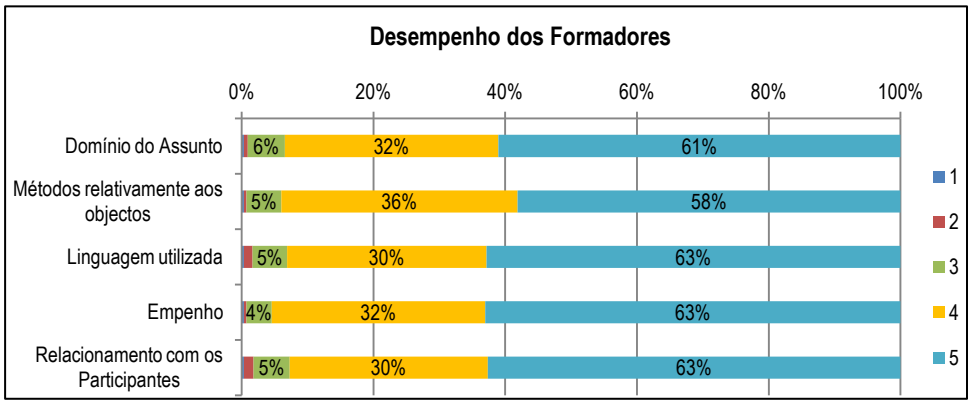
Curso EFA: Técnico/a de Informação e Animação Turística

Gráfico 27



Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Gráfico 28



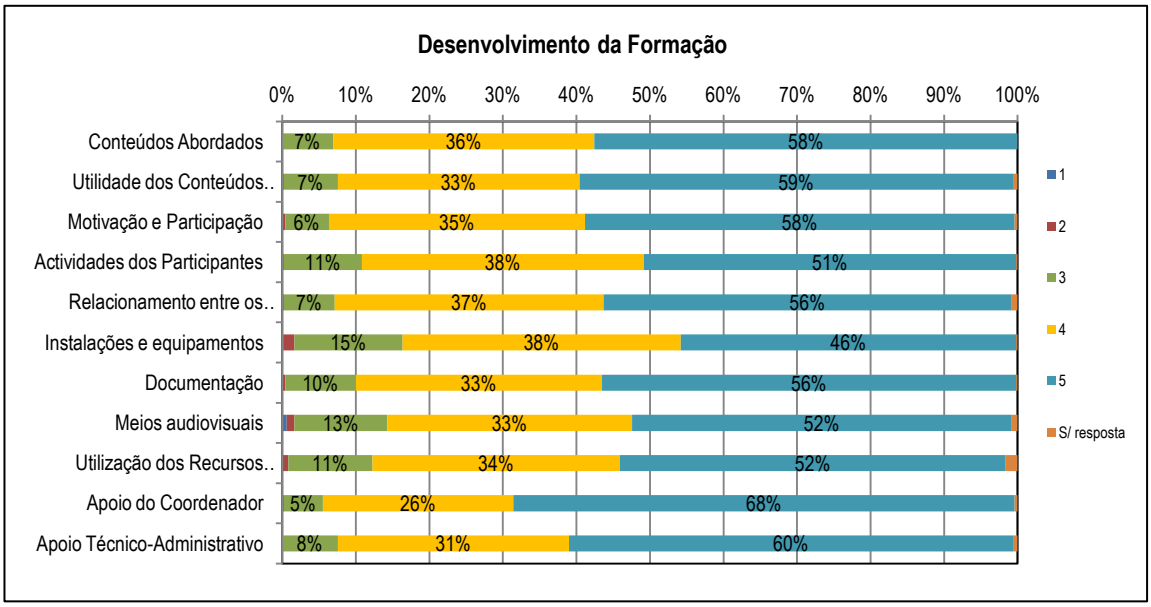
Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Medida 2.3 - Unidades Modulares Certificadas - UFCD executadas em 2012

No que respeita à formação de curta duração (UFCD), considerando os dois projetos/ conjuntos de formações realizadas em 2012 (projeto de 2010/2012 e o projeto de 2012/2014), considerando exclusivamente àquelas que foram realizadas em 2012, obtemos resultados, ainda, mais significativos, sendo os níveis positivos, entre os 80% e os 90% e o níveis de Muito Bom/Excelente próximo dos 100%, na generalidade dos parâmetros.

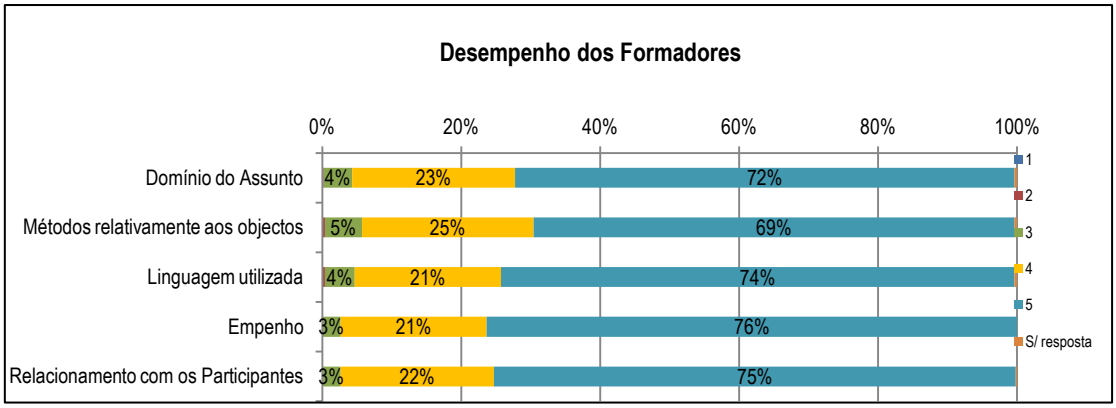
Gráfico 29

Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013



Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

Gráfico 30



Fonte: Coordenação da Formação de Adultos FA – fev.2013

c) Follow-up

Considera-se, ainda, que o presente Balanço da Formação de Adultos, contendo o essencial da informação da Valência, ao longo de 2012, como tal, podendo servir de base ao Plano de Intervenção do próximo ano, só ficará ultimado com o tratamento mais elaborado de parte da informação, designadamente de *follow-up* dos formandos integrados em cursos e percursos estruturados, que está em fase de processamento.

A metodologia utilizada para a sua realização, concebida e implementada pelo GAOVE - Gabinete de Apoio, Orientação Vocacional e Emprego da Fundação Alentejo, inicialmente aplicada aos Diplomados da Formação Profissional Inicial, foi utilizada, com relativo sucesso, para realizar o follow-up das turmas de Cursos EFA

que concluíram a sua formação em ciclos anteriores, pelo que será objecto de adaptação e operacionalização considerando a nova fase da Valência.

d) Desistências

No que se refere a desistências e considerando os formandos dos Cursos EFA que transitaram para 2012, verificaram-se, duas desistências (uma formanda por razões de doença prolongada e um formando por desestruturação do núcleo familiar, já na fase de FCT).

Tal como acontece ao follow-up, o tratamento de desistências, considerando a mudança do perfil da oferta, agora com o predomínio das UFCD/Formações modulares Certificadas, carece de uma metodologia de análise diferente daquela que era utilizada para os cursos EFA, evidenciando-se fenómenos, causas e circunstâncias que implicam uma abordagem distinta e um pouco mais complexa, pelo volume e diversidade que será objeto de reflexão de ação de melhoria em sede do próximo exercício.

2.2.4. OS CNO – Centros Novas Oportunidades da Fundação Alentejo

Os **Centros de Novas Oportunidades da Fundação Alentejo** localizados em **Évora** e em **Elvas**, em funcionamento desde 2001 e 2008, respetivamente, e ambos terminaram a sua atividade ao longo do ano de 2012, estavam direcionados para os adultos que por diversos motivos tinham interrompido os seus estudos e pretendiam agora ver reconhecidas as suas competências e aumentar as suas qualificações académicas e profissionais, contando para o efeito com equipas qualificadas e especializadas no trabalho a desenvolver nas diferentes etapas da intervenção.

Os CNO integravam-se no contexto da Iniciativa *Novas Oportunidades*, que objetivava uma política de elevação das qualificações da população portuguesa. Os Centros eram tutelados pela *Agência Nacional para a Qualificação* (ANQ e posteriormente ANQEP) e tinham como principal objetivo aumentar a qualificação dos portugueses, comidade igual ou superior a 18 anos e habilitações escolares inferiores ao 4.º, 6.º, 9.º ou 12.º ano de escolaridade, de acordo com os diferentes contextos de cada adulto.

2.2.4.1. O CNO – ÉVORA

A intervenção desenvolvida pelo CNO – Évora, no ano de 2012, foi determinada por um conjunto de situações decorrentes das orientações e decisões da ANQEP, nomeadamente:

a) **O orçamento aprovado pelo POPH, para o biénio 2010/2011, veio a poder incluir o financiamento do 1º trimestre de 2012.**

Esta orientação, tardia, deixou um lastro de indefinição e desorientação do trabalho dos CNO, nomeadamente porque a nossa intervenção sempre foi sustentada num acompanhamento que não é pontual e, portanto, a programação das atividades, o envolvimento dos adultos, a relação com os parceiros, sempre conheceu uma dinâmica de continuidade.

O vazio que se instalou - porque não foi minimamente preparado, por ausência de orientações - ao circunscrever o trabalho a um trimestre, veio condicionar de forma determinante os *timings* de uma intervenção em *continuum* e, naturalmente, repercutir nos adultos a sua motivação e disponibilidade para a prossecução/conclusão dos seus processos.

b) A candidatura ao financiamento para 2012 (de Janeiro a Agosto), foi indeferida pelo POPH sendo reconhecida, no entanto, a competência para prosseguimento da intervenção.

Neste cenário, por decisão do CA-Conselho de Administração da Fundação Alentejo, foi mantido o funcionamento do CNO e aprovada uma tabela de comparticipação nos custos (a ser suportados pelos adultos acompanhados pelo Centro), mudando o paradigma da oferta de qualificação/certificação gratuita, para a oferta comparticipada pelo utente.

Esta situação determinou que os adultos que se encontravam a desenvolver os seus processos, tivessem de se pronunciar sobre a sua continuidade no nosso Centro. Para a grande maioria, embora reconhecendo a justeza da medida, foi-lhes impossível (por questões financeiras) dar continuidade aos seus percursos, tendo solicitado, quando possível, a transferência para outros CNO. Para muitos deles, ficou irremediavelmente comprometida a concretização de um projeto muito investido e a possibilidade de se verem ressarcidos de um "sonho (muitas) tantas… vezes adiado".

c) O CNO, de Abril a Agosto de 2012, deu resposta à conclusão dos processos dos adultos que manifestaram esse interesse

No final do mês de Agosto de 2012 ocorreu a extinção do CNO – Évora, assim, e relativamente à conclusão dos processos dos adultos, que manifestaram ser esse o seu interesse, foram concretizados todos os Júris de Certificação. Foram ainda cumpridos outro tipo de procedimentos, nomeadamente transferências, diagnósticos, encaminhamentos, emissão de documentos e outras intervenções decorrentes da esfera de responsabilidade do CNO e que mais à frente detalharemos.

2.2.4.1.1. Atividades desenvolvidas e Equipa

Resultante da ausência de orientações por parte da ANQEP e consequente indefinição do *espaço* dos CNO, que caracterizou o ano de 2012, a par da necessidade de, institucionalmente, ser gerida, da melhor forma possível, uma realidade decorrente do trabalho de 10 anos, com provas dadas e reconhecidas e que, agora, conhecia o mais completo desrespeito pela tutela, foram assumidas como prioridades:

a) **Assegurar o funcionamento corrente do CNO até que todos os processos em curso estivessem concluídos**.

Assim:

- ✓ Até 31 de Março de 2012, ainda no âmbito do financiamento aprovado pelo POPH (2010/2011), foi assegurada a conclusão dos processos cujo estádio assim o permitiu;
- ✓ Entre 1 de Abril e 31 de Agosto de 2012 (data definida pela ANQEP para encerramento dos CNO), e de acordo com a instituição da tabela de comparticipação de custos por parte dos adultos (aprovada pelo CA da Fundação Alentejo), foram desencadeados os procedimentos para consulta (através de ofício) de todos os inscritos no nosso CNO, relativamente à continuidade do seu envolvimento com o nosso Centro. Neste quadro, e de acordo com a vontade expressa, foram concluídos os processos RVC e certificados os Adultos que mantiveram a sua relação com o CNO. Simultaneamente, todos os elementos da Equipa passaram a colaborar ativamente com outras valências da FA, dentro da sua esfera de saberes e anterior experiência profissional.

b) Em 13/08/2012, fomos informados pela ANQEP sobre o alargamento da atividade dos CNO até 31/12/2012.

Nesta data, já todo o trabalho que vínhamos desenvolvendo com os adultos estava em fase de conclusão pois, com a indicação de que a atividade cessaria no final do mês de Agosto, não poderíamos ter protelado a conclusão dos processos RVCC.

Neste sentido, e uma vez que a questão financeira foi determinante para a tomada de decisão por parte dos adultos, a partir desta data todo o trabalho que desenvolvemos prende-se com o pedido de transferências, suspensões, Comissões Técnicas, diagnósticos e encaminhamentos.

Em termos de afetação da equipa, todos os elementos têm colaborado com outras valências/intervenções da FA, nomeadamente ao nível das UFCD, docência na EPRAL e GAOVE.

c) Foi efetuada a auscultação dos adultos sobre a sua continuidade no CNO
(a partir de 1/04/2012)

À data, encontravam-se inscritos (e em diversas fases do percurso no CNO) 730 adultos. Destes, 86 encontravam-se em Processo RVCC. Todos estes adultos foram informados por ofício da nova situação do CNO.

Quadro nº 50 – Consulta aos Adultos inscritos no CNO

PROCEDIMENTOS E RESULTADOS	Nº DE ADULTOS
Ofícios enviados	730 adultos
Responderam ao ofício	120 adultos
Manifestaram vontade em continuar	43 adultos

Fonte: CNO – Évora – jan. 2013

A Equipa

a) A **partir de 1 de Janeiro de 2012**, e com o *términus* dos contratos de alguns colegas, a equipa passou a ter a seguinte constituição:

Quadro 51 – Constituição da equipa do CNO

NOME	FUNÇÃO
Fernanda de Sousa G. C. Ramos	Diretora
Adelina Maria Amaro dos Santos	Coordenadora
Ana Maria M. G. Pedrosa	Técnica Administrativa
Dina Lopes da Rosa Silva	Formadora de CP[1]
Hugo Miguel Giões Rico	Prof. RVC
José Miguel Cameirão	TOC
Linete dos Santos C. Ventura	Téc. Diag. e Encaminhamento
Maria da Conceição S. Marinho	Prof. RVC
Susana Isabel Galante Freixial	Prof. RVC
Susana Isabel Ramos Martins	Formadora de LC e CLC[2]

[1] Cidadania e Profissionalidade (nível secundário)
[2] Linguagem e Comunicação (nível básico) e Cultura Língua e Comunicação (nível secundário)
Fonte: CNO – Évora – jan. 2013

Com a saída de quatro formadores – Sofia Correia (Linguagem e Comunicação, Cultura Língua e Comunicação e Cidadania e empregabilidade), David Germano e Lourdes Zorrinho (Sociedade, Tecnologia e Ciência) e Rute Feiteira (Matemática para a Vida, TIC e Sociedade, Tecnologia e Ciência), passámos a contar com a colaboração de formadores da EPRAL, com as habilitações exigidas.

b) A **partir do mês de abril de 2012**, todos os elementos da equipa técnica participara na docência das UFCD, de acordo com as suas competências e formação técnico-científica, no âmbito da Medida 2.3 – Unidades Modulares Certificadas, projetos nºs 037311/2010/23 e 072468/2012/23. Num total, foram ministradas 1094 horas de formação. Em anexo (anexo I), apresentamos quadro com indicação dos técnicos envolvidos, identificação das ações e respetivos cronogramas.

A intervenção no âmbito das atividades desenvolvidas pelo **GAOVE**, nomeadamente através das técnicas Adelina Santos e Linete Ventura ocorre na sequência de orientações superiores, tendo a colaboração incidido, com maior destaque, na fase de divulgação da oferta formativa da EPRAL – AL 2012/2013 e subsequente processo de orientação e seleção de candidatos, o que ocorreu no mês de Maio. A partir de então, com a redefinição de funções e atribuições dos técnicos afetos ao CNO, as técnicas referenciadas passaram a desenvolver a sua intervenção neste Gabinete, a par de tarefas pontuais decorrentes da atividade do CNO (atendimento de adultos para esclarecimentos, entrega de documentos).

2.2.4.1.2. Execução física

Durante o ano de 2012, e porque as orientações apontaram para a reestruturação/extinção dos CNO a 31 de Agosto, todo o trabalho relacionado com o encaminhamento de adultos e conclusão de processos ocorreu até esta data.
O quadro abaixo (Quadro 3) apresenta os dados relativos ao número de adultos que foram acompanhados pelo CNO, nas diversas fases dos seus percursos.

Quadro nº 52 – Execução física

FASES	Nº DE ADULTOS		TOTAIS
	NÍVEL BÁSICO	NÍVEL SECUNDÁRIO	
Em diagnóstico	55	66	121
Encaminhados	29	30	59
Em processo RVC	40	96	136
Certificados	41	57	98

Fonte: CNO – Évora – jan. 2013

Envolvimento em projetos e outras atividades

A generalidade da equipa, de forma especial a coordenadora, Adelina Santos e o Profissional de RVCC, em conjunto com outros recursos humanos da Fundação, envolveram-se ativamente no ***EuropeerGuid: European Peer Review in Guidance and Counselling in Adult Vocational Education and Training – Lifelong Learning Programme: Sub-Programa Leonardo da Vinci,*** que decorreu entre 2011 e 2012.

Este projeto, de carácter transnacional, envolveu parceiros nacionais - CECOA (Centro de Formação para o Comércio e Afins) e o IEFP (Instituto do Emprego e da Formação Profissional), parceiros eslovenos - Slovenian Insttitue for Adult Education, finlandeses - Ministério da Economia e do Emprego da Finlândia e o Keuda Vocational College e franceses - CIBC Artoi Ternois- (Centre Interinstitutionnel de Bilan de Compétences Artois Ternois).

O envolvimento do CNO da FA permitiu a reflexão e avaliação das dinâmicas de trabalho nas fases de Acolhimento, Diagnóstico e Encaminhamento de adultos. Em termos metodológicos o relatório de auto-avaliação elaborado pela equipa do CNO constituiu-se como ponto de partida para esta reflexão. A partir do *European Peer Review Manual for Educational and Vocational Guidance for Adults* – documento de referência adaptado pelos parceiros eslovenos para este projeto – foram identificadas 2 áreas de qualidade a serem analisadas segundo a metodologia PEER REVIEW:

a) Área 4 – Guidance Process (Processo de Orientação, Diagnóstico e Encaminhamento);
b) Área 6 – Information and promotion (Divulgação e informação).

A reflexão em torno das áreas referidas, permitiu-nos organizar uma série de evidências que possibilitaram, em termos de balanço final, e na sequência das recomendações dos *Pares Externos,* identificar dimensões de análise e respetivos contributos para o cumprimento dos objetivos do projeto:

- ✓ Por um lado, a participação da FA reforçou a sua dimensão europeia enquanto operador no domínio da educação e formação. O "Peer Review" pretende ser um instrumento de avaliação das organizações de educação/formação de adultos, sendo a Fundação Alentejo um dos parceiros que testou a metodologia desenvolvida por esta rede de europeia em Maio de 2012;
- ✓ A nível da Educação e Formação de Adultos, a FA acrescentou prestígio, viu reconhecido o seu trabalho no âmbito deste projeto, e obteve um estatuto de pioneira na aplicação da metodologia em Portugal, reforçando o papel pró-ativo que tem desempenhado em questões associadas à garantia da qualidade para a Educação e Formação;
- ✓ O projeto EUROPEERGUID contemplou um período de formação de Pares provenientes da parceria do projeto, entre os quais dois colaboradores da FA (Raúl Rasga e Hugo Rico), permitindo a aquisição de competências para aplicar a metodologia da Revisão por Pares. Este é um aspeto importante na medida em que permitiu ainda a capacitação de recursos humanos afetos, dotando-os de novas competências.

É importante também notar que a presença e os contributos dos *Pares Externos*, permitiram reunir um conjunto de sugestões que podemos tornar realidade no âmbito de uma intervenção centrada na Orientação, Diagnóstico e Encaminhamento de Jovens e Adultos, assim como no plano da Promoção e da Divulgação da oferta formativa, nomeadamente:

- Estruturar o diagnóstico e encaminhamento de adultos relativamente à sua qualificação, numa perspetiva holística, por forma a permitir a construção, em conjunto com os *clientes*, de planos mais alargados que contemplem não apenas única via/modalidade de educação. Foi, igualmente, enfatizada a importância das aprendizagens informais, de particular relevância no âmbito da ALV, e a possibilidade de construir projetos mais consistentes e que acolham a reformulação dos mesmos de uma forma integrada e consentânea com os "grandes" objetivos do adulto.

- Relativamente à questão da Informação e Promoção das atividades junto do público-alvo, uma das sugestões remete para a necessidade de construção de um plano de informação/promoção a 2-3 anos. Este plano deverá contemplar diferentes sub-planos, de acordo com os públicos-alvo: desempregados (a diferenciar em função das idades), imigrantes, idosos, reclusos, pessoas com deficiência e incapacidades, etc., bem como a utilização de meios de divulgação adaptados ao público: *Net* para os jovens, *SMS e Facebook* para divulgação de ofertas formativas. Em simultâneo torna-se necessário valorizar novos públicos e atender aos seus interesses e necessidades: universitários e seniores, por exemplo.

Este trabalho, no ano de 2012, envolveu a realização de contactos com parceiros e adultos que se disponibilizaram a participar, com os seus contributos, na avaliação do nosso trabalho, bem como a organização e desenvolvimento de evidências que sustentaram as intervenções desenvolvidas. Todo este trabalho, também pelo facto de ter sido desenvolvido na língua de trabalho do projeto (inglês) exigiu um envolvimento particular, principalmente na pessoa da formadora Susana Martins que, com grande profissionalismo e competência, assegurou todo o trabalho de tradução.

FA - **Formação Pedagógica Inicial de Formadores -** Colaboração na candidatura ao estabelecimento de Protocolo com o IEFP para promoção de ações, no segmento referenciado. Este trabalho envolveu a recolha, organização e sistematização de dados que permitiram a sua introdução na plataforma *NETFORCE* e a formalização da candidatura. Este trabalho foi desenvolvido entre novembro e dezembro de 2012 e contou com a colaboração dos colegas Hugo Rico e Susana Freixial.

FA - Valência de Formação de Adultos - Decorrente do trabalho próximo com esta valência, resultante da intervenção do CNO na vertente de encaminhamento de adultos, para respostas formativas externas foram, também, desenvolvidas outras ações, nomeadamente a realização de propostas no âmbito de percursos de curta duração, nos quais fosse possível o envolvimento dos técnicos do CNO; neste âmbito, colaborámos na realização de contactos com adultos para sensibilização para a frequência de percursos (nomeadamente diplomados pela EPRAL), bem como o contacto com entidades da administração central e regional e empresas, com o objetivo da divulgação das ações e a mobilização dos respetivos funcionários.

Quadro nº 53 – Participação da Equipa na Tipologia de Intervenção 2.3

Nº Mecanº	Nome	Duração	Nº Turma	Cód. UFCD	Designação	Horas Lecionadas	Total
20294	Adelina M. dos Santos	11/06 a 18/06	49	4212	Comunicação Interpessoal	25	25
30437	Dina Lopes da Rosa Silva	10/04 a 08/05	42	2745	Geodesia	25	179
		10/05 a 27/06	47	2772	Elementos da Topografiia	50	
		22/08 a 06/09	4	2747	Cadastro e Ordenamento do Território	25	
		18/09 a 16/10	10	7356	Mecânica de solos	25	
		16/10 a 20/11	10	7357	Geologia e Mineralogia para a Construção Civil	29	
		17/10 a 26/11	17	0683	Ética e deontologia profissionais	25	
20373	Hugo Miguel Giões Rico	19/06 a 31/07	49	4216	Liderança e Gestão de Equipas	50	250
		04/09 a 26/09	6	4279	Animação sociocultural - áreas de intervenção	50	
		20/09 a 22/10	6	4260	Trabalho de Projeto Comunitário - fundamentos	50	
		01/10 a 14/11	6	4280	Animação sociocultural - contextos e práticas	50	
		05/11 a 28/11	13	4280	Animação sociocultural - contextos e práticas	50	
20327	Linete dos Santos Carraça Ventura	10/09 a 28/09	49	4253	Organizações de Apoio à Comunidade	25	75
		11/09 a 19/06	48	3308	Cuidados Básicos de Saúde	25	
		25/06 a 13/07	48	4212	Comunicação Interpessoal	25	
3031	Maria da Conceição da Silva Marinho	20/06 a 20/07	49	3296	Higiene e Segurança Alimentar	25	25
30537	Susana Isabel Ramos Martins	12/04 a 26/06	45	0658	Língua Inglesa-Documentação Administrativa	50	340
		20/06 a 20/07	48	3444	Língua Inglesa-Acolhimento ao Acolhimento	50	
		18/07 a 27/08	1	0659	Língua inglesa - documentação comercial	50	
		02/08 a 31/08	2	0687	Documentação administr. - métodos de execução	25	
		11/09 a 30/10	8	CLC_LEI	Língua estrangeira - iniciação (Inglês)	50	
		25/09 a 15/11	11	0352	Atendimento	50	
		17/10 a 23/11	17	0697	Língua portuguesa - comunicação empresarial	50	
		09/11 a 16/11	20	0627	Língua portuguesa - técnicas de escrita	6	
		12/11 a 16/11	20	0633	Comunicação empresarial - presencial e telefónica	9	
30663	Susana Isabel Galante Freixial	19/06 a 31/07	50	4216	Liderança e Gestão de Equipas	50	200
		03/09 a 18/09	6	4277	Animação sociocultural e deontologia	25	
		18/09 a25/10	6	4261	Trabalho de Projeto Comunitário - metodologia	50	
		26/10 a 15/11	6	4262	Trabalho de Projeto Comunitário - avaliação	50	
		18/09 a 25/10	9	0404	Organização pessoal e gestão do tempo	25	
TOTAL						**1094**	**1094**

Fonte: CNO – Évora – jan. 2013

2.2.4.2. CNO – ELVAS

2.2.4.2.1. Contextualização da Intervenção

O CNO – Elvas cessou a sua atividade a 31 de agosto de 2012, da decisão superior de repensar o modelo de intervenção concretizado pelos CNO e na consequente não aprovação da candidatura financeira a 31 de Março do mesmo ano (contestada pela Fundação).

Funcionou, contudo, de 1 de Abril a 31 de Agosto de 2012 com autofinanciamento (da Fundação Alentejo), assim, a informação que se segue é referente às atividades desenvolvidas entre 1 de Janeiro de 2012 e 31 de Dezembro de 2012 e visa apresentar uma reflexão sobre o desenvolvimento do trabalho, enquanto equipa

do CNO-FA Elvas, os resultados alcançados, os obstáculos que surgiram e as estratégias utilizadas para chegar a esses mesmos resultados.

A grande finalidade do CNO-FA Elvas foi garantir a todos os adultos maiores de 18 anos, da área de intervenção, a oportunidade de qualificação e de certificação, de nível básico ou de nível secundário, adequadas ao seu perfil e necessidades.

Para isso, foram necessárias estratégias de atuação ao nível da informação/divulgação, do acolhimento, do desenvolvimento de processos, da certificação e da definição de planos de desenvolvimento pessoal. Todas elas colocaram o adulto no centro das preocupações enquanto profissionais ao serviço da Iniciativa Novas Oportunidades.

Foi para os adultos que trabalhámos e flexibilizámos, tanto quanto necessário a nossa estratégia de intervenção, para que todos conseguissem alcançar o nível escolar, não conseguido no passado por diferentes motivos, através da certificação de competências.

Ao longo do ano 2012 parte dos encaminhamentos efetuados no CNO-FA Elvas foram para o processo RVCC, sendo que este foi um ano onde o número de encaminhados para Formações Modulares Certificadas teve um aumento considerável.

Consideramos que no ano que passou o CNO revelou um bom desempenho tal como em anos anteriores devido à experiência adquirida ao longo da sua existência e pela frequência de formações por parte dos elementos da equipa.

No entanto, a instabilidade que se criou em torno da continuação/encerramento dos CNO, prejudicou o funcionamento do mesmo uma vez que a equipa técnico pedagógico foi reduzida devido à não aprovação do financiamento do Centro.

Para além disso foi um ano marcado pelas incertezas em torno do projeto Novas Oportunidades, o que de certa forma acabou por estar implícito na dinâmica dos CNO. No entanto na tentativa de se ultrapassarem os obstáculos, desempenhámos a nossa função continuando a apostar na formação da equipa, estando em constante evolução na forma como atuámos junto dos adultos, criando assim metodologias e instrumentos de trabalho que melhorassem o nosso desempenho face às necessidades dos adultos, e que fossem ao encontro das linhas orientadoras da ANQEP, através da Carta de Qualidade para os CNO.

No ano de 2012 a equipa foi reduzida para 7 elementos, 5 com disponibilidade temporária a tempo inteiro e 2 com disponibilidade temporária parcial. Todos os elementos da equipa revelaram grande potencial para desenvolver um bom trabalho que se coadunasse com os objetivos traçados pela iniciativa Novas Oportunidades e pelo respetivo Plano de Intervenção.

Metodologias de Informação e Divulgação

As sessões de informação/divulgação foram, desde o início, integradas na nossa estratégia de atuação por considerarmos que permitem uma maior aproximação do público-alvo e, assim, complementam as ações de campanha postas em funcionamento através da comunicação social, ou outras.

No primeiro trimestre de 2012 continuámos a atuar nas regiões mais próximas do nosso centro, dentro da área de intervenção do mesmo. Por conseguinte, demos continuidade a contatos já existentes. A incerteza da continuidade do CNO fez com que as sessões de divulgação de oferta formativa do CNO fossem diminuindo progressivamente.

Entidades com as quais demos continuidade aos contatos:

- Câmara Municipal de Elvas;
- Câmara Municipal de Campo Maior;
- Junta de Freguesia de Vila Boim;
- Junta de Freguesia de Vila Fernando;
- Junta de Freguesia de Santa Eulália;
- Bombeiros Voluntários de Elvas;
- Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano;
- Estabelecimento Prisional de Elvas;
- Grupo SONAE Elvas;
- Museu Militar de Elvas;
- Lar Júlio Alcântara Botelho;
- Associação Empresarial de Elvas;
- Junta de Freguesia de Terrugem;
- Junta de Freguesia de S. Vicente;
- Junta de Freguesia de Barbacena;
- IEFP – Centro de Emprego de Elvas;
- Paróquia da Terrugem;
- Hospital de santa Luzia – Elvas;
- Pequenas e médias empresas locais.

Ao longo do ano realizámos ações de divulgação/sensibilização da oferta formativa disponibilizada pela Fundação Alentejo, com objetivo de dar continuidade às relações protocolares estabelecidas com entidades.
Para além de seguirmos as orientações da Agência Nacional para a Qualificação EP, expressas na Carta de Qualidade, procurámos sempre debater com outros centros, sobretudo com o CNO da Fundação Alentejo (Évora) por considerarmos muito bom o seu funcionamento, formas e estratégias de funcionamento para uma melhor e mais pronta resposta aos adultos que nos chegavam.

Todas as atividades foram desenvolvidas em torno dos contextos de vida dos adultos e por forma a potenciar as competências adquiridas com as suas experiências e relatadas ao longo do dossier pessoal/portefólio reflexivo de aprendizagens.

Por isso, sempre tivemos uma intervenção conjunta de profissionais de RVCC e de formadores que visava a descodificação de referenciais em simultâneo com o relatar de experiências – o que se revelou muito proveitoso tanto em termos de desenvolvimento do trabalho do adulto como em termos de aperfeiçoamento do trabalho da equipa.

Contudo, há que considerar aqui a necessidade de fazer o nosso trabalho em itinerâncias e em horários compatíveis com os dos adultos que nos procuram – pelo que uma grande flexibilidade teve necessariamente que existir, no que respeita a horários de trabalho dos elementos da equipa. Todos os elementos da equipa desempenham funções em horário pós laboral quando é necessário, à exceção da técnica administrativa que cumpre um horário laboral de segunda a sexta, entre as nove e as dezassete e trinta, todos os elementos da equipa estavam disponíveis para dar informações sobre o Centro e receber inscrições de adultos.
Tínhamos assim um horário fixo de funcionamento nas nossas instalações, segunda e quinta-feira das 9h às 22h, terça e quarta-feira das 9h às 20h e sexta-feira das 9h às 18h.

No que se refere ao funcionamento, e de modo a conseguirmos adaptar às necessidades dos adultos, sempre que necessário fizemos alterações sem, obviamente, desrespeitar aquilo que estava estipulado nas orientações da Agência Nacional para a Qualificação.

Fizemos também sessões não presenciais onde utilizámos o correio eletrónico como meio de comunicação com os adultos. Esta foi uma forma de estarmos sempre disponíveis e em contacto com as pessoas que frequentavam o nosso Centro.

Redes e Parcerias

Conscientes da importância do trabalho em rede e da necessidade constante de articulação entre Centros Novas Oportunidades, demos continuidade ao projeto de criação de uma Rede de CNO na região Norte Alentejana, posto isto e em colaboração com outros Centros, entre os quais se destacam o CNO Agrupamento Vertical nº 1 de Portalegre e o CNO da Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior, promovemos interação entre Centros da nossa região de forma a definirmos estratégias de articulação de trabalho e partilharmos problemáticas, metodologias, instrumentos de trabalho, entre outros, pois considerámos que a partilha de experiências foi sempre uma mais-valia para o funcionamento do Centro.

Relativamente à nossa zona de atuação territorial, apontamos o seguinte:

- Concelho de Campo Maior – No âmbito do protocolo estabelecido com o Município de Campo Maior certificaram adultos de nível básico e secundário;
- Concelho de Elvas – No âmbito de protocolos estabelecidos certificámos adultos de nível básico e secundário de várias entidades, entre as quais o Município de Elvas, a Associação Empresarial de Elvas, o Museu Militar de Elvas, o IEFP – Centro de Emprego de Elvas, Estabelecimento Prisional de Elvas, entre outros que adiante designaremos. No entanto no concelho de Elvas tivemos mais dois CNO a funcionar com perspetivas de continuidade, o CNO da EBI 2,3 e o CNO da Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior.

Demos continuidade:

- Protocolo de cooperação entre o Museu Militar de Elvas e o CNO-FA Elvas;
- Protocolo de cooperação entre o Município de Elvas e o CNO-FA Elvas;
- Protocolo de cooperação com as juntas de freguesia de Vila Boim, Vila Fernando, Barbacena, Santa Eulália e S. Vicente;
- Protocolo de cooperação entre a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano EPE e o CNO-FA Elvas;

2.2.4.2.2. Execução/ Metas Físicas

Não podemos deixar de considerar os fatores que influenciam o cumprimento das metas físicas (o seu alcance) e, na nossa opinião, existiram muitos que condicionaram estes objetivos:

-Constituição da equipa ao longo do ano de 2012:

- 1 (um) profissional de RVCC a tempo inteiro;
- 1 (um) formador de STC / CP a tempo parcial;
- 1 (uma) formadora de LC /CE / CLC a tempo parcial;
- 1 (um) formador de TIC / MV a tempo inteiro;

- Necessidade de formação dos elementos da equipa;
- Âmbito territorial de intervenção incluído numa região com características demográficas especiais (região deprimida e em contração demográfica);
- Relação qualidade/quantidade, uma vez que o desempenho da equipa é feito privilegiando sempre a qualificação nas metodologias de trabalho.

Saliente-se, no entanto, que a redução se fez devido à não aprovação da candidatura financeira do CNO. Este fato foi sem dúvida o que contribuiu para não alcançarmos os objetivos pretendidos e fixados no Plano de Intervenção.

Ainda assim, e não obstante todas as dificuldades encontradas, continuámos a desenvolver as nossas atividades demarcando o nosso espaço de acordo com a nossa metodologia de trabalho. Fizemos contactos, divulgação e deslocámo-nos a todos os locais que abrangem a nossa NUT.

Por tudo isto, consideramos o balanço da atividade poderia ter sido melhor, no entanto não foi por falta de empenho e motivação por parte da equipa técnico pedagógico.

No que respeita a estratégias de atuação e metodologias de trabalho aplicadas, refira-se que realizámos semanalmente uma reunião de equipa técnico-pedagógica na qual refletimos sobre o trabalho desenvolvido e delineámos estratégias. Uma vez que trabalhamos todos nas mesmas instalações facilmente comunicámos uns com os outros sempre que necessário. Partilhámos frequentemente, com o CNO-FA Évora, algumas metodologias e estratégias de atuação, através de reuniões frequentes ou mesmo pelo contacto via telefone / correio eletrónico.

À medida que fomos adquirindo mais experiência enquanto CNO, fomos criando instrumentos de trabalho que correspondam às necessidades atuais. Ao longo da nossa existência enquanto CNO criámos metodologias que nos permitiram desenvolver instrumentos de trabalho adequados ao perfil e à situação profissional (desemprego) de cada adulto. Continuámos também a apostar na recuperação de adultos que abandonaram o processo por desmotivação, refletimos sobre atividades que podemos desenvolver captando a atenção destes e de outros adultos que se possam vir a interessar pela elaboração do processo, valorizando as práticas criativas do seu dia-a-dia.

Quanto às metas alcançadas desde **01 Janeiro 2012 até 31 de Agosto de 2012**, foram:

. inscritos 20 adultos (7 básico e 13 de secundário),
. colocados em reconhecimento 46 adultos (21 de básico e 25 de secundário) e
. certificados 45 adultos certificados (20 básico e 25 secundário).

Estes resultados justificam-se pela diminuição dos elementos da equipa e pelo fato do CNO estar em regime de autofinanciamento a partir de 1 de Abril 2012.

Face às dificuldades expostas, tentámos fazer o nosso melhor enquanto profissionais, acabando por não cumprir os nossos objetivos pelos motivos referidos, que causaram grande instabilidade no percurso do CNO.

Atividades Desenvolvidas

Consideramos as **ações de divulgação/sensibilização**, realizadas pelo nosso CNO, como atividades de extrema importância para o envolvimento de adultos no acesso ao Centro e para informação às entidades da região que, assim, podiam orientar os seus funcionários até à "porta de entrada", no seu processo de qualificação.

A relação protocolar estabelecida com as Entidades, como Câmara Municipal de Elvas, o Centro de Elvas do IEFP, a Associação Empresarial, o Museu Militar, entre outros, permitiu-nos também divulgar outro tipo de oferta formativa da Fundação Alentejo (Formações Modulares Certificadas), em cujo desenvolvimento a equipa se empenhou ativamente.

A situação de instabilidade em relação à continuidade do CNO não nos permitiu o desenvolvimento de outro tipo de iniciativas.

Quanto à atividade mais específica do centro, mesmo com a redução da equipa e alguns dos elementos não continuarem a trabalhar a tempo integral, estabelecemos uma forte inter-relação entre todos os membros do CNO para a qual contribuíram também as **reuniões semanais de equipa técnico-pedagógica**: um espaço de reflexão sobre o trabalho desenvolvido e de delineação de estratégias e de metodologias.

A interação/ trabalho em equipa, entre os elementos da equipa, verificou-se, também, ao nível da correção de trabalhos dos adultos, sempre discutida entre profissionais de RVCC e formadores.

No que respeita às atividades promovidas nas **sessões de balanço de competências**, estas visaram essencialmente a preparação do dossier pessoal/portefólio reflexivo de aprendizagens constituindo fortes e importantes momentos de partilha entre técnicos e adultos/utentes.

Já as **sessões de formação complementar** foram assumidos como, momentos que permitiram aprofundar/especificar alguns núcleos geradores – o que ajudou os adultos a desenvolver mais e melhor o seu processo e desocultarem e consciencializarem-se das suas competências, adquiridas em várias contextos, formais e informais, ao longo da vida.

Refiram-se, ainda, as **sessões de júri de certificação**, momento alto do processo, nas quais tivemos a possibilidade de trabalhar com excelentes avaliadores externos e sobre as quais os adultos se manifestaram muito positivamente, apesar da apreensão inicial, comum à generalidade dos indivíduos quando em processo de avaliação, ainda mais quando o mesmo decorre em sessão pública.

É importante salientar as atividades extra-CNO, complementares ao acolhimento e desenvolvimento dos processo de RVCC, que a equipa desenvolveu no ano 2012 nas quais podemos referir, como mais significativas, as **Formações Modulares Certificadas** que decorreram nas instalações do CNO, com adultos encaminhados pelo Centro.de Emprego de Évora, no âmbito de um projeto de cooperação orientado para públicos adultos desempregados, no âmbito do qual se organizaram/desenvolveram:

- UFCD de Língua Estrangeira – Espanhol 50h;
- UFCD de Processamento de texto – Word 50h;
- UFCD de TIC – formação de base Word e Excel 100h;
- Percurso formativo de Ciências Informáticas - nível IV 125 horas;
- Percurso formativo de Ciências Informáticas - nível II 125 horas;
- Percurso formativo de Hotelaria e Restauração – nível II 200 horas.

2.2.4.2.3. Avaliação

Neste ponto, devemos salientar que sempre considerámos muito importante a reflexão contínua sobre o trabalho a desenvolver, este facto permitiu-nos melhorar o nosso desempenho e encontrar novas respostas às necessidades dos adultos.

Uma vez que pertencemos ao grupo de centros que só iniciou em 2010 a introdução do modelo cAf de autoavaliação nas suas práticas, consideramos que esse foi o ano em que começamos a fazer uma reflexão mais específica sobre as diversas formas de atuação. Relativamente a essa reflexão quase quotidiana, destacamos os seguintes aspetos que discutíamos em reuniões de equipa.

Pontos Fortes

- Tempo de resposta ao adulto decorrido entre a inscrição e o início do processo;
- Flexibilidade de horários da equipa técnico-pedagógica do CNO FA-Elvas (laboral e pós-laboral);
- Itinerâncias;
- Forte interação entre os elementos de toda a equipa – reflexão continuada e partilhada;
- Colocação do adulto no centro das nossas preocupações e, consequentemente, do desenvolvimento do nosso trabalho;
- Adaptação de estratégias e metodologias ao perfil dos adultos;
- Utilização do telefone e do *email* como meios de comunicação preferenciais nos contactos com adultos, bem como a realização de sessões on-line;
- Colaboração com outras entidades da região.

Pontos Fracos

- Dificuldade no encaminhamento do adulto para outras ofertas formativas, por desconhecimento ou inexistência das mesmas na região;
- Gestão das metas-físicas (número de certificados muito exigente);
- Instabilidade da equipa técnico-pedagógica (já referida anteriormente);
- Dificuldade no trabalho em rede com o outro CNO da região de Elvas. No entanto estivemos em conjunto com outros CNO da região com vista a promover a criação de uma Rede de CNO – Norte Alentejo.

O CNO-FA Elvas cessou a sua atividade a 31 de agosto de 2012, pelos motivos já referidos, pelo que não se justifica uma análise de estratégias de melhoria.

Consideramos de uma forma geral que os adultos que frequentaram o CNO FA-Elvas estão satisfeitos com a prestação do Centro, pois vão mantendo contacto com Instituição sempre com o intuito de procurar novas ofertas formativas. Fomos uma entidade que se afirmou na região criando o seu próprio "espaço", transmitindo uma imagem associada à eficiência e qualidade de trabalho.

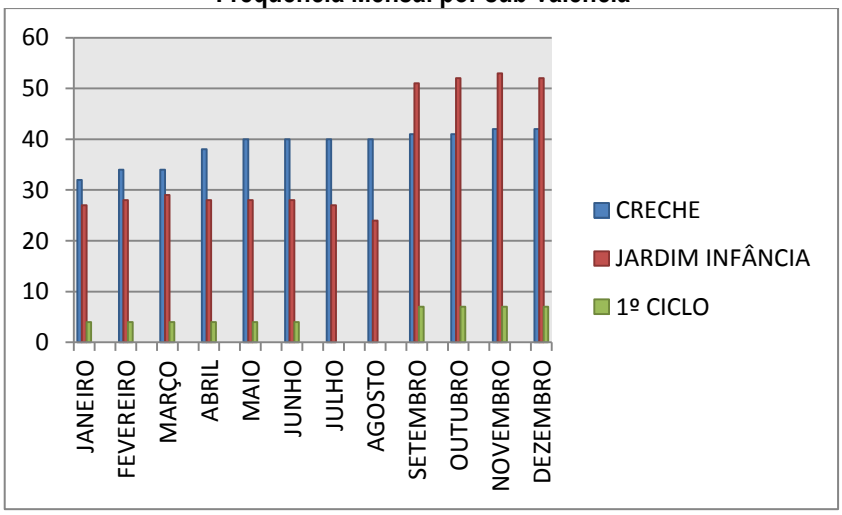
2.3. COLÉGIO FUNDAÇÃO ALENTEJO

2.3.1. Contexto

O Colégio Fundação Alentejo (CFA) integra-se na dinâmica de intervenção que é definida na visão e projetada na missão da sua entidade promotora, as quais constituem seus elementos inspiradores.

Tendo iniciado a sua atividade em Setembro de 2011, com apenas 55 utentes, o ano de 2012 foi, verdadeiramente, o seu primeiro ano de atividade, registando um número crescente de crianças e alunos em todas as suas valências, conforme gráfico e quadro abaixo.

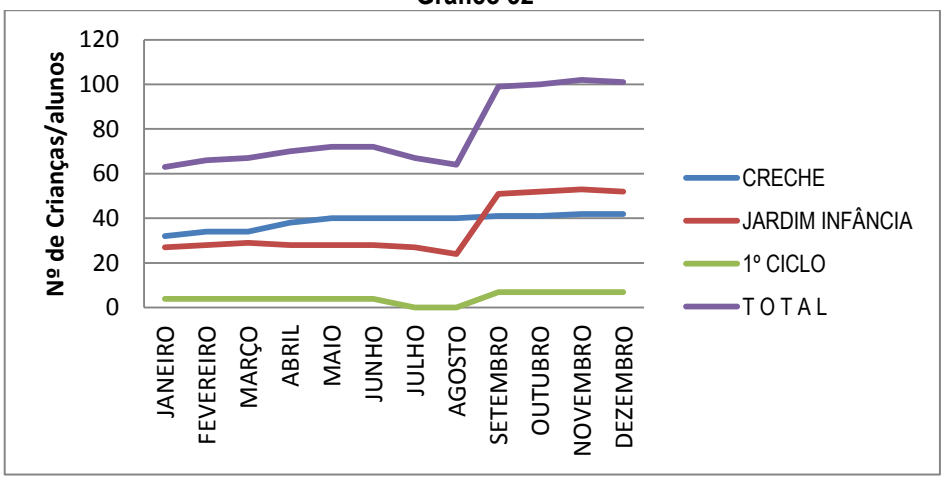
Gráfico 31
Frequência Mensal por sub-valência



Fonte: Colégio FA – fev.2013

Numa representação diferente, ainda por sub-valência, e também com a frequência global, é notório o crescimento registado, desde as 55 crianças iniciais aos 102 que regista no final do ano em apreço. Trata-se de um crescimento de 53,9%, ao longo do ano e, ainda que estejamos bastante aquém dos 255 que correspondem à lotação total do equipamento socioeducativo em questão, este crescimento supera a estimativa inicial, tanto mais quanto os efeitos da crise do emprego e da crescente fragilidade económica das famílias, tem determinado uma regressão no acesso à creche e ao pré-escolar na generalidade do país e na nossa região. A creche, aparentemente seria a resposta que crescia a ritmo mais lento, o que acontece é que o período de permanência na creche é determinado pelo limite de idade (até 2 anos) o que obriga à passagem para a sub-valência Jardim-de-infância, em qualquer momento do ano, das crianças que cumprem essa idade.

Gráfico 32



Fonte: Colégio FA – fev.2013

Esta realidade, de crescimento sustentado apesar do contexto de crise, resulta mais evidente se tivermos em conta que, quer a Segurança Social, na vertente de Creche, quer o Ministério da Educação, na vertente de Pré-Escolar e de 1º Ciclo, não terem concretizado a celebração do Acordo de Cooperação, no primeiro caso e, dos Contratos de Desenvolvimento e Contrato Simples, no segundo, apesar da intenção de o fazer ter sido assumida por ambas as tutelas. A celebração desses instrumentos de apoio às famílias permitiria um crescimento mais rápida, conforme manifestação de interesse que temos registado pela comunidade envolvente. De facto, todos os utentes têm efetuado o pagamento integral da respetiva mensalidade (Creche: 290,00 €; Jardim-de-Infância: 270,00€ e 1º Ciclo: 260,00 €, sendo que a este último acresce 100,00 € mensais para a alimentação), conforme quadro.

Quadro nº 54 – Nº de mensalidades cobradas por sub-valência/ mês (2012)

Mês	Creche	Jardim-de-Infância	1º Ciclo	T O T A L
JANEIRO	32	27	4	**63**
FEVEREIRO	34	28	4	**66**
MARÇO	34	29	4	**67**
ABRIL	38	28	4	**70**
MAIO	40	28	4	**72**
JUNHO	40	28	4	**72**
JULHO	40	27	-	**67**
AGOSTO	40	24	-	**64**
SETEMBRO	41	51	7	**99**
OUTUBRO	41	52	7	**100**
NOVEMBRO	42	53	7	**102**
DEZEMBRO	42	53	7	**102**
T O T A L	***464***	***428***	***52***	***944***
Média mensal	**38,67**	**35,58**	**5,2**	**78,58**

Fonte: DSCT - jan.2013

Espaço "Colégio Fundação Alentejo" – Forum das Profissões

Espaço de segurança e afetos – ambiente de socialização e aprendizagem.

O seu Projeto Educativo, o qual enquadra o Plano de Atividades, valoriza assim uma articulação entre as várias etapas do percurso educativo, ou seja, procura salvaguardar uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada nova etapa uma função de completar, aprofundar e alargar a etapa anterior, numa perspetiva de continuidade, coerência e unidade global da educação e das aprendizagens, determina que uma forte articulação da equipa a qual tem efetuado um trabalho muito intenso e colaborativo, quer em torno das atividades específicas de cada sub-valência e sala, quer no conjunto do Colégio.

O 1º Ciclo, pelos seus custos e pela necessidade que os pais e encarregados de educação manifestam quanto à certeza da qualidade do trabalho realizado e ao seu reconhecimento pelas tutelas, tem sido a sub-valência com menor frequência, constituindo o esforço da Fundação Alentejo, na manutenção dessa resposta uma clara aposta quanto à afirmação da mesma face ao futuro.

A atribuição, pela então Direção Regional de Educação do Alentejo do paralelismo pedagógico, concedida formalmente em 27 de dezembro de 2012, bem como a realização, em Maio de 2013, dos primeiros exames nacionais de 4º ano, no Colégio, constituem elementos de afirmação que, acreditamos, potenciará a frequência deste Ciclo do Ensino Básico, no próximo ano. Para tal contribui ainda, o reforço do desejo que a Fundação Alentejo manifestou de celebração do Contrato Simples, o qual permitia que as famílias pudessem afirmar a sua opção pelo Colégio, com o necessário apoio financeiro do estado. Este pedido, devidamente sustentado, tem com conta o contexto da freguesia urbana na qual se insere o Colégio, ainda que a sua projeção seja, desejavelmente, supra-concelhia.

Ainda no que se refere ao reforço da afirmação do Colégio, a Fundação preparou, para apresentar em 2013, o pedido de Autorização de Funcionamento do 2º ciclo do Ensino Básico, a funcionar nas instalações do Colégio, numa opção racional e compatível como espaço e suas características. Este pedido e aquele que será apresentado em 2014, para a introdução do 3º ciclo de Ensino Básico nas instalações até agora ocupadas exclusivamente pela EPRAL, em Évora, visam cumprir o objetivo assumido de oferecer uma resposta integrada que inclua todos os níveis de educação e formação, da creche ao Ensino Secundário.

Num clima cuidador que apoie e promova as aprendizagens dos alunos, mas também das famílias, o Colégio cumpriu o Plano de Atividades que havia delineado para o ano de 2012, rentabilizando e beneficiando da proximidade física das restantes repostas da FA, numa lógica de complementaridade e potencialização de recursos físicos e humanos, designadamente com a área de formação de Técnicos de Apoio à Infância, como é referido no ponto referente a essa valência.

Ao longo de 2012 foi permanente o esforço desenvolvido nas múltiplas atividades de projeção do Colégio na comunidade, designadamente na sua presença no FORUM DAS PROFISSÕES, em espaço autónomo e permanentemente animado pela sua equipa. Essa e outras atividades terão continuidade ao longo de todo o próximo ano.

As atividades a desenvolvidas, diferenciadas por sub-valência, decorreram do modelo em que o Colégio da Fundação assenta: orientado para uma resposta de qualidade, pautada pela inovação pedagógica e organizativa e para uma flexibilidade de respostas que, tendo em conta o superior interesse da criança e do seu desenvolvimento cognitivo, físico e social, possa, também, apoiar a conciliação entre a vida pessoal, social e profissional das famílias bem como da sua capacitação enquanto primeiros educadores.

O projeto educativo do Colégio da Fundação Alentejo assumiu a promoção dos valores do humanismo, do respeito pela diferença (enquanto valor), da cidadania ativa e do esforço pessoal como condição fundamental para a promoção do desenvolvimento harmonioso e integral do indivíduo e da sua realização pessoal e social, e nesse sentido orientou as suas práticas.

Tendo presente a teia complexa de desafios da sociedade atual o PE do CFA pretendeu, ao longo de 2012, em espaços concebidos e estruturados como ambientes de socialização e aprendizagem, promover princípios e valores, supra referidos, em torno de quatro dimensões fundamentais que constituirão grandes áreas de intervenção das suas práticas educativas:

- a educação para a saúde e resiliência;
- a educação para a autonomia e responsabilidade;
- a educação para a criatividade e empreendedorismo e
- a educação para a solidariedade e cidadania.

Nesta linha de aprendizagem para a vida e de envolvimento inter-geracional, foi valorizada a partilha entre os diferentes atores, entendida enquanto promoção de uma participação ativa e estruturada, das famílias em atividades específicas, bem como da construção de atividades, que favoreçam o convívio entre diferentes grupos de alunos de níveis e valências distintas.

2.3.2. Funcionamento e Atividades

O Colégio, conforme o seu Projeto Educativo e Regulamento Interno, **é uma resposta socioeducativa que se prolonga ao longo de todo o ano civil**, contudo, a sua valência de 1.º Ciclo do Enino Básico está sujeita ao calendário escolar superiormente fixado:

Calendário escolar superiormente estabelecido e com as

Interrupções letivas

- Natal: dezembro/2011 a 2 de janeiro/2012
- Carnaval: fevereiro /2012
- Páscoa: 18 de março a 1 de abril/2013
- Natal: dezembro/2012 a 2 de janeiro/2013

Contudo, no período extra calendário escolar, o Colégio assumiu para com os alunos do 1.º Ciclo, o prolongamento das atividades extracurriculares, das quais se realçam:

- A expressão musical;
- A expressão físico-motora (em complemento à integrada na componente curricular);
- A língua estrangeira (inglês);
- Hora do Estudo (1 hora/dia de estudo autónomo e 1 hora – 2 vezes/semana - de estudo acompanhado).

2.3.3. Atividades Transversais a toda a Comunidade

A Equipa Pedagógica e a Direção do Colégio, programaram e desenvolveram um conjunto de atividades transversais a toda a comunidade educativa, específicas do CFA, para além de equacionar o envolvimento dos seus utentes em outras dinâmicas a acontecer na cidade de Évora, nos diferentes equipamentos e recursos entendidos como extensão das práticas educativas inter-colégio.

Entre as atividades específicas transversais, abertas a toda a comunidade educativa do Colégio, às famílias e à restante comunidade envolvente, enunciam-se (de forma não exaustiva) as seguintes:

- O Carnaval da Pequenada – fevereiro de 2012
- O dia da Educação para a Segurança Rodoviária – março de 2012
- O dia da Família - maio de 2012
- O dia da Criança – junho de 2012
- Tertúlia de Final de Ano Escolar – julho de 2012
- Abertura do Novo Ano Escolar – setembro de 2012
- Festa de Natal (por sub-valência no polivalente do Colégio e aberta às famílias)– dezembro de 2012

2.3.4. Outras Atividades

No cumprimento do seu Projeto Educativo, o Colégio, desenvolveu também:

- Ações de divulgação do Colégio no exterior;

(conceção e distribuição de um dístico automóvel promotor da segurança rodoviária dos bebés e crianças)

- *Workshops* para Pais e Encarregados de Educação.

(animação de sessões de trabalho orientadas pelo Psicólogo, pelo Médico e pelo Terapeuta da Fala)

2.4. GABINETE DE APOIO, ORIENTAÇÃO VOCACIONAL E EMPREGO

O **GAOVE** – Gabinete de Apoio, Orientação Vocacional e Emprego exerce a sua ação principal junto dos formandos, podendo esta intervenção, sempre que necessário, estender-se ao núcleo familiar dos mesmos.
As principais **áreas de intervenção** deste gabinete são:

a) **Apoio/ acompanhamento psicológico**
b) **Orientação Vocacional**
c) **Acompanhamento pós-formação**

2.4.1. Atividades desenvolvidas (1.º Semestre de 2012)

No ano letivo de 2011/ 2012, o GAOVE pode contar com uma técnica que exerceu a sua intervenção nos 3 Pólos da EPRAL – Évora, Estremoz e Elvas.
O trabalho desenvolvido pela técnica foi autónomo e da responsabilidade da mesma, segundo orientações das Direções Pedagógicas.

2.4.1.1. Apoio / Acompanhamento Psicológico

1. Atendimento individual

O atendimento individual ao formando ocorre por indicação do Orientador Educativo/ Coordenador de Curso/ Conselho de Turma/ DTP/ Encarregado de Educação ou por iniciativa do próprio.
As situações que conduzem ao atendimento são:

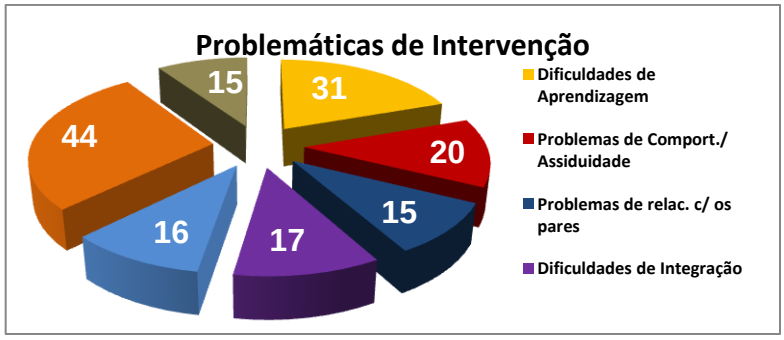
- Dificuldades de aprendizagem (insucesso escolar, défice de atenção, …)
- Inadaptação à escola/ mudança de residência
- Problemas de relacionamento com os pares/ colegas
- Ansiedade
- Problemas de comportamento/ assiduidade
- Insatisfação em relação ao curso/ orientação vocacional
- Problemas familiares com implicações na aprendizagem

- Acesso ao Ensino Superior
- Outras problemáticas que, de alguma forma, interferem com o processo de ensino aprendizagem.

Na maior parte das vezes, o atendimento ao formando implica o envolvimento do(s) encarregado(s) de educação e/ou do orientador educativo (situação não ilustrada no gráfico 1, a seguir apresentado). Dependendo do caso, poderá haver necessidade de continuidade no acompanhamento psicológico na escola ou, em alternativa, noutra entidade cuja resposta seja mais eficaz atendendo à situação em causa. Nesse caso, compete à técnica do GAOVE efetuar os contactos para o devido acompanhamento.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição em número das diferentes problemáticas de atendimento psicológico do GAOVE:

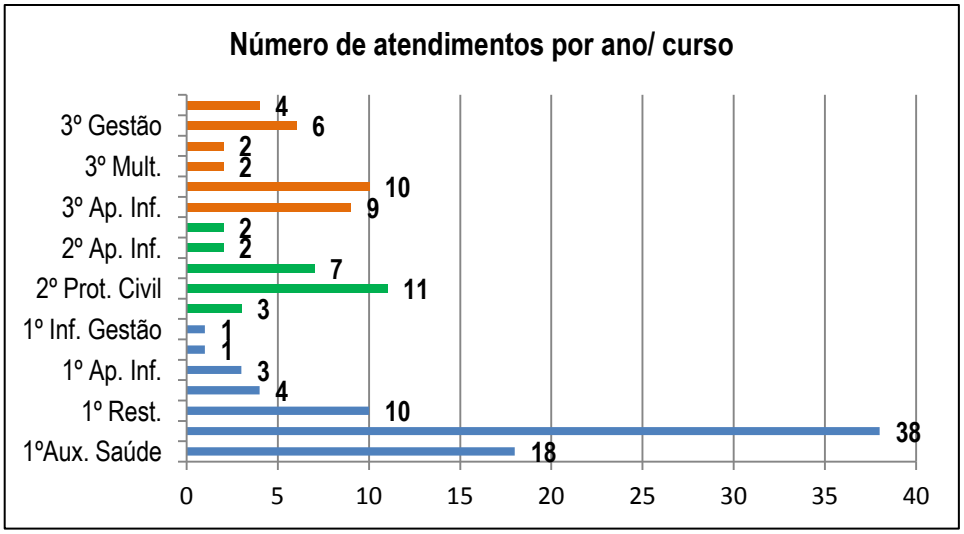
Gráfico 33
Problemáticas de Intervenção



Fonte: GAOVE – fev. 2013

Á semelhança do que tem vindo a ocorrer em anos anteriores, verifica-se uma maior prevalência de atendimentos aos alunos do 1º ano, comparativamente aos atendimentos efetuados aos formandos dos 2º e 3º anos, o que poderá traduzir alguma dificuldade de integração dos formandos não apenas no novo contexto escolar – ensino profissional, como também numa escola nova, tanto mais que é cada vez maior o número de jovens residentes fora de Évora (ver gráfico 2).

Gráfico 34 - Atendimentos



Fonte: GAOVE – fev. 2013

2. **Intervenção no grupo/ turma**

   a) **Ações de esclarecimento e de sensibilização para a educação sexual**

   Por iniciativa do GAOVE e em colaboração com as técnicas do Centro de Saúde de Évora, foram promovidas **3 ações** de esclarecimento e de sensibilização de educação para a saúde, junto dos formandos das **turmas do 1º ano do Pólo de Évora**, tendo por objetivo a prevenção de comportamentos de risco.

   b) **Participação em Reuniões de Conselho de Turma**

   Houve lugar à participação em diversas reuniões de conselho de turma, mediante convocação prévia por parte dos orientadores educativos, nos 3 Polos da EPRAL, num total de **10 reuniões**.

   c) **Sessão de sensibilização**

   Na sequência das sessões de atendimento a um formando com problemáticas de ansiedade e dificuldade de adaptação/ integração no grupo turma, houve a necessidade de intervenção no grupo turma no sentido de sensibilizar os colegas e solicitar a sua colaboração para o acompanhamento junto do formando em questão.

2.4.1.2. Orientação vocacional

A Orientação Vocacional ocorre em dois momentos distintos no percurso escolar do formando na EPRAL – candidatura à EPRAL e candidatura ao Ensino Superior.

1. Candidatura à EPRAL

No momento de candidatura à EPRAL é considerado importante, conhecer o jovem que se propõe realizar um qualquer curso profissional e que, à partida, irá permanecer 3 anos na escola. A aplicação de testes psicológicos de avaliação de interesses e de aptidões do candidato, a juntar a entrevistas individuais, preferencialmente na presença dos encarregados de educação, torna-se essencial para compreender quem é o jovem que pretende ingressar na nossa escola, quais as suas competências e fragilidades. Este conhecimento, por sua vez, permite contribuir para a escolha que o jovem efetua relativamente ao curso que pretende ingressar e também prevenir situações de insucesso escolar, através da proposta de aplicação de estratégias que possam conduzir à melhoria dos seus resultados escolares.

Tendo em conta o exposto, é de referir que todos os jovens que ingressaram na EPRAL no ano letivo de 2011/ 2012, foram avaliados pelo GAOVE. O encaminhamento para cada um dos cursos foi realizado sobretudo a partir do interesse manifestado pelo jovem candidato, depois de ter sido devidamente informado sobre o respetivo plano curricular e perfil profissional do curso pretendido. Sempre que reunidas as condições necessárias, o candidato foi acompanhado numa visita pela escola e teve a oportunidade de contacto direto com formandos do curso pretendido que, na altura, foram convidados a transmitir a sua experiência enquanto alunos da EPRAL e daquele curso em particular.

No âmbito da divulgação da oferta formativa foram dinamizadas as seguintes ações:

- Envio de convite a **17 escolas com 3º ciclo**, da zona de Évora e arredores, para visitarem a EPRAL ou, em alternativa, a deslocação da técnica do GAOVE à escola;
- Participação no Fórum das Profissões – Évora
- Participação na Feira das Escolas em Estremoz
- Contacto telefónico a todos os jovens que visitaram as atividades dinamizadas pelos diferentes cursos no Fórum das Profissões
- Acolhimento, acompanhamento e esclarecimento de jovens em **visitas à EPRAL**. De referir que no ano letivo em questão a EPRAL recebeu a visita de **112 jovens**, provenientes de 5 escolas;
- Realização de **12 Sessões de Divulgação nas escolas** da zona de **Évora e Estremoz**

2. Candidatura ao Ensino Superior

Nos últimos anos temos verificado um número crescente de jovens que pretendem prosseguir estudos para além do 12º ano de escolaridade. Nesse sentido, e de acordo com o calendário de acesso ao ensino superior, procedeu-se ao longo do ano a várias sessões de informação/ esclarecimento sobre o acesso ao ensino superior. Estas sessões tiveram lugar nos 3 Polos da EPRAL e foram distribuídas da seguinte forma:

- **1 Sessão – Pólo de Estremoz**
- **1 Sessão – Pólo de Elvas**
- **4 Sessões – Pólo de Évora**

Para além das sessões de esclarecimento em grupo houve ainda lugar a **30 atendimentos individuais**.

2.4.1.3. Acompanhamento pós-formação

1. Análise da taxa de empregabilidade

Tem vindo a ser prática comum, o contacto com todos os ex-formandos dos últimos 4 ciclos de formação para elaboração da taxa de empregabilidade.
No ano letivo em questão, este contacto foi primeiramente efetuado através do envio de um questionário via e-mail e, posteriormente, através do contacto telefónico.

Quadro nº 55 – Contactos Efetuados (1.º Semestre)

Nº de E-mails		Nº Contactos telefónicos
Enviados	Recebidos	
798	120	678

Fonte: GAOVE – fev. 2013

Uma vez feito o levantamento da situação dos ex-formandos face ao emprego (a trabalhar na área/ noutra atividade) e prosseguimento de estudos, toda a informação é sistematizada de forma a produzir dados que são posteriormente disponibilizados às Direções Técnico Pedagógicas, para efeitos de candidatura aos NC/ NT.

2.4.1.4. Outras atividades desenvolvidas

- Contacto com entidades locais / regionais para apoio (económico/ bens e serviços) aos formandos e restante núcleo familiar, em situações de dificuldades sócio económicas;
- Colaboração num projeto de prevenção de comportamentos de risco, dinamizado pelo CRI (Centro de Respostas Integradas) de Évora;
- Colaboração num trabalho realizado por um grupo de estudantes da Universidade de Évora;
- Organização da informação para pedido de atribuição de subsídios
- Caracterização de todas as turmas do 1º ano (nº de elementos do agregado familiar, histórico da sua formação escolar – número de retenções, disciplinas com maior ou menor dificuldades; aspirações em termos profissionais, etc).

2.4.2. Atividades desenvolvidas (2.º semestre de 2012)

2.4.2.1. Divulgação da oferta formativa 2012/2015

As atividades de divulgação da oferta formativa designadamente as que, de forma mais direta, se destinam à sensibilização e mobilização de candidatos, foi concretizada através de diversas ações, de entre as quais:

Quadro nº 55 – Atividades de Divulgação de Oferta Formativa 2012/2015

Data	Atividade	Participantes
2012/05/15	*Brainstorming* – como informar os jovens, eficazmente, sobre a oferta formativa da EPRAL?	Delegados de turma do pólo de Évora
a partir de 2012/05/31 (até finais de setembro)	Entrevistas – processo de orientação e seleção	Candidatos à EPRAL e famílias
2012/08/20	Sessão de divulgação promovida pelo Centro de Emprego (CE) de Estremoz	Desempregados, com o 9º ano, inscritos no CE,
2012/08/29	Sessão de divulgação promovida pelo Centro de Emprego (CE) de Évora	Desempregados, com o 9º ano, inscritos no CE,

Porque a mobilização de candidatos tem conhecido, como todos sabemos, alterações significativas, quer em termos numéricos, quer ao nível dos seus perfis, o que tem determinado a necessidade de (re)criarmos estratégias e modalidades de intervenção que potenciem os resultados, consideramos que uma postura atenta dos indicadores e sinais que vamos recolhendo pode constituir-se como elemento diferenciador das análises que produzimos. Nesta medida, permitimo-nos partilhar alguns aspetos decorrentes de *uma leitura* da realidade que temos observado e que nos ajuda a refletir e a equacionar outras abordagens:

Forças *Know-how* técnico-pedagógico e capacidade instalada Capacidade técnica da EPRAL p/ produção de materiais e conteúdos de divulgação da oferta formativa Flexibilidade e adaptabilidade dos recursos Capacidade de inovação/recriação de estratégias	**Fraquezas** Necessidade de auferir contribuição financeira das famílias
Oportunidades Rede de parceiros no território e (re)conhecimento da intervenção Aumento do valor dos subsídios atribuídos aos alunos (carenciados)	**Ameaças** Constrangimentos decorrentes dos normativos do financiador Aspetos demográficos Situação económica Oferta de outros estabelecimentos/entidades

2.4.2.2. Intervenção psicopedagógica

O trabalho desenvolvido pelo gabinete tem-se centrado na continuidade das intervenções em curso, por um lado, a par do desenvolvimento de um trabalho caracterizado pela análise das situações e delineamento de estratégias que, em cada momento, melhor respondam às problemáticas em presença. Nesta medida, e porque as questões que se colocam, em última instância, **exigem a *criação de todas as condições para que o sucesso educativo/formativo seja vivenciado por todos os agentes, importa destacar a multifatorialidade das problemáticas sinalizadas e, por isso mesmo, a complexidade inerente à introdução de processos de mudança.***

A emergência em dar resposta a **situações de alunos que evidenciam dificuldades de ordem diversa, a maioria dos quais com reflexos ao nível do seu envolvimento e sucesso escolar tem determinado, em larga medida, a *agenda* do GAOVE**. A situação sociofamiliar dos formandos e suas famílias, por força das exigências e contingências das condições de vida (e outras) tem conduzido à identificação de situações que, repercutindo-se no envolvimento escolar dos formandos, frequentemente são de difícil abordagem e, por isso mesmo, mais exigente a análise e entendimento dos processos. **E o grande desafio da intervenção, coloca-se ao nível da mudança, porque falamos de comportamentos, de vários atores, e da emergência na alteração de padrões (conduta, desempenho…).** E este é um trabalho cujos resultados não têm tradução quantitativa, embora *o pedido* frequentemente esteja associado a indicadores de desempenho (módulos em atraso, número de faltas…).

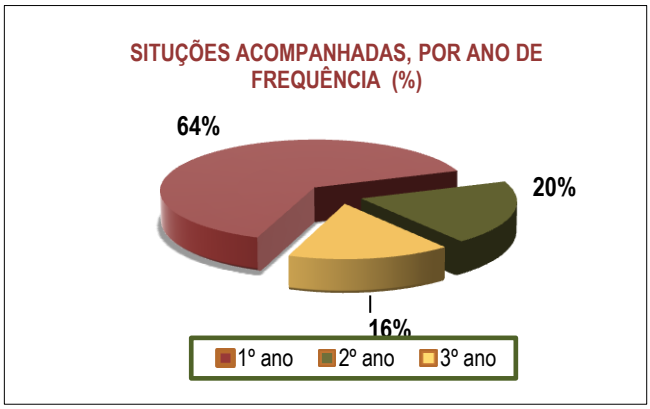
Esta dimensão, de uma realidade que se vivencia em contextos de educação, é conhecida e alvo de receitas múltiplas e experiências variadas. Não há **a** solução e, por isso mesmo, a complexidade das abordagens e das estratégias de intervenção/remediação. Nesta medida, e para a leitura (possível) do universo de situações entretanto intervencionadas apresentamos alguns elementos de ordem quantitativa:

Quadro nº 56 – Situações Acompanhadas por ano de frequência

Nº DE SITUAÇÕES ACOMPANHADAS, POR ANO DE FREQUÊNCIA (CICLO FORMATIVO)	
ANO DE FREQUÊNCIA	Nº DE ALUNOS
1ª (10.º)	32
2º (11.º)	10
3º (12.º)	8
TOTAL	50

Fonte: GAOVE – dez. 2012

Gráfico 35



Fonte: GAOVE – dez. 2012

Observamos que o **maior número de intervenções ocorre no 1º ano**, e a origem dos pedidos decorre a partir dos próprios, dos encarregados de educação, das DTP, dos Orientadores Educativos/Professores, com enfoque nas seguintes dimensões:

- Necessidades decorrentes da adaptação (relação com a turma, insegurança relativamente às motivações vocacionais, às capacidades cognitivas, gestão da autonomia/afastamento do lar - caso dos alunos deslocados);
- Situações do foro psicológico/sócio-emocional
- Situações de dificuldade financeira e de gestão do quotidiano

Nos anos subsequentes, designadamente no 3º ano, surgem questões relacionadas com a conclusão dos cursos e com a (natural) ansiedade decorrente do final de *uma etapa de vida* e a necessidade de

compatibilizar a concretização de etapas do percurso académico e a antecipação de novas exigências, quase sempre, pouco amadurecidas.

Do universo das situações acompanhadas (num total de 50), foram desenvolvidas um conjunto de intervenções, cerca de 170 as quais, pela diversidade de problemáticas, exigiram diferentes abordagens, desde sessões individualizadas, reuniões com o corpo docente, sessões com pais, reuniões com outras entidades, tendo em vista a *promoção da mudança*.

Quadro 57 – Intervenções por ano de frequência

Nº DE INTERVENÇÕES POR ANO DE FREQUÊNCIA (CICLO FORMATIVO)	
ANO DE FREQUÊNCIA	**Nº INTERVENÇÕES**
1ª (10.º)	99
2º (11.º)	48
3º (12.º)	24
TOTAL	171

Fonte: GAOVE – dez. 2012

O trabalho desenvolvido em conjunto com a equipa pedagógica, ao nível da partilha de estratégias e orientações, assume uma relevância particular, atendendo à diversidade de situações e à necessidade de adequar, harmonizar e consensualizar formas de intervenção e, desta forma, potenciar a **mudança de comportamentos**.

Nesta medida, a discussão de situações com os elementos da equipa pedagógica mais diretamente relacionados com cada um dos alunos, tem-se revelado muito importante, pela possibilidade de, a par-e-passo, monitorizar a evolução das situações e intervir casuisticamente. O profissionalismo e o empenhamento com que temos contado por parte dos colegas é, sem dúvida, um aspeto diferenciador do trabalho que caracteriza a nossa escola relativamente ao acompanhamento dos seus alunos.

A nossa participação nas reuniões de pais/encarregados de educação também tem permitido uma maior aproximação junto das famílias e, desta forma, percecionar algumas dinâmicas e facilitar a aproximação com o gabinete.

2.4.2.3. Encaminhamento/integração socioprofissional

Neste âmbito, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Encaminhamento de diplomados para ofertas de estágios profissionais, na sequência de solicitação por parte das entidades;
- Apoio

2.4.2.4. Apoio aos diversos departamentos e serviços

Levantamento dos horários de transporte dos alunos (1º, 2º e 3º anos) residentes fora de Évora e Estremoz, por forma a permitir o cumprimento do horário de saída. Este trabalho envolveu contactos com os encarregados de educação e com os próprios alunos, no sentido de perceber as alternativas existentes e contribuir para a (re)organização das rotinas anteriormente estabelecidas.

2.5.Contratação Pública

A Fundação Alentejo, após o conhecimento da condição de entidade adjudicante nos termos do CCP, dado a conhecer em Junho de 2011, determinou que todos os atos de aquisição de bens e serviços cumpram o disposto no Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro e restantes diplomas complementares. De acordo com a legislação em vigor, a Fundação Alentejo ao longo do ano de 2012, desenvolveu procedimentos de contratação pública para aquisição de bens e serviços, de acordo com o Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro. Os procedimentos contratuais decorreram, maioritariamente, através de correio eletrónico e da Plataforma Eletrónica *Gatewit Compras Públicas* https://www.compraspublicas.com.

No sentido de divulgar os procedimentos de aquisições de bens e serviços foi, ainda, disponibilizado no *site* da Fundação Alentejo um separador denominado *Contratação Pública.* Neste separador é disponibilizada informação geral acerca do Código dos Contratos Públicos, da condição de entidade adjudicante da FA, da Plataforma Eletrónica utilizada, da legislação de apoio e, ainda, toda a informação acerca dos procedimentos a realizar, em curso e ainda os realizados, através de fichas resumo elaboradas para o efeito onde se pode consultar a listagem de procedimentos previstos para o ano seguinte, os procedimentos em curso e toda a informação referente às modalidades dos procedimentos, objetos, empresas convidadas e prazos de apresentação de propostas. Posteriormente após a adjudicação é, ainda, publicada uma ficha resumo da adjudicação no *site* da FA e no portal www.base.gov.pt.

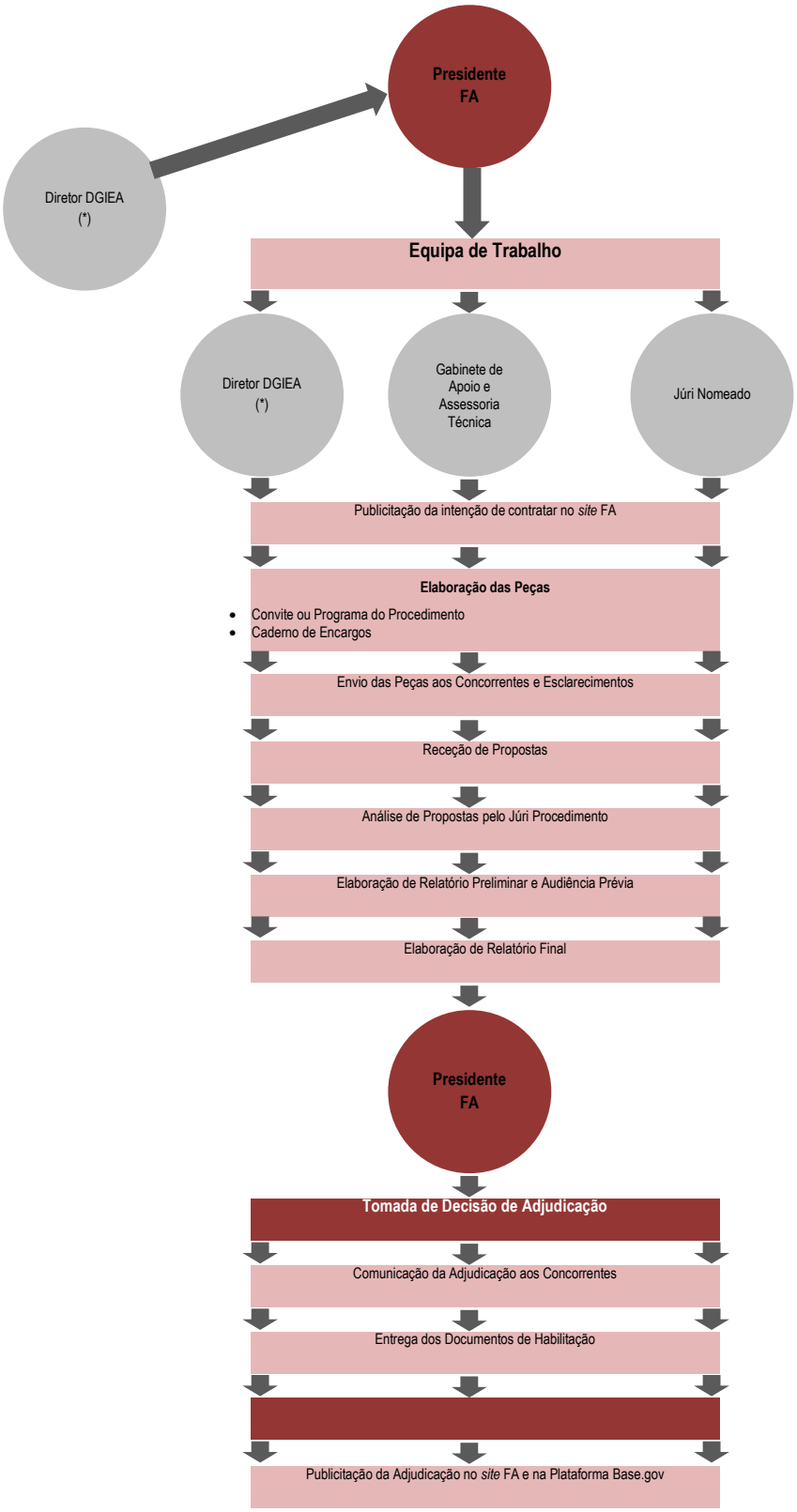
2.5.1. *Workflow* da Contratação Pública

A Fundação Alentejo, ao longo do ano de 2012 sistematizou e formalizou o circuito de informação e trabalho referente aos procedimentos de contratação pública. De forma global os procedimentos de aquisições de bens e serviços, são circuitos de informação e de trabalho que requerem a cooperação entre vários colaboradores e serviços da instituição.

Assim a partir do momento em que a necessidade de contratação é identificada, o **Diretor da DGIEA** (Direção de Gestão das Instalações, Equipamentos e Aprovisionamento), o **Diretor da EPRAL** ou a **Coordenadora da Valência de Formação de Adultos**, no caso da aquisição de prestações de serviços de formadores de informática, enquanto requerentes, informam e propõem a aquisição dos bens e/ou serviços e as suas características, através de uma proposta de tomada de decisão, ao Órgão com Competência para a Decisão de Contratar.

Na Proposta de Tomada de Decisão o requerente justifica, a necessidade de contratação, fundamentando a abertura de procedimento, identifica o objeto do contrato, o prazo e o local de execução, a composição do **Júri** e o preço, entre outros fatores que considere relevantes para a aquisição em causa. Caso concorde com o seu teor o **Órgão com Competência para a Decisão de Contratar** homologa a abertura de procedimento e inicia-se o trabalho de elaboração das peças (Convite ou Programa do Concurso, caso de trate de Ajuste direto ou Concurso Público, respetivamente, e Caderno de Encargos) com o contributo do **Gabinete de Apoio e Assessoria Técnica** da Fundação Alentejo. A partir do momento da homologação todo o procedimento decorre, de acordo com a legislação em vigor, com o envolvimento e trabalho dos intervenientes acima identificados até ao momento da adjudicação e assinatura do contrato.

Esquema 1 – *Workflow* da Contratação Pública



(*) *o requerente poderá ser também o Diretor da EPRAL ou a Coordenadora da Valência de Formação de Adultos, no caso de se tratar de uma aquisição de Prestação de Serviços de Formador de Informática*.
Fonte: Gabinete de Apoio e Assessoria Técnica – fev. 2013

2.5.2. Procedimentos Desenvolvidos em 2012

No ano de 2012 foram elaborados procedimentos de Ajuste Direto e de Ajuste Direto Simplificado. Não existiu nenhum procedimento de Concurso Público, uma vez que as aquisições necessárias não atingiam os valores estabelecidos para a seleção desta modalidade.

2.5.2.1. Procedimentos de Ajuste Direto

Ao longo do ano 2012 a Fundação Alentejo desenvolveu **9 procedimentos de Ajuste Direto**, na sua maioria através de endereço eletrónico ou Plataforma eletrónica adquirida para o efeito. A divulgação de abertura dos procedimentos foi efetuada no *site* da instituição e, em alguns casos, foi efetuada ainda uma divulgação no jornal regional *Diário do Sul* para encontrar possíveis destinatários de convite. No final dos procedimentos e após a assinatura dos contratos foram preenchidas as fichas de publicitação a que se refere o n.º 1 do artigo 127º do CCP em www.base.gov.pt.

Quadro nº 58 – Ajuste Direto

N.º PROCEDIMENTO	IDENTIFICAÇÃO	TOMADA DECISÃO DE ABERTURA	ADJUDICATÁRIO(S)
01/2012 - FA	Aquisição do serviço de aluguer, montagem e desmontagem de equipamento, acompanhamento e assistência técnica ao evento - Fórum das Profissões	06/02/2012	Palco e Bancada – venda e aluguer de equipamento para espetáculos, organização de eventos,Lda.
01/02/2012/AD	Aluguer de Instalações Qualificadas para a Formação, em Évora, para a Formação de Adultos	25/07/2012	CEDRA - Centro de Estudos e Desenvolvimento da Região Alentejo
02/02/2012/AD	Aquisição de Serviços de Energia Elétrica em BTE e BTN para as Instalações da Fundação Alentejo	31/07/2012	EDP Comercial - Comercialização e Energia, S.A.
03/02/2012/AD	Aquisição de Serviços de Portaria/Segurança em Estabelecimentos Educativos da Fundação Alentejo - Évora	08/08/2012	Prosegur – Companhia de Segurança, Lda.
04/02/2012/AD	Aquisição de Serviços de Formação em Informática (TIC) na EPRAL - Évora	08/08/2012	Pedro Carvalho
05/02/2012/AD	Aquisição de Apólices de Seguros	08/08/2012	Não Adjudicado – Exclusão de todas as propostas
06/02/2012/AD	Aluguer de Instalações Qualificadas para a Prática Desportiva em Évora	22/08/2012	Caducidade da Adjudicação
07/02/2012/AD	Aquisição de Serviços de Contabilidade	06/08/2012	J.M. Cameirão – Contabilidade e Serviços, Lda.
08/02/2012/AD	Aquisição de Serviços de Segurança Higiene e Saúde no Trabalho – SHST e de Segurança Alimentar – HACCP	30/11/2012	Lote 1 – Interprev – Segurança Higiene e Saúde no Trabalho, Lda. Lote 2 - Garantia – Sociedade de Fiscalização Preventiva de Géneros Alimentícios

Fonte: Gabinete de Apoio e Assessoria Técnica – fev. 2013

2.5.2.2. Procedimentos de Ajuste Direto Simplificado

No que se refere ao Ajuste Direto Simplificado, esta modalidade é utilizada quando o preço contratual é inferior a € 5000,00 e o prazo de vigência é superior a um ano. Ao Ajuste Direto Simplificado não se aplicam as formalidades previstas no CCP, e a adjudicação pelo órgão competente para a decisão de contratar, pode ser efetuada diretamente sobre uma fatura ou um documento equivalente.

Apesar desta modalidade de procedimento de contratação, não obedecer a grandes regras e exigências legais, no âmbito do CCP, a Fundação Alentejo, tem como boa prática, o contacto com várias empresas, sempre que é necessário efetuar aquisições com algum grau de complexidade, ao nível do seu objeto, e/ou exista uma diversidade de empresas fornecedoras do bem ou serviço pretendido. Desta forma, para algumas aquisições ao longo do ano de 2012, desenvolveu **6 procedimentos de Ajuste Direto Simplificado**, recorrendo ao envio de convites onde eram referidas as condições e as características do bem ou serviço

pretendido e solicitava a apresentação de propostas e preços para efetuar a seleção mais adequada e economicamente mais vantajosa. Uma outra forma utilizada pela Fundação Alentejo foi a pesquisa na *internet* de empresas e bens para encontrar os que mais se adequavam ao pretendido.

Quadro nº 59 – Ajuste Direto Simplificado

N.º PROCEDIMENTO	IDENTIFICAÇÃO	TOMADA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO	ADJUDICATÁRIO(S)
01/02/2012/ADS	Aquisição Mobiliário Escolar (Cadeiras) para a reposição parcial – EPRAL - Évora	07/09/2012	JOFAL – Industria de Móveis Metálicos, Lda.
02/02/2012/ADS	Aquisição do Fornecimento de Água para o Colégio FA	07/09/2012	Nestlé Waters
03/02/2012/ADS	Aquisição de Serviços de Manutenção de Equipamentos de Proteção Contra Incêndios - Extintores	26/10/2012	Extintor Amigo Equipamentos de Segurança e Proteção Contra Incêndios, Lda
04/02/2012/ADS	Aquisição da Prestação de Serviços de Formação em Informática – EPRAL - Estremoz	13/11/2012	Vanda Marques
05/02/2012/ADS	Aquisição da Manutenção do Licenciamento de Software Microsoft Educação OVS-ES para o Campus Escolar da Fundação Alentejo	15/11/2012	LusoCuanza – Sociedade de Importação e Exportação Lda.
06/02/2012/ADS	Prestação de Serviços de Formação em Informática	26/12/2012	Patrícia Calisto Ivo Gonçalves

Fonte: Gabinete de Apoio e Assessoria Técnica – fev. 2013

2.6. Manutenção dos Edifícios, Instalações e Equipamentos

Ao longo de 2012 foram realizadas as ações normais de manutenção e conservação das instalações, sendo dignas de destaque apenas duas intervenções particulares:

- Pintura exterior, integral, do Edifício Sede e EPRAL, em Évora
- Pintura exterior do Edifício de Estremoz da facha principal
- Pintura interior e reparação de algerozes/caleiras de parte do Edifício de Estremoz

As restantes ações de manutenção foram efetuadas, pelas equipas de manutenção e de limpeza como atividades correntes, ao longo do ano e, de forma mais intensa e completa no período que antecedeu a abertura do novo ano escolar.

Os investimentos e as atualizações efetuadas nos últimos anos, determinaram que, em 2012, não fosse necessário realizar nenhuma ação especial de atualização ou reforço dos equipamentos laboratoriais e informáticos. Mantendo-se, contudo, uma intervenção consistente e permanente de manutenção, reparação e verificação de todo o parque informático pela equipa interna.

Ao longo do ano foi, de igual forma, consistente e regular, o esforço de atualização, sistematização e desmaterialização do Arquivo definitivo.

No que respeita ao Departamento de Gestão de Instalações, Equipamento e Aprovisionamento, houve, ao longo do ano, uma atitude permanente de monitorização de gastos (consumíveis) e de rentabilização dos recursos, em linha com as orientações superiores, sendo significativo os ganhos no que se refere às aquisições de alguns consumíveis, principalmente pela implementação de práticas de desmaterialização facilitadas pela introdução do "ambiente digital" criado pela adoção, no início do ano letivo de 2012/2013 do Microsoft-Office 365, adaptada à Fundação Alentejo, com uma aplicação radical à EPRAL.

Esta aposta foi assumida em parceria com a Microsoft Portugal, a qual considerou a EPRAL/Fundação Alentejo um caso de estudo suscetível de ser referenciado como exemplo nas suas ações de disseminação destas ferramentas. A adoção desta solução digital veio criar uma nova dinâmica na comunidade escolar e facilitar a gestão deste departamento.

De forma genérica, a solução que temos vindo a construir coma a Microsoft, toda a comunidade educativa, órgãos da Fundação e com este Departamento, assentou nos seguintes objetivos:

- Criação de disponibilização de contas de *e-mail* institucional para todos os formadores, com o subdomínio "@formadores.epral.pt";
- Criação e disponibilização de contas de *e-mail* institucional para todos os formandos com o subdomínio "@formandos.epral.pt";
- Criação de plataforma colaborativa para a atividade pedagógica;
- Implementação de ferramentas de comunicação em tempo real;
- Dotação da comunidade educativa de ferramentas de produtividade.

Para o efeito foi realizado:

- Incorporação dos subdomínios pretendidos na plataforma *"exchange on-line"*, criação das contas de *e-mail* e disponibilização das mesmas junto da comunidade educativa;
- Criação de um site colaborativo na plataforma *"Sharepoint On-Line",* abrangendo ciclos de formação, cursos, disciplinas e módulos;
- Disponibilização junto dos utilizadores da plataforma de comunicação *"Lync".*
- Cobertura plena da comunidade educativa pelo serviço de *e-mail* (aproximadamente 1400 utilizadores);
- Cobertura plena de todas as disciplinas e módulos (cerca de 1600 sites e sub-sites criados no *"Sharepoint On-Line");*

No presente são já visíveis os ganhos obtidos quanto a:

- Desmaterialização efetiva dos materiais pedagógicos;
- Controlo dos materiais pedagógicos pelas Direções Pedagógicas;
- Permanente disponibilidade dos materiais pedagógicos;
- Permanente disponibilidade das ferramentas de produtividade;
- Canais de comunicação oficiais em permanente disponibilidade;
- Ausência de custos de licenciamento;
- Permanente incrementação e adaptação às necessidades do momento;

Sendo, igualmente relevante a projeção que a instituição pode alcançar em função da:

- Realização de um caso de estudo pela Microsoft Portugal.

2.7. Elaboração e Implementação do Código de Conduta e Boas Práticas da Fundação Alentejo

No ano de 2012 a Fundação Alentejo, de forma a sistematizar e formalizar algumas práticas e princípios, que já estavam interiorizados e já eram seguidos pelos seus colaboradores, e para dar cumprimento ao n.º 1 do artigo 7.º da Lei-Quadro das Fundações (Lei 24/2012 de 9 de Julho), foi desenvolvido e aprovado pelo Conselho de Administração o **Código de Conduta e Boas Práticas**.

O **Código de Conduta e Boas Práticas da Fundação Alentejo** é um documento que funciona como um exercício de auto-regulação e visa promover a defesa de uma constante motivação, genuinamente ética, adotando normas de comportamento e deveres profissionais eticamente responsáveis e em harmonia com as leis em vigor.

A adoção de uma conduta ética e de boas práticas, reconhecidas e seguidas por todos os colaboradores, que contemplem um conjunto de valores éticos e marquem a sua identidade, enquanto instituição, é essencial de forma a partilhar valores comuns para fixar as regras e os princípios gerais de ética e conduta profissional dos colaboradores, orientar os seus comportamentos, reforçar a cultura organizacional e aspetos identitários da instituição e, ainda, consolidar a imagem institucional da Fundação Alentejo junto da comunidade onde desenvolve as suas atividades. O Código de Conduta e Boas Práticas foi disponibilizado a todos os colaboradores em Dezembro de 2012 e disponibilizado, na íntegra, no *site* da Fundação Alentejo onde pode ser consultado por todos os interessados.

3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1 – Enquadramento

Abordam-se em seguida os factos mais relevantes ocorridos durante o exercício de 2012 relativamente aos aspetos de natureza económica e financeira.

3.2 – Investimento

Os ativos fixos da Fundação Alentejo encontram-se afetos às diversas atividades que esta desenvolve, conforme se pode ver no quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

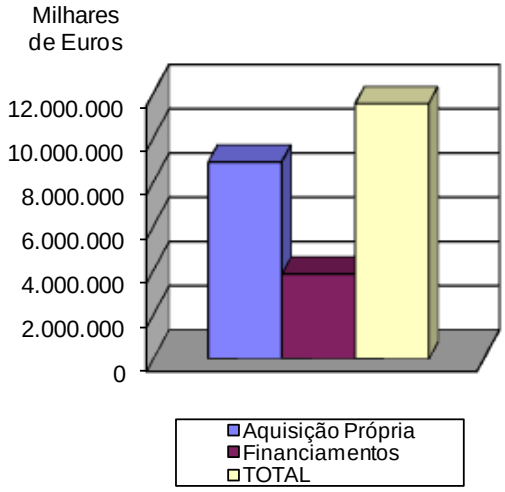
DESCRIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR DE AQUISIÇÃO 01/01/2012	AUMENTOS (2012)	REDUÇÕES (2012)	VALOR DE AQUISIÇÃO 31/12/2012	COMPARTICIPAÇÃO		DEPRECIAÇÕES		
							ACUMULADAS		EXERCÍCIO
					PRIVADA	PÚBLICA	VALOR	%	
AT. F. TANGIVEIS									
EPRAL	7.051098,96	13.018,13	331763,92	6.732.353,17	4.445.328,64	2.287.024,53	6.164.368,80	92%	239.620,66
Fundação Alentejo	190.936,43			190.936,43	190.936,43		190.936,43	100%	
Outros Projetos	68.837,77		3.442,04	65.395,73	31608,17	33.787,56	65.395,73	100%	
Colégio F. A.	3.974.761,42	4.966,64	2.288,23	3.977.439,83	3.259.510,53	717.929,30	320.917,10	8%	198.609,46
Sub-Total	**11.285.634,58**	**17.984,77**	**337.494,19**	**10.966.125,16**	**7.927.383,77**	**3.038.741,39**	**6.741618,06**	**61%**	**438.230,12**
EM CURSO									
CITEFE	180.695,91			180.695,91	180.695,91				
Sub-Total	**180.695,91**	**0,00**	**0,00**	**180.695,91**	**180.695,91**	**0,00**	**0,00**	**0%**	**0,00**
TOTAL	**11.466.330,49**	**17.984,77**	**337.494,19**	**11.146.821,07**	**8.108.079,68**	**3.038.741,39**	**6.741618,06**	**60%**	**438.230,12**

Fonte: DSCT – jan. 2013

Os investimentos efetuados no decurso de 2012, no montante de 17.984,77 €, sendo parte do investimento previsto para o ano, referem-se à aquisição de equipamento afeto à EPRAL(13.018,13 €) e equipamento para o Colégio da Fundação Alentejo (4.966,64 €).

O peso das depreciações acumuladas, resultantes da utilização de todo o património no desenvolvimento das diversas atividades da Fundação, correspondem no final do exercício a 60% das respetivas aquisições. Decorrendo da sua normal utilização, alguns equipamentos (descontinuados e obsoletos), bem como diverso mobiliário foram-se deteriorando, pelo que neste exercício procedeu esta Fundação ao abate de bens do ativo fixo tangível no montante de 335.205,96 €, sendo tais bens considerados inutilizados ou obsoletos.

O esforço financeiro acumulado efetuado pela Fundação Alentejo na aquisição do seu património ao longo dos anos pode ser visualizado no gráfico seguinte:



Fonte: DSCT – jan. 2013

Este indicador é revelador do enorme esforço de investimento da Instituição e da sua estratégia de dotação dos projetos com equipamentos de elevada qualidade, permitindo assim, manter um elevado nível técnico na formação ministrada, possibilitando às crianças, jovens formandos e adultos o acesso a recursos que irão constituir uma vantagem competitiva no momento da sua integração na vida ativa.

De referir ainda que os ativos fixos tangíveis estão contabilizados ao respetivo custo de aquisição e as depreciações foram calculadas pelo método das quotas constantes às taxas máximas anuais legalmente permitidas.

As depreciações do exercício ascenderam a 438.230,12 €, tendo contribuído para o montante do autofinanciamento gerado no exercício.

	AUTO FINANCIAMENTO	2012	2011
+	Resultado líquido do período	- 543.045,04 €	- 24.736,99 €
+	Depreciações do exercício	438.230,12 €	387.539,40 €
-	Subsídios p/investimentos	249.866,84 €	144.720,41 €
	TOTAL	- 354.681,76 €	218.082,00 €

Fonte: DSCT – jan. 2013

Os subsídios associados ao investimento tiveram no exercício de 2012 a seguinte movimentação:

	Subsídios para Investimentos	2012	2011
+	Saldo Inicial	477.637,08 €	622.357,49 €
+	Subsídios atribuidos - INALENTEJO	717.929,30 €	
-	Transferência para rendimentos	249.866,84 €	144.720,41 €
-	Regularizações	5.477,50 €	
	TOTAL	940.222,04 €	477.637,08 €

Fonte: DSCT – jan. 2013

O saldo final de 2012 representa cerca de 8% do valor do ativo fixo tangível. Este saldo é anualmente transferido para rendimentos, na proporção das depreciações efetuadas.

3.3 – Endividamento perante as Instituições Financeiras

A evolução nominal do capital alheio ao qual a Fundação Alentejo recorreu incorpora financiamentos de curto, médio e longo prazo.

A utilização do financiamento bancário no exercício de 2012, o qual engloba o empréstimo específico para a construção do Colégio (2.500.000 €), sob a forma de utilização de contas caucionadas, pretendeu fazer face às necessidades reveladas pela tesouraria, traduzindo-se resumidamente na seguinte evolução:

	DESCRIÇÃO	2012	2011
+	Saldo inicial	4.876.500,00 €	2.480.000,00 €
+	Empréstimos obtidos	3.969.000,00 €	9.507.000,00 €
-	Amortizações empréstimos	4.547.000,00 €	7.110.500,00 €
	SALDO FINAL	4.298.500,00 €	4.876.500,00 €

Fonte: DSCT – jan. 2013

A este montante devem ser acrescidos os saldos credores da conta de Depósitos à Ordem (no montante de 29.920,41€), correspondendo o saldo final dos empréstimos bancários a 4.944.226,90 € em 2011 e a 4.328.420,41 € em 2012.

Verificou-se assim, no final do exercício de 2012 uma redução bastante significativa do endividamento bancário, cerca de 13% relativamente a igual data do ano anterior.

Reflexo da sua capacidade de negociação e da fiabilidade que a Fundação Alentejo detém junto das Instituições Financeiras com as quais se vem relacionando ao longo da sua existência, mantem-se a sua capacidade de endividamento a fim de colmatar as necessidades de tesouraria.

Este esforço de obtenção de fundos para a tesouraria não teve comparticipação de qualquer entidade financiadora dos vários projetos de formação que a Fundação Alentejo promove e gerou, no ano de 2012, encargos financeiros que representam parte bastante significativa do total das despesas não comparticipadas.

Deste modo, os gastos financeiros suportados durante o exercício, os quais foram totalmente financiados por receitas próprias da Fundação Alentejo, atingiram os seguintes montantes:

DESCRIÇÃO	2012	2011
Juros suportados	**177.533,02 €**	**69.166,77 €**
- Empréstimos M/L Prazo	88.194,66 €	24.407,78 €
- Empréstimos c/ Prazo	88.710,22 €	43.848,73 €
- Outros juros	628,14 €	910,26 €
Outros gastos financiamento	**28.123,00 €**	**14.148,01 €**
TOTAL GASTOS FINANCIAMENTO	205.656,02 €	83.314,78 €

Fonte: DSCT – jan. 2013

Como se verifica, registou-se um aumento em cerca de 147% dos gastos desta rubrica, devendo-se fundamentalmente à utilização do financiamento de médio e longo prazo, aos frequentes atrasos das comparticipações a receber do Fundo Social Europeu e da Segurança Social relativamente aos fundos devidamente consignados nos orçamentos aprovados, para a gestão corrente dos vários projetos, bem como ao agravamento das condições de financiamento, nomeadamente ao nível das comissões bancárias. De seguida apresenta-se a evolução ao nível do endividamento perante locadoras, nomeadamente Caixa Leasing.

	Locações Financeiras	2012	2011
+	Saldo inicial	38.304,48 €	51.794,07 €
+	Aumentos		
-	Pagamentos	13.925,12 €	13.556,13 €
+/-	Regularizações		66,54 €
	SALDO FINAL	24.379,36 €	38.304,48 €

Fonte: DSCT – jan. 2013

3.4 – Especialização de rendimentos e gastos

De acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e na sequência do critério seguido em anos anteriores, as contas apresentadas respeitam o princípio da especialização do exercício, sendo considerados todos os rendimentos e gastos da gestão do ano 2012, conforme se apresenta:

DESCRIÇÃO	2012	2011
Acréscimos de Rendimentos	**- €**	**- €**
Comparticipações a receber		
Gastos a Reconhecer	**14.289,48 €**	**30.796,63 €**
Gastos diversos	14.289,48 €	30.796,63 €
TOTAL DOS ATIVOS	**14.289,48 €**	**30.796,63 €**
Acréscimos de Gastos	**357.221,52 €**	**338.904,35 €**
- Remunerações a liquidar	328.132,64 €	305.808,64 €
- Outros gastos	29.088,88 €	33.095,71 €
Rendimentos a Reconhecer	**3.114.291,91 €**	**4.576.763,98 €**
- Subsídios	3.113.625,43 €	4.569.051,38 €
- Outros rendimentos	666,48 €	7.712,60 €
TOTAL DOS PASSIVOS	**3.471.513,43 €**	**4.915.668,33 €**

Fonte: DSCT – jan. 2013

A repartição dos "Subsídios", correspondendo a apoios contratados, parcialmente executados no exercício de 2012, é a seguinte:

PEDIDOS DE FINANCIAMENTO APROVADOS		
Projeto nº 085171/2011/12	- Cursos Profissionais	2.161.196,51 €
Projcto nº 028947/2010/21	– R. V. C. C. - Évora	4.077,97 €
Projeto nº 072468/2012/23	– Formações Modulares Certificadas	812.887,72 €
Projeto nº 072478/2012/23	– Formações Modulares Certificadas	109.146,45 €
Projcto nº 0148/EST/12	– Estágios Profissionais	18.489,55 €
Projeto nº 0160/EST/12	– Estágios Profissionais	3.126,97 €
Projeto nº 0169/Est/12	- Estágios Profissionais	2.844,51 €
Projeto nº 000525/ME/12	- Medida Estímulo	139,72 €
Projeto nº 231/CEI/11	- Contrato Emprego Inserção	1.716,03 €
TOTAL		**3.113.625,43 €**

Fonte: DSCT – jan. 2013

Relativamente aos passivos diferidos (rendimentos a reconhecer), deve ainda ser referido que o período de diferimento dos subsídios para investimentos é bastante mais dilatado do que nas restantes rubricas patrimoniais diferidas. Explica-se assim que, apesar de estes passivos apresentarem um valor substancialmente superior aos ativos, não está em causa nenhum impacto 'desequilibrado' no resultado dos exercícios futuros.

3.5 – Responsabilidades de Terceiros

3.5.1 – Dívidas de terceiros

As dívidas a receber estão refletidas no quadro seguinte e comportam valores de projetos aprovados e serviços prestados cujo pagamento não tinha ainda sido colocado à disposição da Fundação Alentejo. O saldo da rubrica "Outros Devedores" engloba financiamentos a receber do FSE/MTSS, constituindo um forte condicionante à gestão dos compromissos assumidos pela Fundação Alentejo, só possíveis de cumprir atempadamente com recurso a crédito bancário (ver ponto 3.3).

Os serviços competentes da Fundação Alentejo estão a desenvolver os procedimentos adequados para garantirem o seu recebimento, não tendo sido reconhecida no exercício qualquer imparidade, nomeadamente relativa a dívidas de clientes e outros devedores diversos.

DÍVIDAS DE TERCEIROS	2012	2011
Estado e Outros Entes Públicos	**- €**	**505.659,32 €**
Imposto sobre o rendimento		
Outros Impostos		505.659,32 €
Outros devedores	**3.084.260,24 €**	**5.799.506,18 €**
Clientes	16.886,83 €	8.289,71 €
Adiantamentos a colaboradores	9,00 €	1.447,68 €
Financiamentos aprovados e em execução	3.063.324,31 €	5.785.596,57 €
Formandos		289,87 €
Outros Devedores Diversos	4.040,10 €	3.882,35 €
TOTAL	**3.084.260,24 €**	**6.305.165,50 €**

Fonte: DSCT – jan. 2013

De referir que o valor acima inscrito em "Financiamentos aprovados e em execução" (3.063.324,31 €), o que representa 99% do total das Dívidas de Terceiros, é respeitante aos financiamentos contratados com o POPH.

Note-se que alguns dos devedores incluídos nesta rubrica regularizaram entretanto, já no exercício de 2013, parte dos respetivos saldos.

Após a continuação das diligências adequadas, bem como o normal funcionamento e execução dos projetos em atividade não se esperam dificuldades no recebimento da grande maioria destes valores.

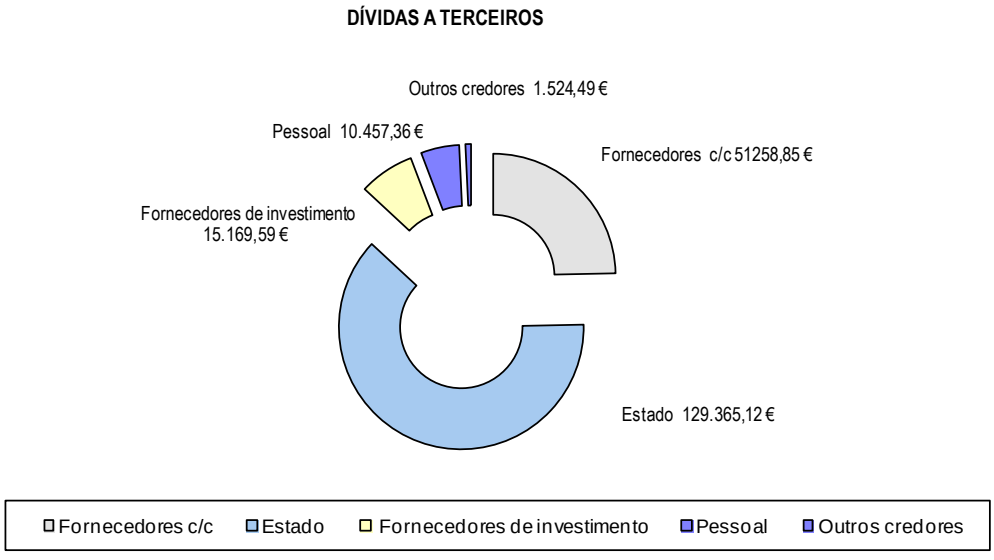
3.5.2 – Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros são essencialmente compostas por dívidas a fornecedores correntes e de investimento, Estado e outros credores, conforme se apresenta no quadro seguinte:

DÍVIDAS A TERCEIROS	2012	2011
Fornecedores c/c	**51.258,85 €**	**104.683,56 €**
Estado e Outros Entes Públicos	**129.365,12 €**	**90.703,09 €**
- Outros Impostos		
- Retenções efectuadas a terceiros	37.366,97 €	28.239,97 €
- IVA a pagar	2.190,38 €	321,28 €
- Contribuições p/Seg.Social	89.807,77 €	62.141,84 €
Outros credores	**27.151,44 €**	**476.088,80 €**
- Fornecedores de investimento	15.169,59 €	413.310,31 €
- Pessoal	10.457,36 €	16.725,85 €
- Outros credores diversos	1.524,49 €	46.052,64 €
TOTAL	**207.775,41 €**	**671.475,45 €**

Fonte: DSCT – jan. 2013

Todos os valores e responsabilidades assumidas perante o Estado estão em situação regular, pelo que não há qualquer dívida em situação de mora.



Fonte: DSCT – jan. 2013

3.6 – Rendimentos do exercício

Relativamente aos rendimentos do exercício, apresenta-se o seguinte detalhe:

RENDIMENTOS	2012	2011
VENDAS	**3.188,53 €**	**- €**
Colégio Fundação Alentejo	3.188,53 €	
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	**619.473,28 €**	**469.760,95 €**
Receitas Diversos	26.998,34 €	20.442,80 €
A E C - Activ. Extra-Curriculares	249.080,00 €	293.170,00 €
Restaurante Vauban/Bar Escola	28.071,79 €	68.668,98 €
Utilização Instalações	8.075,00 €	7.995,94 €
Produções Artes Gráficas		
Gestão e Organização de Projectos	24.000,00 €	13.309,25 €
Colégio Fundação Alentejo	283.248,15 €	66.173,98 €
SUBSIDIOS À EXPLORAÇÃO	**4.309.127,95 €**	**5.921.108,33 €**
Fundo Social Europeu	2.790.266,80 €	4.125.818,27 €
Ministério da Educação	50,00 €	
Segurança Social	1.442.649,69 €	1.768.207,86 €
I. E. F. P.	57.583,43 €	22.234,32 €
Outros	18.578,03 €	4.847,88 €
REVERSÕES	**56.065,43 €**	**12.921,73 €**
OUTROS RENDIMENTOS	**281.553,99 €**	**162.293,05 €**
Venda de energia	9.579,05 €	10.476,70 €
Outros rendimentos suplementares	7.540,00 €	2.160,00 €
Imputação subs. p/ investimentos	249.866,84 €	144.720,41 €
Outros rendimentos diversos	14.568,10 €	4.935,94 €
TOTAL DE RENDIMENTOS	**5.269.409,18 €**	**6.566.084,06 €**

Fonte: DSCT – jan. 2013

Apesar do aumento verificado ao nível das prestações de serviços, os rendimentos sofreram um acentuado decréscimo (cerca de 20%) relativamente ao exercício anterior, nomeadamente ao nível dos Subsídios à Exploração, refletindo a continuidade da diminuição anual do número de formandos afetos à Epral, bem como a não aprovação de novos projetos no âmbito da formação e certificação de adultos, pela respetiva tutela.

O valor de outros rendimentos corresponde, essencialmente, ao montante de subsídios ao investimento especializados neste exercício.

3.7 – Gastos do exercício

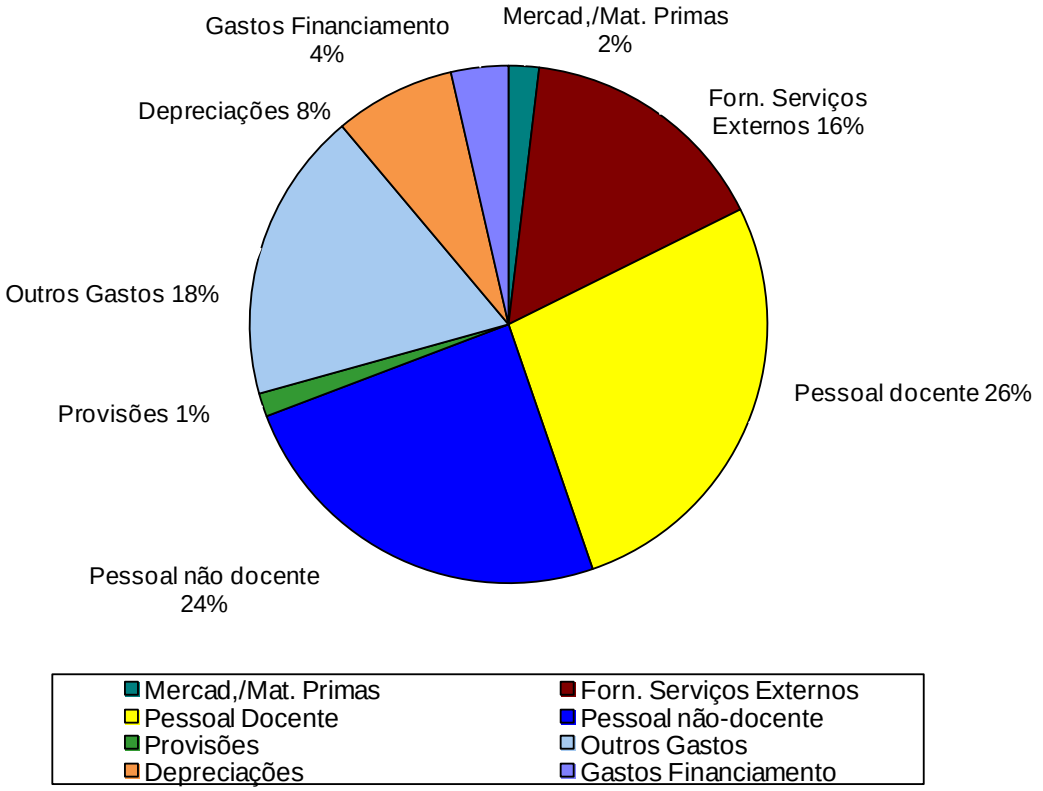
Seguidamente apresenta-se a estrutura dos gastos e perdas verificada no ano de 2012:

GASTOS DO PERÍODO	2012	2011
GASTOS COM MERCADORIAS E MATERIAS CONSUMIDAS	110.235,91 €	136.335,33 €
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	917.047,14 €	969.303,30 €
Trabalhos especializados	142.132,97 €	143.730,38 €
Publicidade e propaganda	80.716,49 €	43.914,42 €
Vigilância e segurança	92.927,88 €	97.106,46 €
Honorários (pessoal externo)	94.420,40 €	105.706,41 €
Conservação e reparação	39.808,26 €	48.861,17 €
Ferramentas e utensilios de desgaste rápido	4.339,98 €	6.468,70 €
Livros e documentação técnica		1.219,28 €
Material de escritório	13.487,28 €	31.672,00 €
Artigos para oferta	2.224,02 €	1.817,30 €
Eletricidade	103.804,67 €	74.972,32 €
Combustiveis	9.037,87 €	10.384,96 €
Água	1.773,58 €	1.922,48 €
Outros fluidos	1.659,79 €	979,46 €
Deslocações e estadas	1.765,54 €	1.757,55 €
Transporte de mercadorias	2.512,21 €	827,34 €
Rendas e alugueres	171.269,72 €	240.203,78 €
Comunicação	49.598,61 €	44.199,19 €
Seguros	12.057,15 €	12.029,55 €
Contencioso e notariado	2.675,53 €	409,90 €
Despesas de representação	8.054,63 €	5.730,74 €
Limpeza, higiene e conforto	48.738,01 €	53.178,88 €
Ouros fornecimentos e serviços	34.042,55 €	42.211,03 €
GASTOS COM O PESSOAL	2.996.280,12 €	3.308.755,98 €
PERDAS POR IMPARIDADE		10.076,99 €
PROVISÕES DO PERÍODO	84.984,53 €	106.761,75 €
OUTROS GASTOS E PERDAS	1.057.633,12 €	1.586.006,46 €
Impostos diretos	172,55 €	172,55 €
Impostos indiretos	1.428,05 €	1.370,63 €
Gastos Diversos	35.223,86 €	15.193,91 €
Quotizações	3.516,40 €	2.251,40 €
Encargos c/ Formandos	1.017.292,26 €	1.567.017,97 €
Alimentação	610.925,80 €	787.927,78 €
Deslocações	172.967,95 €	144.438,36 €
Alojamento	184.850,72 €	257.838,98 €
Bolsas de Formação	42.807,61 €	356.255,52 €
Outros Encargos	5.740,18 €	20.557,33 €
DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO	438.230,12 €	387.539,40 €
Ativos fixos tangiveis	438.230,12 €	387.539,40 €
Edifícios e outras construções	333.939,21 €	221.248,32 €
Equipamento básico	65.407,32 €	100.252,87 €
Equipamento de transporte	13.900,41 €	20.850,72 €
Equipamento Administrativo	8.699,74 €	28.384,44 €
Outros ativos fixos tangiveis	16.283,44 €	16.803,05 €
GASTOS DE FINANCIAMENTO	208.043,28 €	86.041,84 €
TOTAL GASTOS	5.812.454,22 €	6.590.821,05 €

Fonte: DSCT – jan. 2013

Como se verifica, o total dos gastos do exercício sofreu uma diminuição significativa (12%) relativamente ao exercício anterior, nomeadamente na rubrica dos "Encargos com formandos", devido à redução do número de formandos referida no ponto 3.6, e na rubrica "Gastos com o pessoal", apesar do aumento verificado nas rubricas "Depreciações do exercício" e "Gastos de financiamento".

De referir, que de acordo com os normativos legais, no corrente exercício foi constituída uma provisão para processos judiciais em curso no montante de 76.331,55 €.



Fonte: DSCT – jan. 2013

3.8 – Resultados do exercício

Para o desempenho alcançado no decurso do ano, aquém do previsto no Plano de Actividades para o exercício de 2012, contribuíram significativamente os gastos de depreciação e de financiamento verificados:

EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2012		
DESCRIÇÃO	**PREVISTO**	**REALIZADO**
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	540.080,10	100.841,10
Gastos de depreciação e de amortização	(344.984,62 €)	(438.230,12 €)
Gastos de financiamento	(195.095,48 €)	(205.656,02 €)
Resultado líquido do periodo	0,00	(543.045,04 €)

Fonte: DSCT – jan. 2013

Integrado na conta de exploração da Fundação Alentejo, encontra-se o Departamento Vauban/Bar das Escolas (Pólos de Estremoz e Elvas). Apresenta-se de seguida o detalhe dos seus rendimentos e gastos e respetivo Resultado Líquido de Exploração no período:

VAUBAN/BARES DA ESCOLA	Total
Prestações de serviços	28.071,79 €
Custo de mercadorias	-23.439,68 €
Fornecimentos e serviços externos	-1.756,96 €
Outros gastos	-30,07 €
Resultado líquido do período	**2.845,08 €**

Fonte: DSCT – jan. 2013

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Quanto ao resultado líquido negativo verificado no período, conforme referido anteriormente, no montante de 543.045,04 €, apurado de acordo com as demonstrações financeiras anexas a este relatório, propõe-se que transite para a conta de Resultados Transitados.

5. NOTA FINAL

O Conselho de Administração pretende, na conclusão do presente Relatório, expressar o seu reconhecimento e agradecimento a todos quantos, de forma direta ou indireta, contribuíram para o normal desempenho da atividade da Fundação.

Assim:
•Aos Colaboradores, que se empenharam neste projeto com toda a sua dedicação, continuando a Instituição a contar com todos para desenvolvimento dos seus projetos;

•Aos Formandos, Encarregados de Educação e aos Clientes, pela aposta na formação e nos serviços que esta Fundação presta;

•Às Entidades Institucionais, pelo apoio e disponibilidade demonstrada ao longo deste ano;

•Aos Fornecedores e Instituições Financeiras, pela colaboração e compreensão demonstradas;

•Ao Conselho Fiscal e ao Conselho Geral, pelo diálogo e cooperação que sempre disponibilizaram.

A todos um agradecimento e o reconhecimento pelo seu contributo para a consolidação e afirmação deste projeto ao serviço do Alentejo e dos Alentejanos.

Évora, Março de 2013

BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2012

BALANÇO

valores expressos em euros

CÓDIGO DE CONTAS	RUBRICAS	Notas	Datas	
			31,12,2012	31,12,2011
	ATIVO			
	Activo não corrente			
43+453+455-459	Ativos fixos tangíveis	5/6	4.405.203,01	4.827.487,94
41	Investimentos financeiros		3.493,00	3.493,00
			4.408.696,01	4.830.980,94
	Ativo corrente			
32+33+34+35+36+39	Inventários	9	17.309,99	7.982,64
211+212-219	Clientes	15	16.886,83	8.289,71
228-229+2713-279	Adiantamentos a fornecedores			
24	Estado e outros entes públicos	15/18		505.659,32
232+238-239+2721+278-279	Outras contas a receber	12/15	3.067.373,41	5.791.216,47
281	Diferimentos	18	14.289,48	30.796,63
11+12+13	Caixa e depósitos bancários	4	1.067.660,49	6.291,79
			4.183.520,20	6.350.236,56
	Total do Ativo		8.592.216,21	11.181.217,50
	FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
	Fundos			
551	Reservas		11.099,35	11.099,35
56	Resultados transitados		(194.879,60)	(170.142,61)
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	12	975.695,54	513.110,58
818	**Resultado líquido do período**		(543.045,04)	(24.736,99)
	Total do fundo de capital		248.870,25	329.330,33
	PASSIVO			
	Passivo não corrente			
29	Provisões	11	311.257,35	282.212,01
25	Financiamentos obtidos	7	2.512.227,08	2.524.483,39
			2.823.484,43	2.806.695,40
	Passivo corrente			
221+222+225	Fornecedores	15	51.258,85	104.683,56
24	Estado e outros entes públicos	15/18	129.365,12	90.703,09
25	Financiamentos obtidos	6/7/15	1.840.572,69	2.458.047,99
231+238+2711+2712+2722+278	Outras contas a pagar	15	384.372,96	814.993,15
282+283	Diferimentos	12/18	3.114.291,91	4.576.763,98
			5.519.861,53	8.045.191,77
	Total do Passivo		8.343.345,96	10.851.887,17
	Total dos fundos patrimoniais e do Passivo		8.592.216,21	11.181.217,50

Fonte: DSCT – jan. 2013

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercício de 2012

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

valores expressos em euros

CÓDIGO DE CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Períodos	
				2012	2011
+71+72	Vendas e serviços prestados	+	10	622.661,81	469.760,95
+75	Subsídios, doações e legados à exploração	+	10/12	4.309.127,95	5.921.108,33
-61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	9	(110.235,91)	(136.335,33)
-62	Fornecimentos e serviços externos	-	18	(917.047,14)	(969.303,30)
-63	Gastos com pessoal	-	16	(2.996.280,12)	(3.308.755,98)
-651+7621	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	8	126,24	(10.076,99)
-67+763	Provisões (aumentos/reduções)	-/+	11	(29.045,34)	(93.840,02)
+78(excepto 785)+791(excepto 7915)+798	Outros rendimentos e ganhos	+	10	281.553,99	162.293,05
-68(excepto 685)-6918-6928-6988	Outros gastos e perdas	-		(1.060.020,38)	(1.588.733,52)
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		100.841,10	446.117,19
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	5	(438.230,12)	(387.539,40)
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(337.389,02)	58.577,79
-6911-6921-6981	Juros e gastos similares suportados	-	7	(205.656,02)	(83.314,78)
811	**Resultado antes de impostos**	=		(543.045,04)	(24.736,99)
812	Imposto sobre rendimento do período	-/+			
818	**Resultado liquido do período**	=		(543.045,04)	(24.736,99)

Fonte: DSCT – jan. 2013

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no exercício de 2011

(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO		NOTAS	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	**1**		11.099,35	(387.951,35)	657.830,99	217.808,74	498.787,73
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				217.808,74	(144.720,41)	(217.808,74)	(144.720,41)
	2			217.808,74	(144.720,41)	(217.808,74)	(144.720,41)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**3**					(24.736,99)	(24.736,99)
RESULTADO EXTENSIVO	**4=2+3**					(242.545,73)	(242.545,73)
OPERAÇÕES COM INSTITUÍDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Realizações de prémios de emissão							
Subsídios, doações e legados							
Outras operações							
	5						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	**6=1+2+3+5**		11.099,35	(170.142,61)	513.110,58	(24.736,99)	329.330,33

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no exercício de 2012

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO		NOTAS	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	**6**		11.099,35	(170.142,61)	513.110,58	(24.736,99)	329.330,33
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(24.736,99)	462.584,96	24.736,99	462.584,96
	7			(24.736,99)	462.584,96	24.736,99	462.584,96
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**8**					(543.045,04)	(543.045,04)
RESULTADO EXTENSIVO	**9=7+8**					(518.308,05)	(518.308,05)
OPERAÇÕES COM INSTITUÍDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Realizações de prémios de emissão							
Subsídios, doações e legados							
Outras operações							
	10						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012	**11=6+7+8+10**		11.099,35	(194.879,60)	975.695,54	(543.045,04)	248.870,25

Fonte: DSCT – jan. 2013

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2012

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		Dez-12	Dez-11
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes	15	631.183,74	478.920,33
Pagamentos de subsídios	15	974.484,65	1.207.837,14
Pagamentos de bolsas	15	42.807,61	356.255,52
Pagamentos a fornecedores	15	1.074.499,81	1.095.297,06
Pagamentos ao pessoal	16	2.978.785,93	3.276.570,56
Caixa gerada pelas operações		(4.439.394,26)	(5.457.039,95)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos	15/18	6.076.677,56	6.239.005,58
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1.637.283,30	781.965,63
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	413.837,26	3.054.566,88
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		678.732,53	
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		264.895,27	(3.054.566,88)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	7		2.337.219,96
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		629.731,61	
Juros e gastos similares	7	211.078,26	66.565,35
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		840.809,87	2.270.654,61
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1.061.368,70	(1.946,64)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4/7	6.291,79	8.238,43
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4/7	1.067.660,49	6.291,79

Fonte: DSCT – jan. 2013

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 – Identificação da Entidade
1.1 – FUNDAÇÃO ALENTEJO
1.2 – Sede: Avenida Dinis Miranda, 116 7005-140 Évora
1.3 – NIPC: 502978481
1.4 - Natureza da atividade: Desenvolvimento da educação e qualificação profissional dos recursos humanos, nos termos do Decreto-Lei nº. 4/98, de 8 de Janeiro.

1.5 - Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial Contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) DL. nº. 36-A/2011 de 09/03. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de demonstrações financeiras (Portaria nº. 105/2011 de 14/03), o Código de Contas (Portaria nº. 106/2011 de 14/03) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (Aviso nº. 6726-B/2011). Sempre que na presente norma existam remissões para as Normas Internacionais de Contabilidade, entende-se que estas se referem às adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) nº. 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho e em conformidade com o texto original do Regulamento (CE) nº. 1126/2008 da Comissão, de 3 de novembro.

Sempres que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

a) Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);
b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento nº. 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho;
c) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB, e respetivas Interpretações (SIC e IFRIC);

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista à necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.
No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.
Não existem conteúdos que não sejam comparáveis com o exercício anterior.

3. Principais Politicas Contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.
Os ganhos ou perdas de natureza cambial decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.
As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros noutras empresas, onde a entidade não exerce qualquer influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais são registados pelo método do custo.

- Imposto sobre o rendimento

A entidade encontra-se isenta de IRC.

- Inventários

Os inventários encontram-se valorizados a custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, e a custos de conversão. Não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outras contas a receber” estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa e depósitos à ordem e a prazo em Bancos. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com objetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, o Órgão de Gestão procura sustentar as suas expectativa de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e Outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os financiamentos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os financiamentos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de ativo. Por outro lado, as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato são reconhecidas no passivo pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

- Subsídios relacionados com ativos depreciáveis

Os subsídios ao investimento relacionados com ativos depreciáveis são apresentados no fundo patrimonial e imputados a rendimentos numa base sistemática e à medida das depreciações praticadas sobre os mesmos ativos.

3.2 Outras políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável. À data de 31 de Dezembro de 2012 não existe evidência suficientemente fiável para a criação de imparidades.

3.3 Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão teve como base para aplicação de políticas contabilísticas o que é referido nas NCRF. Não foram necessários juízos de valor para a aplicação de políticas contabilísticas.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Comentário do órgão de Gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todas as quantias evidenciadas no Balanço, a 31 de Dezembro de 2012, estão disponíveis para uso.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2012			31.12.2011		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	1.670,51		1.670,51	1.805,21		1.805,21
	Subtotais	1.670,51		1.670,51	1.805,21		1.805,21
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	38.489,98		38.489,98	4.486,58		4.486,58
	Depósitos a prazo	1.027.500,00		1.027.500,00			
	Subtotais	1.065.989,98		1.065.989,98	4.486,58		4.486,58
Totais		1.067.660,49		1.067.660,49	6.291,79		6.291,79

Fonte: DSCT – jan. 2013

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto.

5. Ativos Fixos Tangíveis

5.1 Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Nesta data, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com a manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expetativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

5.2 Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos.

5.3 As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis
	Terrenos	Edifícios				
Vidas úteis		20	1 a 6	4	1 a 6	1 a 6
Taxas de depreciação		5,00%	16,66% a 100%	25,00%	16,66% a 100%	16,66% a 100%
Métodos de depreciação		Duodécimos	Duodécimos	Duodécimos	Duodécimos	Duodécimos

Fonte: DSCT – jan. 2013

5.4 Quantias escrituradas brutas e as depreciações acumuladas (agregadas com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período

5.4.1 Quantias escrituradas brutas

(valores expressos em euros)

Activos fixos tangíveis: quantias brutas escrituradas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios						
Em 01.01.2011	382.496,77	144.825,95	3.298.057,19	3.126.559,42	190.168,33	648.468,59	197.348,86	382.667,21	8.370.592,32
Adições			3.380.727,39	248.941,28		31.900,24	7.778,46	3.178.756,09	6.848.103,46
Revalorizações									
Transferências								(3.380.727,39)	(3.380.727,39)
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda									
Alienações									
Sinistros									
Abates				(326.835,99)		(44.556,91)	(245,00)		(371.637,90)
Outras alterações									
Em 31.12.2011 (01.01.2012)	382.496,77	144.825,95	6.678.784,58	3.048.664,71	190.168,33	635.811,92	204.882,32	180.695,91	11.466.330,49
Adições				16.941,60		601,47	441,70		17.984,77
Revalorizações									
Transferências									
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda									
Alienações									
Sinistros									
Abates				(249.086,45)		(84.755,95)	(1.363,56)		(335.205,96)
Outras alterações				(2.288,23)					(2.288,23)
Em 31.12.2012	382.496,77	144.825,95	6.678.784,58	2.814.231,63	190.168,33	551.657,44	203.960,46	180.695,91	11.146.821,07

Fonte: DSCT – jan. 2013

5.4.2 Depreciações acumuladas

(valores expressos em euros)

Depreciações de activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Acumuladas em 01.01.2011	(2.647.117,46)	(3.066.411,91)	(156.426,61)	(618.494,69)	(134.490,38)	(6.622.941,05)
Reforços	(221.248,32)	(100.252,87)	(20.850,72)	(28.384,44)	(16.803,05)	(387.539,40)
Reversões						
Revalorizações						
Transferências						
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda						
Alienações						
Sinistros						
Abates		326.835,99		44.556,91	245,00	371.637,90
Outras alterações						
Acumuladas em 3112.2011(01012012)	(2.868.365,78)	(2.839.828,79)	(177.277,33)	(602.322,22)	(151.048,43)	(6.638.842,55)
Reforços	(333.939,21)	(65.407,32)	(13.900,41)	(8.699,74)	(16.283,44)	(438.230,12)
Reversões						
Revalorizações						
Transferências						
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda						
Alienações						
Sinistros						
Abates		249.086,45		84.755,95	1.363,56	335.205,96
Outras alterações		248,65	1.009,41	(1.009,41)		248,65
Acumuladas em 31.12.2012	(3.202.304,99)	(2.655.901,01)	(190.168,33)	(527.275,42)	(165.968,31)	(6.741.618,06)

Fonte: DSCT – jan. 2013

5.5 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
			Terrenos	Edifícios						
Em 01012011	Quantias brutas escrituradas	382.496,77	144.825,95	3.298.057,19	3.126.559,42	190.168,33	648.468,59	197.348,86	382.667,21	8.370.592,32
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(2.647.117,46)	(3.066.411,91)	(156.426,61)	(618.494,69)	(134.490,38)		(6.622.941,05)
	Quantias líquidas escrituradas	382.496,77	144.825,95	650.939,73	60.147,51	33.741,72	29.973,90	62.858,48	382.667,21	1.747.651,27
Adições				3.380.727,39	248.941,28		31.900,24	7.778,46	3.178.756,09	6.848.103,46
Revalorizações										
Transferências									(3.380.727,39)	(3.380.727,39)
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates					(326.835,99)		(44.556,91)	(245,00)		(371.637,90)
Outras alterações										
Depreciações				(221.248,32)	(100.252,87)	(20.850,72)	(28.384,44)	(16.803,05)		(387.539,40)
Regularizações transferências										
Perdas por imparidade										
Em 3112.2011 (01012012)	Quantias brutas escrituradas	382.496,77	144.825,95	6.678.784,58	3.048.664,71	190.168,33	635.811,92	204.882,32	180.695,91	11.466.330,49
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(2.868.365,78)	(2.839.828,79)	(177.277,33)	(602.322,22)	(151.048,43)		(6.638.842,55)
	Quantias líquidas escrituradas	382.496,77	144.825,95	3.810.418,80	208.835,92	12.891,00	33.489,70	53.833,89	180.695,91	4.827.487,94
Adições					16.941,60		601,47	441,70		17.984,77
Revalorizações										
Transferências										
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates					(249.086,45)		(84.755,95)	(1.363,56)		(335.205,96)
Outras alterações					(2.288,23)					(2.288,23)
Depreciações				(333.939,21)	(65.407,32)	(13.900,41)	(8.699,74)	(16.283,44)		(438.230,12)
Regularizações					(248,65)	1.009,41	(1.009,41)			(248,65)
Perdas por imparidade										
Em 3112.2012	Quantias brutas escrituradas	382.496,77	144.825,95	6.678.784,58	2.814.231,63	190.168,33	551.657,44	203.960,46	180.695,91	11.146.821,07
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(3.202.304,99)	(2.655.901,01)	(190.168,33)	(527.275,42)	(165.968,31)		(6.741.618,06)
	Quantias líquidas escrituradas	382.496,77	144.825,95	3.476.479,59	158.330,62		24.382,02	37.992,15	180.695,91	4.405.203,01

Fonte: DSCT – jan. 2013

5.6 Depreciações, reconhecidas nos resultados ou como parte de gastos de outros ativos, durante o período

Durante o exercício, não foram reconhecidas depreciações de ativos fixos tangíveis como parte de gastos de outros ativos estando incluídas na totalidade na demonstração de resultados por naturezas, na linha dos Gastos/reversões de depreciação e de amortização.

(valores expressos em euros)

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros activos		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Período 2011	Depreciações reconhecidas nos resultados	221.248,32	100.252,87	20.850,72	28.384,44	16.803,05	387.539,40
	Depreciações que integram o custo de outros activos						
Período 2012	Depreciações reconhecidas nos resultados	333.939,21	65.407,32	13.900,41	8.699,74	16.283,44	438.230,12
	Depreciações que integram o custo de outros activos						

Fonte: DSCT – jan. 2013

5.7 Itens do ativo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas

Não existem ativos fixos tangíveis expressos por quantias revalorizadas.

6. Locação Financeira

6.1 Mensuração

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

6.2 A quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativos:

Fonte: DSCT – jan. 2013

(valores expressos em euros)

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respetivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor				Período 2012		Período 2011	
		Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos activos locados em 31.12.2011	Rendas contingentes reconhecidas como gasto no período	Quantias escrituradas líquidas dos activos locados em 31.12.2010	Rendas contingentes reconhecidas como gasto no período
				Começo	Fim				
Ativos fixos tangíveis	Kit Fotovoltaico	GGD	346474	20-01-2009	20-12-2014	23.668,55		35.488,63	
	Armário Frigorifico/Cutter	CGD	100000898	10-01-2010	10-12-2012	2.730,24		3.639,60	
	Subtotais					26.398,79		39.128,23	
Totais						26.398,79		39.128,23	

6.3 Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre os futuros pagamentos mínimos das locações financeiras e respectivos valores presentes	31.12.2012				31.12.2011			
	Futuros pagamentos mínimos das locações	Diferença entre os futuros pagamentos mínimos das locações e respectivos valores presentes		Valores presentes à data do balanço dos futuros pagamentos mínimos das locações	Futuros pagamentos mínimos das locações	Diferença entre os futuros pagamentos mínimos das locações e respectivos valores presentes		Valores presentes à data do balanço dos futuros pagamentos mínimos das locações
		Gastos financeiros	Outras			Gastos financeiros	Outras	
Até 1 ano	12.442,23	289,95		12.152,28	14.526,90	705,81		13.821,09
Entre 1 e 5 anos	12.329,53	102,45		12.227,08	24.986,32	502,93		24.483,39
Totais	24.771,76	392,40		24.379,36	39.513,22	1.208,74		38.304,48

Fonte: DSCT – jan. 2013

7. Custos de empréstimos obtidos

7.1 Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

Não existem custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo razão pela qual a política contabilística adotada pela entidade passa por reconhecer os custos dos empréstimos obtidos como gastos no período.

7.2 Divulgação dos empréstimos correntes e não correntes

Fonte: DSCT – jan. 2013

(valores expressos em euros)

Instituições de Crédito e Outras Entidades Financiamento	31/12/2012			31/12/2011		
Empréstimos	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Caixa Geral de Depósitos	1.798.500,00	2.500.000,00	4.298.500,00	2.376.500,00	2.500.000,00	4.876.500,00
Sub Total	1.798.500,00	2.500.000,00	4.298.500,00	2.376.500,00	2.500.000,00	4.876.500,00
Descobertos Bancários						
Caixa Geral de Depósitos	29.910,24		29.910,24	67.726,90		67.726,90
Banco Espirito Santo	10,17		10,17			
Sub Total	29.920,41	0,00	29.920,41	67.726,90	0,00	67.726,90
Locação Financeira						
Caixa Geral de Depósitos	12.152,28	12.227,08	24.379,36	13.821,09	24.483,39	38.304,48
Sub Total	12.152,28	12.227,08	24.379,36	13.821,09	24.483,39	38.304,48
Total	1.840.572,69	2.512.227,08	4.352.799,77	2.458.047,99	2.524.483,39	4.982.531,38

7.3 Outros

(valores expressos em euros)

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	31/12/2012	31/12/2011	JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS	31/12/2012	31/12/2011
Juros Suportados	177.666,08	69.421,89	Juros Obtidos		
Outros Gastos e Perdas	30.377,20	16.619,95	Outros		
Total	208.043,28	86.041,84	Total	0,00	0,00

Fonte: DSCT – jan. 2013

8. Imparidade de Ativos

Não se verificando evidência suficientemente fiável para a criação de imparidades, não foi reconhecida no exercício qualquer imparidade, verificando-se o reconhecimento duma reversão no montante de 126,24 € relativamente a imparidades reconhecidas no exercício anterior.

(valores expressos em euros)

Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período			Clientes	Outros devedores	Ativos não correntes detidos para venda	Totais
Período 2012	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos				
		Reversões		126,24		126,24
		Totais		126,24		126,24
Período 2011	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	5.230,06	4.846,93		10.076,99
		Reversões				
		Totais	5.230,06	4.846,93		10.076,99

Fonte: DSCT – jan. 2013

9. Inventários

9.1 As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada

Os inventários foram valorizados ao custo, incluindo todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Mais concretamente as matérias-primas, subsidiárias e de consumo e as mercadorias estão mensuradas ao custo de aquisição, compreendendo o preço de compra, gastos de transporte e manuseamento, deduzido dos descontos e abatimentos.

9.2 A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários	31.12.2012			31.12.2011		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Mercadorias	14.920,20		14.920,20	7.982,64		7.982,64
Matérias Primas	2.389,79		2.389,79			
Totais	17.309,99		17.309,99	7.982,64		7.982,64

Fonte: DSCT – jan. 2013

9.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

(valores expressos em euros)

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período				Período 2012			Período 2011		
				Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período		+	7.982,64		7.982,64	3.754,98		3.754,98
	Compras	Compras	+	33.559,67	86.191,67	119.751,34	57.463,76	83.667,52	141.131,28
		Devoluções de compras	-	(188,08)		(188,08)	(568,29)		(568,29)
		Descontos e abatimentos em compras	-						
	Inventários no fim do período		-	14.920,20	2.389,79	17.309,99	7.982,64		7.982,64
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			=	26.434,03	83.801,88	110.235,91	52.667,81	83.667,52	136.335,33
Totais			=	26.434,03	83.801,88	110.235,91	52.667,81	83.667,52	136.335,33

Fonte: DSCT – jan. 2013

10. Réditos

10.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviço contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O Rédito dos juros é reconhecido pelo método do juro efetivo.
As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

10.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2012			Período 2011		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens	3.188,53	0,51%				
Prestação de serviços	619.473,28	99,49%	31,87%	469.760,95	100,00%	(2,65%)
Totais	622.661,81	100,00%	32,55%	469.760,95	100,00%	(2,65%)

Fonte: DSCT – jan. 2013

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

(valores expressos em euros)

Provisões		Processos judiciais em curso	Outras provisões	Totais
Acumuladas em 01.01.2011			188.371,99	188.371,99
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores		8.772,51	8.772,51
	Por novas provisões	97.989,24		97.989,24
Reduções	Quantias revertidas no período		(12.921,73)	(12.921,73)
Acumuladas em 31.12.2011 (01.01.12)		97.989,24	184.222,77	282.212,01
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores		8.652,98	8.652,98
	Por novas provisões	76.331,55		76.331,55
Reduções	Quantias revertidas no período	(44.776,04)	(11.163,15)	(55.939,19)
Acumuladas em 31.12.12		129.544,75	181.712,60	311.257,35

Fonte: DSCT – jan. 2013

Durante o exercício de 2012, foi constituída uma provisão para processos judiciais em curso, em conformidade com os processos nºs. 298/12.1TTEVR, 351/12.1TTEVR e 352/12.0TTEVR, do Tribunal do Trabalho de Évora, no montante total de 76.331,55 €. Quanto ás provisões constituídas no exercício anterior, foi efetuada uma reversão no montante total de 44.776,04 €, em conformidade com as sentenças proferidas relativamente aos processos nºs. 14/11.5TTEVR, 429/11.9TTEVR e 431./11.0TTEVR do Tribunal do Trabalho de Évora.

Foi ainda efetuado o reforço da provisão constituída no exercício de 2008 de acordo com a atualização notificada pelo Tribunal do Trabalho de Évora para o corrente exercício relativamente ao processo nº. 26/07.3TTEVR no valor de 8.652,98 €. No mesmo sentido foi efetuada a reversão, no valor de 11.163,15 €, de acordo com a referida atualização.

12. Subsídios do Governo e Apoio do Governo

12.1 Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos para financiamento de ativos tangíveis e/ou intangíveis são registados inicialmente no Fundo Patrimonial e reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas na mesma proporção das depreciações/amortizações do exercício dos ativos subsidiados.

12.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

(valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas		
			Medida	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Évora - Lote 17	FEDER	C.C.R.A.	Aquisição de instalações	Subsidio ao investimento	17-03-1994	31-12-2013	180.849,20		180.849,20
		Évora - Lote 18	FEDER	PRODEP	Aquisição de instalações	Subsidio ao investimento	21-09-1994	31-12-2013	154.353,02		154.353,02
		Estremoz	FEDER	PRODEP	Aquisição de instalações	Subsidio ao investimento	02-10-1997	31-12-2016	129.828,88		129.828,88
		Imóveis	M. E.	D.E.S.	Aquisição de instalações	Subsidio ao investimento	26-10-1998	31-12-2016	126.026,39		126.026,39
		Kit Tecnológico	1.5	POPH	Aquisição de equipamento	Subsidio ao investimento	22-04-2010	22-03-2014	59.926,50		59.926,50
		Colégio FA	FEDER	C.C.R.D.A.	Construção Instalações	Subsidio ao Investimento	01-09-2011	31-12-2030	678.732,53	39.196,77	717.929,30
		Subtotais							1.329.716,52	39.196,77	1.368.913,29
	Subsídios à exploração	Ensino Profissional	1.2	POPH	Formação	Subsidio à exploração	01-09-2011	31-08-2013	5.055.837,30	1.878.980,37	6.934.817,67
		C.R.V.C.C.	2,1	POPH	Formação	Subsidio à exploração	01-01-2010	31-03-2012	1.183.589,89	132.863,71	1.316.453,60
		C.E.I./EST/ES12	5.4	IEFP	Emprego	Subsidio à exploração	19-04-2012	06-06-2013	18.239,69	31.772,18	50.011,87
		F.M.C.	2,3	POPH	Formação	Subsidio à exploração	08-11-2010	30-06-2014	624.335,10	980.511,28	1.604.846,38
		Subtotais							6.882.001,98	3.024.127,54	9.906.129,52
Totais									8.211.718,50	3.063.324,31	11.275.042,81

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período 2012					Período 2011				
			Demonstração dos resultados	Balanço				Demonstração dos resultados	Balanço			
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo	
						Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar				Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Investimentos		249.866,84	940.222,04				144.720,41	477.637,08		
		Subtotais		249.866,84	940.222,04				144.720,41	477.637,08		
	Subsídios relacionados com resultados	Ensino Profissional	3.573.244,66			2.161.196,51		4.179.111,89			2.837.757,05	
		E. F. A.	122.035,93					934.108,32			826.240,27	
		C.R.V.C.C.	125.291,55			4.077,97		597.662,50			601.995,56	
		F.M.C.	412.344,35			922.034,17		111.709,88			258.423,35	
		C.E.F.J.						71.433,54				
		Estágios Profissionais	45.661,76			24.461,03		21.218,47			41.513,34	
		Contrato Emprego	2.531,97			1.716,03		1.015,85			3.121,81	
		Medida Estimulo/2012	9.389,70			139,72						
		Outros	50,00			666,48					7.712,60	
		Subtotais	4.290.549,92			3.114.291,91		5.916.260,45			4.576.763,98	
Totais			4.290.549,92	249.866,84	940.222,04	3.114.291,91		5.916.260,45	144.720,41	477.637,08	4.576.763,98	

Fonte: DSCT – jan. 2013

13. Acontecimentos após a data do Balanço

13.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foram em 11 de Março de 2013 submetidas à apreciação do Conselho de Administração que após análise e concordância com as mesmas, decidiu nos termos estatutários remeter ao Conselho Geral para emissão de parecer.

13.2 Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não foram recebidas informações relevantes que justificassem a alteração das divulgações já efetuadas.

13.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos
Não ocorreram acontecimentos relevantes após a data do balanço, não dando lugar a ajustamentos.

14. Impostos sobre o rendimento
A Fundação Alentejo sendo uma Instituição Particular de Solidariedade Social, reconhecida pela Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação em 03 de Julho de 2008, conforme Registo nº. 37 está isenta de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.
Deste modo as declarações fiscais da entidade referentes aos anos de 2009 a 2012 poderão vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as correções resultantes de eventuais revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais não terão impacto significativo nas presentes demonstrações financeiras.

15. Instrumentos Financeiros

15.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Os Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade:

- Clientes
- Fornecedores
- Outras contas a receber
- Outras contas a pagar
- Financiamentos obtidos

15.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros			31.12.2012			31.12.2011		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Activos financeiros	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Clientes	16.886,83		16.886,83	13.519,77	(5.230,06)	8.289,71
		Adiantamentos a fornecedores				1.366,38	(1.366,38)	
		Outras contas a receber	3.067.373,41		3.067.373,41	5.794.697,02	(3.480,55)	5.791.216,47
		Subtotais	3.084.260,24		3.084.260,24	5.809.583,17	(10.076,99)	5.799.506,18
		Totais	3.084.260,24		3.084.260,24	5.809.583,17	(10.076,99)	5.799.506,18
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Fornecedores	51.258,85		51.258,85	104.683,56		104.683,56
		Financiamentos obtidos	4.352.799,77		4.352.799,77	4.982.531,38		4.982.531,38
		Outras contas a pagar	384.372,96		384.372,96	814.993,15		814.993,15
		Subtotais	4.788.431,58		4.788.431,58	5.902.208,09		5.902.208,09
		Totais	4.788.431,58		4.788.431,58	5.902.208,09		5.902.208,09

Fonte: DSCT – jan. 2013

16. Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais.
As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.
De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

O número médio de empregados durante o presente ano ascendeu a 149.

16.1 Os gastos com os empregados correspondem a:

(valores expressos em euros)

Gastos com pessoal	31-12-2012	31-12-2011
Remunerações do pessoal	2.456.570,95	2.755.237,02
Encargos s/ remunerações	493.355,80	537.302,17
Outros gastos	46.353,37	16.216,79
Total	**2.996.280,12**	**3.308.755,98**

Fonte: DSCT – jan. 2013

A rubrica «outros gastos» inclui gastos de Ação Social, formação e seguro de acidentes de trabalho.

16.2 Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro

O Conselho de Administração é composto por 5 membros, não tendo ocorrido alterações no período de relato financeiro.

16.3 Informação sobre as remunerações dos órgãos diretivos

Os membros do Conselho de Administração não auferiram qualquer remuneração no período de relato financeiro.

17. Divulgações exigidas por diplomas legais

17.1 Honorários faturados pelos Revisores Oficiais de Contas (art. 66-A do Código das Sociedades Comerciais)

(valores expressos em euros)

Honorários facturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2012		Período 2011	
	Honorários facturados	Totais	Honorários facturados	Totais
Revisão legal das contas	14.724,60	14.724,60	14.724,60	14.724,60
Totais	14.724,60	14.724,60	14.724,60	14.724,60

Fonte: DSCT – jan. 2013

18. Outras informações

18.1 Estado e outros entes públicos

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	31-12-2012	31-12-2011
Imposto sobre o rendimento		
Retenção de impostos sobre o rendimento	(37.366,97)	(28.239,97)
Imposto sobre o valor acrescentado	(2.190,38)	471.899,90
Outros impostos		33.438,14
Contribuições para a Segurança Social	(89.807,77)	(62.141,84)
Total	(129.365,12)	414.956,23

Fonte: DSCT – jan. 2013

18.2 Dívidas ao estado e outros entes públicos em situação de mora.

A Administração informa que a entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº. 534/80, de 7 de novembro.

Mais informa, que dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº. 411/91, de 17 de outubro, que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

18.3 Diferimentos

(valores expressos em euros)

Devedores por Acréscimos de Rendimentos	2012	2011
Outros acrécimos de rendimentos		
Total	0,00	0,00

Credores por Acréscimos de Gastos	2012	2011
Remunerações a liquidar	328.132,64	305.808,64
Juros a liquidar	15.220,18	18.255,16
Outros acréscimos de gastos	13.868,70	14.840,55
Total	357.221,52	338.904,35

Gastos a Reconhecer	2012	2011
Rendas e alugueres	1.667,35	16.135,93
Seguros	6.265,12	7.625,46
Outros	6.357,01	7.035,24
Total	14.289,48	30.796,63

Rendimentos a Reconhecer	2012	2011
Outros rendimentos a reconhecer	3.114.291,91	4.576.763,98
Total	3.114.291,91	4.576.763,98

Ativos e Passivos por Impostos Diferidos	2012	2011
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Fonte: DSCT – jan. 2013

18.4 Fornecimentos e serviços externos

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	2012	2011
Trabalhos especializados	142.132,97	143.730,38
Publicidade e propaganda	80.716,49	43.914,42
Vigilância e segurança	92.927,88	97.106,46
Honorários (pessoal externo)	94.420,40	105.706,41
Conservação e reparação	39.808,26	48.861,17
Ferramentas e utensilios de desgaste rápido	4.339,98	6.468,70
Livros e documentação técnica		1.219,28
Material de escritório	13.487,28	31.672,00
Artigos para oferta	2.224,02	1.817,30
Eletricidade	103.804,67	74.972,32
Combustiveis	9.037,87	10.384,96
Água	1.773,58	1.922,48
Outros fluidos	1.659,79	979,46
Deslocações e estadas	1.765,54	1.757,55
Transporte de mercadorias	2.512,21	827,34
Rendas e alugueres	171.269,72	240.203,78
Comunicação	49.598,61	44.199,19
Seguros	12.057,15	12.029,55
Contencioso e notariado	2.675,53	409,90
Despesas de representação	8.054,63	5.730,74
Limpeza, higiene e conforto	48.738,01	53.178,88
Ouros fornecimentos e serviços	34.042,55	42.211,03
TOTAL	**917.047,14**	**969.303,30**

Fonte: DSCT – jan. 2013

18.5 Descrição das responsabilidades da entidade por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais.

Garantias prestadas:

Caixa Geral de Depósitos:

Garantia bancária pelo montante de 123.425,39 € emitida a favor do Tribunal do Trabalho de Évora no âmbito do processo nº. 26/07.3TTEVR.

Hipoteca sobre os prédios urbanos sitos, na Avenida Dinis Miranda, Lotes 17 e 18 em Évora e Largo dos Combatentes da Grande Guerra, nº. 6 em Estremoz, até ao montante de 2.908.615,24€, para garantia da utilização de crédito através de conta caucionada.

Hipoteca sobre o prédio urbano sito na Urbanização da Muralha, lote 61 em Évora, até ao montante de 3.758.750.00 €, para garantia do pagamento do crédito utilizado para construção do Colégio da Fundação Alentejo.

Banco BIC Português, S.A.

Garantia bancária pelo montante de 30.200,35 € emitida a favor do Tribunal do Trabalho de Évora no âmbito do processo nº. 429/11.9TTEVR.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Fernanda de Sousa Gonçalves Carvalho Ramos
João Filipe Chaveiro Libório
José Manuel Leal Saragoça
Paulo Jorge Madeira Piçarra
Cláudio Hermínio Gonçalves Carvalho Ramos

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
José Miguel Melro Cameirão